

## Proc. Administrativo 6.192/2024

**De:** Adriana S. - SEMSUP

**Para:** SEMAD-SP - Setor de Planejamento

**Data:** 25/06/2024 às 08:43:45

**Setores envolvidos:**

SEMSUP, SEMVIS, SEMAD-SP

### Requisição 168 - Artefatos de cimento

—  
**Adriana C. Sluzovski**  
*administrativo*

**Anexos:**

A\_ETP149\_2024\_mat\_de\_construcao.pdf

B\_planilha\_de\_precos\_e\_orcamentos.pdf

C\_TR\_PARA\_COMPRAS.docx

C\_TR\_PARA\_COMPRAS.pdf

D\_MR62\_2024.pdf

F\_Declaracao\_do\_Ordenador\_de\_Despesas.pdf

G\_REQUISICAO\_168\_tubo\_de\_concreto.pdf

# Estudo Técnico Preliminar 149/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo:

## 2. Descrição da necessidade

Trata-se o presente documento de estudo técnico preliminar para aquisição de materiais de construção e artefatos de cimento, considerando a necessidade de aquisição de materiais para pontes, meio fio, boca de lobo, galerias pluviais, calçadas e cemitério, que precisão de manutenção e construções constantes em suas infraestruturas e a necessidade que deve ter em conservar e manter esses locais, a fim de propiciar ambientes adequados, para atendimento à população, buscando sempre preservar o patrimônio público.

A aquisição de materiais de construção é fundamental para a realização de obras de reparo, reforma e melhorias nos locais.

A necessidade de realizar esta licitação em forma de Registro de Preços é porque não se trata de somente obras previstas e planejadas, mas sim como forma de ficarmos amparados com esse tipo de material, para que, quando houver a necessidade de realizar serviços, já tenhamos o preço registrados, de forma a agilizar o processo de execução dos serviços, com a compra e quantidades fracionadas de cada item. Sendo fator relevante também, que os serviços a utilizar esse tipo de material podem serem oriundos de intempéries climáticas (chuvas, tempestades, erosões, alagamentos, etc.) que venham a danificar as estruturas existentes como calçadas, passeios, vias pavimentadas, galerias pluviais, bueiros e outros de saneamento básico (existente) ou oriundos de acidentes de trânsito (que podem danificar calçadas, meio fios, entre outros.) e também atender a necessidades de novos serviços que utilizam esses materiais.

A utilização das estradas destina-se para o escoamento da produção agrícola, acesso para a população local aos serviços disponíveis na área urbana, de educação, lazer, saúde, venda da produção agrícola, trabalho entre outros. Com o crescimento da participação do agricultor nos programas da avicultura em nosso município, há necessidade de disponibilizarmos melhores condições de tráfego a todos os produtores da área rural. Dessa forma, justifica-se a aquisição de materiais e tubos de concreto para a manutenção de pontes na área rural, colocação de bueiros e contenção da água pluvial.

Já os materiais de construção destinados ao cemitério municipal de Ubiratã e do Distrito de Yolanda, visa a execução de novas galerias, carneiras, tampas para túmulos, calçadas, fechamentos de túmulos e manutenção e conservação em geral dos mesmos.

Este estudo consiste na primeira etapa do planejamento de uma contratação, de modo a assegurar a viabilidade e embasar o termo de referência, conforme previsto na Lei 14.133/2021, art. 6º, inciso XX.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
secretaria de serviços urbanos	Ronaldo felipe Maciel
secretaria de Viação e serviços rurais	Luiz Antonio Marafon

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, não possui natureza continuada. Sendo assim, por meio desse Estudo Técnico Preliminar se pretende

Assinado por 2 pessoas: RONALDO FELIPE MACIEL e LUIZ ANTONIO MARAFON  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/4807-92B7-F7CC-89E7> e informe o código 4807-92B7-F7CC-89E7

escolher qual a solução que melhor responde às necessidades do município, sob os aspectos legais, técnicos, econômicos e ambientais em relação aos objetos a serem adquiridos. Uma das alternativas para a compra materiais de construção, seria a aquisição do objeto de reposição no momento de realização dos serviços. No entanto, essa forma de compra gera aumento de custos, visto que há grande variação dos preços em determinados períodos do ano a depender da demanda, além de causar demora na solução dos defeitos e reparos, demandaria muito tempo com pesquisa de preços e compra dos materiais.

Quanto aos aspectos ambientais, os materiais especificados nas listas de compras fazem parte de um processo de aquisição de produtos certificados e qualificados com selos de qualidade de acordo com as normas vigentes. Portanto as especificações contemplam além das características da matéria prima usada na confecção dos produtos, critérios para armazenagem e reciclagem. Desta forma a compra dos materiais integra aspectos ambientais e sociais com objetivo de gerar benefícios econômicos, reduzir impactos ao meio ambiente e à saúde humana.

A solução escolhida de Pregão Eletrônico prende-se inicialmente ao fato de se tratar de aquisição de bens comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. A utilização da modalidade pregão, na forma eletrônica, se demonstra técnica e economicamente viável ao município. Além da modalidade Pregão Eletrônico, deve-se realizar a licitação para elaboração de ata de registro de preços.

As empresas interessadas deverão comprovar sua qualificação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e econômica financeira, que serão comprovadas conforme previsto no artigo 62 da Lei 14.133 /2021.

## 5. Levantamento de Mercado

Conforme disposto no artigo 5º, incisos II, III e IV, da Instrução Normativa da Secretaria de Gestão (IN SEGES) nº 65 /2021 e Decreto nº 41 de 09 de março de 2023, que regulamenta sobre a pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, a metodologia adotada no levantamento de preços foi cuidadosamente selecionada para atender às particularidades dos itens em questão.

Adotou-se uma estratégia realizando o levantamento nos portais de contratação disponíveis do governo, a decisão de empregar essa abordagem foi respaldada por encontrar nos portais itens e várias licitações com objeto similares a nossa demanda, demonstrando a viabilidade da contratação em tela, resultando em êxito nas pesquisas realizadas nos portais. Foi também tomado como base de referência os valores dispostos na Tabela SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil. E por fim a realização de orçamento com empresas especializadas no ramo e orçamento pela internet, para calcular o preço final, dando ao item valor praticado em mercado.

## 6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta envolve a aquisição de materiais de construção e artefatos de cimentos, para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Ubitatã, proporcionando condições de realizarmos construções, reparos, manutenções corretivas e preventivas no cemitério municipal, calçadas, meio fio, galerias, pontes, preservando, mantendo o zelo e fazendo bom uso desses locais.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A relação dos itens necessários para contemplar a solução, bem como a estimativa das quantidades a serem contratadas são apresentadas na tabela a seguir:

Descrição	Qtd.	UN
Arame recozido Nº 18	150	KG
Areia lavada média	350	M3
Adesivo Plástico 75gr	20	UN.
Argamassa saco com 20 kg AC 3	50	SC
Aço CA-50, 6,3mm, vergalhão BR 12 metros	150	BR
Barra de Ferro de 12m3/8	300	BR
Barra de Ferro de 12m 1/4	100	BR
Barra de Ferro de 12m 4.2	200	BR
Barra de Ferro 5/16 de 12m	330	BR
Barra de Tubo soldável 1º linha 25mm x 6	80	BR
Bloco de Concreto 14x19x39cm	3.000	UN.
Cimento 50kg	1400	SC
Cal Virgem de 1A, 20kg	750	SC
Caibro de 5x5cm em pinho	1600	M
Chapa de maderite laminado 2,20x1, 10x14mm	100	UN.
Chapa de maderite laminado 2,20x1,10 10mm	30	UN.
Concreto Usinado MPA 25, convencional	64	TON.



Chapéu em concreto armado com ferro 5/16 para boca de lobo com parede interna de proteção de 1,00x0,17X,0,15	50	UN.
Chapéu em concreto armado com ferro 5/16 para boca de lobo com parede interna de proteção de 1,20x0,17X15	50	UN.
Disco diamantado de corte, para cortar asfalto e concreto. Diâmetro externo de 350mm e diâmetro do furo de 25,44mm. Tipo de corte refrigerado. Perfil do corte segmentado.	40	UN.
Grelha de Concreto para boca de lobo com base em concreto armado com ferro 1/4. base 72x52cm e grelha 60cm x 39cm.	50	UN.
Grelha de Concreto para boca de lobo com base em concreto armado com ferro 1/4. base 80/56 grelha 71,5x46	100	UN.
Joelho soldável 25mm 90°	40	UN.
Lona preta 100 micras com 4m de largura	1.000	M
Malha de Ferro 4,2 com espaçamento de 15x15 tamanho 3x2m	200	UN.
Mata junta de 3 metros de pinho	800	UN.
Prancha de Eucalipto 5cm x 30cm x 6m	80	UN.
Pedra britada nº1	250	M3
Pedrisco	100	M3
Prego polido com cabeça 22x48	20	KG
Prego polido com cabeça 25x72	50	KG
Prego polido com cabeça 12x12	20	KG

Prego polido com cabeça 18x30	45	KG
Prego polido com cabeça 17x21	50	KG
Prego polido com cabeça 18x24	50	KG
Ripão de 2,5x5cm com 3m em pinho	400	UN.
Revestimento cerâmico extra classificação "A", com absorção de máxima de Água 10%	50	M2
Silicone incolor 280g	30	UN.
Tábua madeira 2,5x25,0cm (1x9) tipo pinho	150	M
Tábua madeira 2,5x30,0cm (1x12) tipo pinho	1.110	M
Tábua madeira 15x2,5cm em pinho	400	M
tampa de concreto armado com ferro 5/16 0,90x0,90x0,06cm	80	UN.
Tampa em concreto armado com ferro 5/16 – 1,20x0,70x0,06 cm	120	UN.
Tubo de concreto com encaixe, ponto e bolsa, sem ferragem, diâmetro de 40cm, comprimento de 1m.	200	UN.
Tubo de concreto com encaixe, ponto e bolsa, sem ferragem, diâmetro de 60cm, comprimento de 1m.	200	UN.
Tubo de concreto com encaixe, ponto e bolsa, com armação, diâmetro de 80cm, comprimento de 1m.	100	UN.
Tubo de concreto com encaixe, ponto e bolsa, com armação, diâmetro de 100cm, comprimento de 1m.	200	UN.
Tee soldável de 25mm	40	UN.

Tijolo 6 furos 9x14x19cm	40.000	UN.
Tijolo maciço	5.000	UN.
Treliça leve de 6m	50	UN.
Treliça H 8 pesada com 6m	100	UN.
Torneira plástica para Jardim 3/4	50	UN.

8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 757.217,87

O valor estimado da licitação é de R\$ 757.217,87 (Setecentos e cinquenta e sete mil duzentos e dezessete reais e oitenta e sete centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do Artigo 40, da Lei n.º 14.133/2021, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

Considerando as especificidades do presente objeto a demanda será parcelada, haja vista, se comprovarem ser técnica e economicamente viável, com vistas a propiciar o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da Competitividade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A aquisição dos materiais está alinhada com o planejamento financeiro desta unidade administrativa, uma vez que a gestão busca garantir condições adequadas para a manutenção desses locais.

No âmbito do Planejamento das Contratações Públicas (PCA), destaca-se que o mesmo está sendo elaborado, visando sua implementação a partir do próximo ano.

Dessa forma, a contratação está alinhada com os objetivos e diretrizes do planejamento institucional, contribuindo para a melhoria da infraestrutura e qualidade dos serviços oferecidos à comunidade, conforme as necessidades identificadas e planejadas pela Administração Municipal.

Assinado por 2 pessoas: RONALDO FELIPE MACIEL e LUIZ ANTONIO MARAFON  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/4807-92B7-F7CC-89E7> e informe o código 4807-92B7-F7CC-89E7

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Esta contratação busca preservar e zelar por diversos locais, mantendo-os funcionando adequadamente, proporcionar melhorias e assim gerar condições para que a Prefeitura cumpra com o seu dever Institucional e possa atender da melhor forma possível o seu público usuário.

Portanto, essa contratação não só trará benefícios diretos para a Administração em termos de economicidade, eficácia e eficiência, mas também terá impactos indiretos positivos no meio ambiente e na qualidade dos serviços que oferecemos à sociedade.

## 13. Providências a serem Adotadas

Algumas das providências a serem tomadas incluem:

1. **Elaboração do Termo de Referência:** Preparar um documento detalhado que descreva as especificações técnicas dos itens a serem adquiridos, quantidades necessárias, prazos de entrega, condições de pagamento, entre outros aspectos relevantes.

1. **Elaboração do edital:** Preparar o documento de licitação contendo todas as condições, critérios e requisitos necessários para a participação dos interessados, bem como os termos e condições contratuais.

1. **Realização do processo licitatório:** Publicar o edital de licitação e conduzir todas as etapas do processo licitatório, incluindo recebimento e análise das propostas, julgamento e adjudicação do objeto.

1. **Formalização do contrato:** Após a escolha do fornecedor vencedor, formalizar o contrato de acordo com as condições estabelecidas no edital e na proposta vencedora.

2. **Acompanhamento da entrega:** Monitorar o cumprimento dos prazos de entrega estabelecidos no contrato e garantir que os itens sejam entregues conforme as especificações técnicas e condições contratadas.

1. **Recebimento e aceitação dos itens pelo Fiscal do Contrato:** Realizar a conferência dos itens entregues e verificar se estão em conformidade com as especificações técnicas e condições contratadas. Caso estejam de acordo, proceder com o aceite formal dos itens.

1. **Pagamento:** Efetuar o pagamento ao fornecedor de acordo com as condições estabelecidas no contrato, após o recebimento e aceitação dos itens.

Essas providências garantirão uma execução contratual exitosa e a entrega dos itens dentro dos prazos e condições estabelecidos, atendendo assim às necessidades da Administração Pública.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Não se fez observar a existência de possíveis impactos ambientais, razão pela qual este item não será considerado no planejamento

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares evidenciam que a contratação da solução ora descrita, ou seja, de aquisição eventual e futura, através de sistema de registro de preços, de aquisição materiais de construção e artefatos de cimento, para atender às necessidades da Prefeitura de Ubitatã, mostra-se tecnicamente possível e fundamentadamente necessária.

Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ADRIANA CANDIDA SLUZOVSKI**

administrativo



Assinou eletronicamente em 16/05/2024 às 15:50:28.

## NOTA TÉCNICA - ANÁLISE CRÍTICA DE PESQUISA DE PREÇOS

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais para pontes, meio fio, boca de lobo, galerias pluviais, calçadas e cemitério.

### 2. FONTES CONSULTADAS

2.1. Para identificação do valor estimado da contratação foram utilizados os parâmetros do art. 5º, incisos II, III e IV da IN SEGES/ME nº 65/2021.

PARÂMETROS PESQUISA DE PREÇO	ALTERNATIVA	Justificativa para escolha
SINAP	Através de pesquisa	Tabela de referencias de preços.
PNCP	Através de pesquisa	Apresentou item mais adjacente referente à solicitação - Tabela de referencias de preços.
Orçamento fornecedores	Através de pesquisa	Apresentou item mais adjacente referente à solicitação
Internet	Através de pesquisa	Apresentou item mais adjacente referente à solicitação

### 3. SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS

3.1 A serie de preços coletados para o requerido processo constam em anexo a este documento.

### 4. METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

4.1. A obtenção do preço estimado deu-se com base no valor médio obtidos na pesquisa de preços, em razão de promover competitividade entre os participantes respaldada nos orçamentos minuciosamente analisados que compõem presente processo.

### 5. MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONCLUSÃO

5.1. O preço estimado da contratação é de R\$ 757.217,87 (Setecentos e cinquenta e sete mil duzentos e dezessete reais e oitenta e sete centavos).

Lote	Item	Descrição	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
1	1	Arame recozido nº18. 45420	150	KG	21,3100	3.196,5000
1	2	Areia lavada média	350	M3	135,4100	47.393,5000
1	3	Adesivo plastico 75gr	20	UN.	8,2300	164,6000
1	4	Argamassa saco com 20 kg AC 3	50	SC	41,9400	2.097,0000
1	5	Aço CA-50, 6,3mm, vergalhão BR 12 metros.	150	BR	26,4100	3.961,5000
1	6	barra de ferro de 12 m 3/8	300	BR	65,7900	19.737,0000
1	7	barra de ferro de 12 m 1/4	100	BR	28,0400	2.804,0000

*bela, amada e gentil*



1	8	barra de ferro de 12 m 4,2	200	BR	16,7500	3.350,0000
1	9	Ferro 5/16 barra de 12 m	330	BR	46,5000	15.345,0000
1	10	Barra de tubo soldável 1ª linha 25mm x 6 metros	80	UN.	32,4400	2.595,2000
1	11	Bloco de concreto 14x19x39cm	3000	UN.	4,6900	14.070,0000
1	12	Cimento CII 32 saco de 50kg	1400	SC	42,1400	58.996,0000
1	13	Cal virgem, de 1A, 20 kg	750	SC	17,9100	13.432,5000
1	14	Caibro de 5 x 5 cm em pinho	1600	M	6,6600	10.656,0000
1	15	Chapa de maderite laminado 2,20x1,10x14mm	100	UN.	125,8200	12.582,0000
1	16	Chapa de maderite laminado 2,20x1,10 10mm	30	UN.	90,8000	2.724,0000
1	17	Concreto usinado MPA 25, convencional	64	TON	591,5300	37.857,9200
1	18	Chapéu em concreto armado com ferro 5/16 para boca de lobo com parede interna de proteção de 1,00x0,17x0,15 cm - Padrão do Município	50	UN.	112,9700	5.648,5000
1	19	Chapéu em concreto armado com ferro 5/16 para boca de lobo com parede interna de proteção de 1,20x0,17x0,15 cm - Padrão do Município	50	UN.	131,5000	6.575,0000
1	20	Disco diamantado de corte, para cortar asfalto e concreto. Diâmetro externo de 350mm e diâmetro do furo de 25,44mm. Tipo de corte refrigerado. Perfil do corte segmentado.	40	UN.	583,5200	23.340,8000
1	21	Grelha de concreto para boca de lobo com base em concreto armado com ferro ¼. Base 72 cm x 52cm e grelha 60cm x 39cm.	50	UN.	258,3300	12.916,5000
1	22	Grelha de concreto para boca de lobo com base em concreto armado com ferro 1/4. base 80x56 cm e grelha 71,5x46cm	100	UN.	310,0000	31.000,0000
1	23	Joelho soldável 25mm 90°	40	UN.	1,1100	44,4000
1	24	Lona preta 100 micras com 4 metros de largura	1000	M2	2,3500	2.350,0000
1	25	Malha de ferro 4,2 espaçamento 15x15 tamanho 3x2 mts	200	UN.	139,2100	27.842,0000
1	26	Mata junta de 3 metros de pinho	800	UN.	7,1200	5.696,0000
1	27	Prancha de madeira de eucalipto, 6 m de comprimento x 25 de largura x 6 cm de espessura	80	UN.	181,6700	14.533,6000
1	28	Pedra britada nº 1	250	M3	123,2800	30.820,0000
1	29	Pedrisco	100	M3	120,9400	12.094,0000
1	30	Prego polido com cabeça 22 x 48	20	KG	18,4100	368,2000
1	31	prego polido com cabeça 25 x 72	50	KG	24,6300	1.231,5000
1	32	Prego polido com cabeça 12x12	20	KG	21,6200	432,4000
1	33	Prego polido com cabeça 18x30	45	KG	18,0100	810,4500
1	34	Prego polido com cabeça 17X21	50	KG	18,5900	929,5000
1	35	Prego polido com cabeça 18 x 24	50	KG	18,8900	944,5000
1	36	Ripão de 2,5x 5cm com 3 metros em pinho	400	UN.	12,5000	5.000,0000
1	37	Revestimento cerâmico extra classificação "A", com absorção de máxima de água 10%	50	M2	33,6100	1.680,5000

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)



1	38	SILICONE INCOLOR 280G	30	UN.	23,4000	702,0000
1	39	Tabua madeira 2,5 x 25,0cm (1x9"). Tipo Pinho.	150	M	19,4800	2.922,0000
1	40	Tabua madeira 2,5 x 30,0cm (1x12"). Tipo Pinho.	1100	M	24,4600	26.906,0000
1	41	Tabua madeira 2,5 x 15 Tipo Pinho	400	M	14,4900	5.796,0000
1	42	Tampa em concreto armado com ferro 5/16 – 0,90x0,90x0,06 cm	80	UN.	183,3300	14.666,4000
1	43	Tampa em concreto armado com ferro 5/16 – 1,20x0,70x0,06 cm	120	UN.	205,0000	24.600,0000
1	44	Tubo de concreto com encaixe, ponta e bolsa, sem ferragem, diametro de 40cm, comprimento de 1m	200	UN.	85,1000	17.020,0000
1	45	Tubo de concreto com encaixe, ponta e bolsa, sem ferragem , diametro de 60cm, comprimento 1m	200	UN.	152,3100	30.462,0000
1	46	Tubo de concreto, com encaixe ponto e bolsa, com armação, diâmetro de 80 cm, comprimento de 1 metro.	100	TB	358,5400	35.854,0000
1	47	Tubo de concreto, com encaixe ponta e bolsa, com armação, diametro de 100 cm, comprimento de 1m	200	TB	594,1300	118.826,0000
1	48	Tee soldável de 25mm	40	UN.	2,5100	100,4000
1	49	Tijolo 6 furos 9x14x19cm	40000	UN.	0,8300	33.200,0000
1	50	Tijolo maciço	5000	UN.	1,1400	5.700,0000
1	51	Treliça leve de 6m	50	UN.	31,4400	1.572,0000
1	52	Treliça H 8 pesada com 6m	100	UN.	34,2500	3.425,0000
1	53	Torneira para jardim plástica ¾	50	UN.	4,9100	245,5000

5.2. Após realização de pesquisa de preços em conformidade com a IN SEGES/ME nº 65/2021, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é compatível com os praticados no mercado.

## 6. IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA DE PREÇOS

6.1. A presente pesquisa de preços foi conduzida por: Adriana Cândida Sluzovski, matrícula nº 22675/01.

Ubiratã/PR, 16 de maio de 2024.

**ADRIANA CANDIDA SLUZOVSKI**

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)



## ORÇAMENTO

<b>SECRETARIA: SERVIÇOS URBANOS E PAVIMENTAÇÃO</b>					
<b>DESCRIÇÃO:</b> Aquisição de materiais para pontes, meio fio, boca de lobo e galerias pluviais, calçadas e cemitério.					
<b>DADOS DA EMPRESA</b>					
<b>RAZÃO SOCIAL: D MATIUSSI E CIA LTDA</b>					
<b>CNPJ: 823120180001-93</b>					
<b>ENDEREÇO: AVENIDA YOLANDA LOUREIRO DE CARVALHO, 438</b>					
<b>TELEFONE: 44 35431500</b>					
<b>E-MAIL: CICALUBIRATA@GMAIL.COM</b>					
	Descrição	Qtd.	UN	V. UNIT	V. TOTAL
1	Arame recozido Nº 18	150	KG	19,90	2985,00
2	Areia lavada média	350	M3	155,00	54250,00
3	Adesivo Plástico 75gr	20	UN.	7,50	150,00
4	Argamassa saco com 20 kg AC 3	50	SC	42,50	2125,00
5	Aço CA-50, 6,3mm, vergalhão BR 12 metros	150	BR	29,90	4485,00
6	Barra de Ferro de 12m3/8	300	BR	75,00	22500,00
7	Barra de Ferro de 12m 1/4	100	BR	29,90	2990,00
8	Barra de Ferro de 12m 4.2	200	BR	16,90	3380,00
9	Barra de Ferro 5/16 de 12m	330	BR	52,00	17160,00
10	Barra de Tubo soldável 1º linha 25mm x 6	80	BR	27,60	2208,00
11	Bloco de Concreto 14x19x39cm	3.000	UN.	5,60	16800,00
12	Cimento 50kg	1400	SC	48,90	68460,00
13	Cal Virgem de 1A, 20kg	750	SC	21,90	16425,00
14	Caibro de 5x5cm em pinho	1600	M	6,50	10400,00
15	Chapa de maderite laminado 2,20x1, 10x14mm	100	UN.	105,00	10500,00
16	Chapa de maderite 2,20x1,10 10mm	30	UN.	61,00	1830,00
17	Concreto Usinado MPA 25, convencional	64	TO N.	750,00	48000,00
18	Chapéu em concreto armado com ferro 5/16 para boca de lobo com parede interna de proteção de 1,00x0,17X,0,15	50	UN.	130,00	6500,00



1	Chapéu em concreto armado com ferro 5/16 para boca de lobo com parede interna de proteção de 1,20x0,17X15	50	UN.	155,00	7750,00
2	Disco diamantado de corte, para cortar asfalto e concreto. Diâmetro externo de 350mm e diâmetro do furo de 25,44mm. Tipo de corte refrigerado. Perfil do corte segmentado.	40	UN.	565,00	22600,00
2	Grelha de Concreto para boca de lobo com base em concreto armado com ferro 1/4. base 72x52cm e grelha 60cm x 39cm.	50	UN.	250,00	12500,00
2	Grelha de Concreto para boca de lobo com base em concreto armado com ferro 1/4. base 80/56 grelha 71,5x46	100	UN.	300,00	30000,00
2	Joelho soldável 25mm 90°	40	UN.	1,00	40,00
2	Lona preta 100 micras com 4m de largura	1.000	M	3,75	3750,00
2	Malha de Ferro 4,2 com espaçamento de 15x15 tamanho 3x2m	200	UN.	102,00	20400,00
2	Mata junta de 3 metros de pinho	800	UN.	5,60	4480,00
2	Prancha de Eucalipto 5cm x 30cm x 6m	80	UN.	240,00	19200,00
2	Pedra britada nº1	250	M3	155,00	38750,00
2	Pedrisco	100	M3	155,00	15500,00
3	Prego 22x48	20	KG	18,90	378,00
3	Prego 25x72	50	KG	24,50	1225,00
3	Prego 12x12	20	KG	24,50	490,00
3	Prego polido com cabeça 18x30	45	KG	18,90	850,50
3	Prego 17x21 com cabeça	50	KG	18,90	945,00
3	Prego 18x24	50	KG	18,90	945,00
3	Ripão de 2,5x5cm com 3m em pinho	400	UN.	10,50	4200,00
3	Revestimento cerâmico extra classificação "A", com absorção de máxima de Água 10%	50	M2	29,90	1495,00
3	Silicone incolor 280g	30	UN.	19,90	597,00
3	Tábua madeira 2,5x25,0cm (1x9) tipo pinho	150	M	14,90	2235,00
4	Tábua madeira 2,5x30,0cm (1x12) tipo pinho	1.110	M	17,80	19758,00
4	Tábua madeira 15x2,5cm em pinho	400	M	15,40	6160,00
4	tampa de concreto armado com ferro 5/16	80	UN.	205,00	16400,00

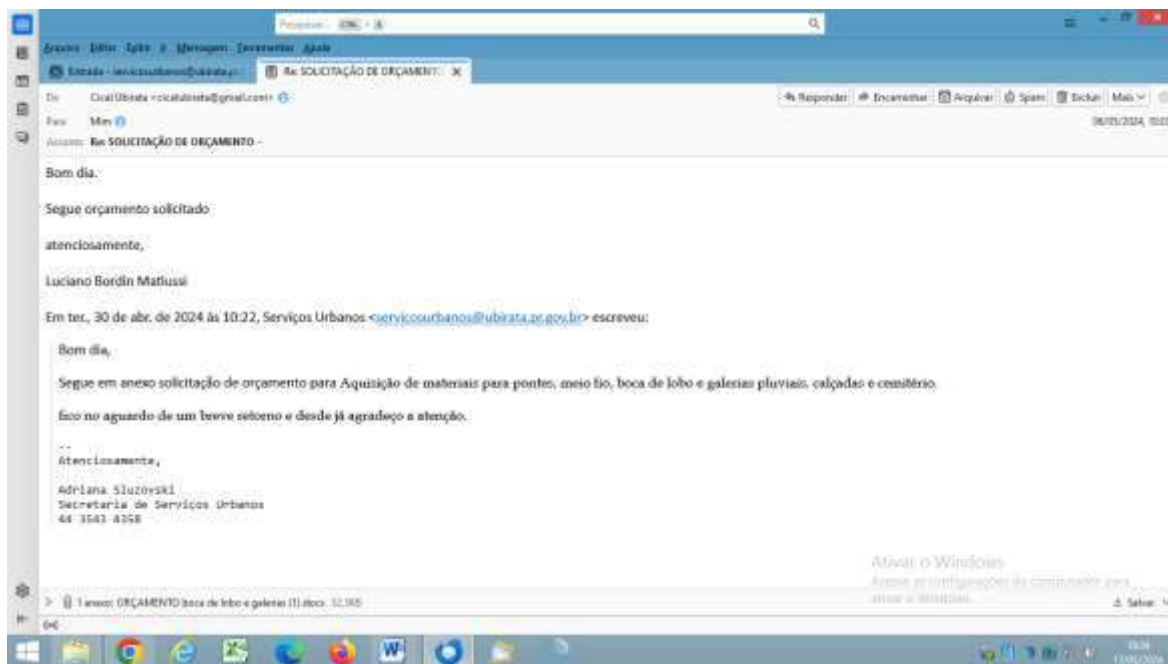
*bela, amada e gentil*





2	0,90x090x0,06cm			0	0
4	Tampa em concreto armado com ferro 5/16 –	120		215,0	25800,0
3	1,20x0,70x0,06 cm		UN.	0	0
4	Tubo de concreto com encaixe, ponto e	200		103,5	20700,0
4	bolsa, sem ferragem, diâmetro de 40cm,		UN.	0	0
4	comprimento de 1m.	200		180,0	36000,0
5	Tubo de concreto com encaixe, ponto e		UN.	0	0
4	bolsa, sem ferragem, diâmetro de 60cm,	100		480,0	48000,0
6	comprimento de 1m.		UN.	0	0
4	Tubo de concreto com encaixe, ponto e	200		765,0	153000,00
4	bolsa, com armação, diâmetro de 100cm,		UN.	0	
7	comprimento de 1m.	40		1,00	40,00
4	Tee soldável de 25mm		UN.		
4		40.00		0,89	35600,0
9	Tijolo 6 furos 9x14x19cm	0	UN.		0
5		5.000		0,89	4450,00
0	Tijolo maciço		UN.		
5		50		33,90	1695,00
1	Treliça leve de 6m		UN.		
5		100		56,00	5600,00
2	Treliça H 8 pesada com 6m		UN.		
5		50		5,00	250,00
3	Torneira plástica para Jardim 3/4		UN.		

Servidor responsável pelo orçamento



*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)



## ORÇAMENTO

<b>SECRETARIA:</b> SERVIÇOS URBANOS E PAVIMENTAÇÃO
<b>DESCRIÇÃO:</b> Aquisição de materiais para pontes, meio fio, boca de lobo e galerias pluviais, calçadas e cemitério.
<b>DADOS DA EMPRESA</b>
<b>RAZÃO SOCIAL:</b> VSR COELHO LTDA
<b>CNPJ:</b> 51944300000160
<b>ENDEREÇO:</b> R PRINCEZA IZABEL N1667 CENTRO UBIRATÃ-PR
<b>TELEFONE:</b> 44 998173500
<b>E-MAIL:</b> VSRCOELHO@HOTMAIL.COM

	Descrição	Qtd.	UN	V. UNIT	V. TOTAL
1	Arame recozido Nº 18	150	KG	19,90	2.985,00
2	Areia lavada média	350	M3	159,90	55.965,00
3	Adesivo Plástico 75gr	20	UN.	9,00	180,00
4	Argamassa saco com 20 kg AC 3	50	SC	53,50	55.965,00
5	Aço CA-50, 6,3mm, vergalhão BR 12 metros	150	BR	27,95	4.192,50
6	Barra de Ferro de 12m3/8	300	BR	67,50	20.250,00
7	Barra de Ferro de 12m 1/4	100	BR	27,95	2.795,00
8	Barra de Ferro de 12m 4.2	200	BR	16,50	3.300,00
9	Barra de Ferro 5/16 de 12m	330	BR	45,00	14.850,00
10	Barra de Tubo soldável 1º linha 25mm x 6	80	BR	30,00	2.400,00
11	Bloco de Concreto 14x19x39cm	3.000	UN.	5,70	17.100,00
12	Cimento 50kg	1400	SC	47,40	66.360,00
13	Cal Virgem de 1A, 20kg	750	SC	21,00	15.750,00
14	Caibro de 5x5cm em pinho	1600	M	9,00	14.400,00
15	Chapa de maderite laminado 2,20x1, 10x14mm	100	UN.	149,00	14.900,00
16	Chapa de maderite 2,20x1,10 10mm	30	UN.	79,00	2.370,00
17	Concreto Usinado MPA 25, convencional	64	TON.	620,00	39.680,00
18	Chapéu em concreto armado com ferro 5/16 para boca de lobo com parede interna de proteção de 1,00x0,17X,0,15	50	UN.	128,90	6.445,00
19	Chapéu em concreto armado com ferro 5/16 para boca de lobo com parede interna de proteção de 1,20x0,17X15	50	UN.	139,50	6.975,00
20	Disco diamantado de corte, para cortar asfalto e concreto. Diâmetro externo de 350mm e diâmetro do furo de 25,44mm. Tipo de corte refrigerado. Perfil do corte segmentado.	40	UN.	525,00	21.000,00
21	Grelha de Concreto para boca de lobo com base em concreto armado com ferro 1/4. base 72x52cm e grelha 60cm x 39cm.	50	UN.	245,00	12.275,00



	Grelha de Concreto para boca de lobo com base em concreto armado com ferro 1/4.	100		180,00	18.000,00
22	base 80/56 grelha 71,5x46		UN.		
23	Joelho soldável 25mm 90°	40	UN.	<b>1,50</b>	60,00
24	Lona preta 100 micras com 4m de largura	1.000	M	<b>2,00</b>	2.000,00
	Malha de Ferro 4,2 com espaçamento de 15x15 tamanho 3x2m	200	UN.	<b>95,50</b>	19.100,00
25					
26	Mata junta de 3 metros de pinho	800	UN.	<b>9,00</b>	7.200,00
27	Prancha de Eucalipto 5cm x 30cm x 6m	80	UN.	<b>X</b>	X
28	Pedra britada nº1	250	M3	139,50	34.875,00
29	Pedrisco	100	M3	<b>139,50</b>	13.950,00
30	Prego 22x48	20	KG	<b>20,50</b>	410,00
31	Prego 25x72	50	KG	<b>32,00</b>	1.600,00
32	Prego 12x12	20	KG	<b>25,00</b>	500,00
33	Prego polido com cabeça 18x30	45	KG	<b>21,50</b>	967,50
34	Prego 17x21 com cabeça	50	KG	22,90	1.145,00
35	Prego 18x24	50	KG	21,50	1.075,00
36	Ripão de 2,5x5cm com 3m em pinho	400	UN.	13,05	5.220,00
	Revestimento cerâmico extra classificação "A", com absorção de máxima de Água 10%	50	M2	<b>45,90</b>	2.295,00
37					
38	Silicone incolor 280g	30	UN.	<b>20,50</b>	615,00
39	Tábua madeira 2,5x25,0cm (1x9) tipo pinho	150	M	<b>18,15</b>	2.722,50
40	Tábua madeira 2,5x30,0cm (1x12) tipo pinho	1.110	M	<b>21,30</b>	23.748,00
41	Tábua madeira 15x2,5cm em pinho	400	M	10,90	4.360,00
42	tampa de concreto armado com ferro 5/16 0,90x090x0,06cm	80	UN.	195,00	15.800,00
43	Tampa em concreto armado com ferro 5/16 – 1,20x0,70x0,06 cm	120	UN.	210,00	25.200,00
	Tubo de concreto com encaixe, ponto e bolsa, sem ferragem, diâmetro de 40cm, comprimento de 1m.	200		X	X
44			UN.		
	Tubo de concreto com encaixe, ponto e bolsa, sem ferragem, diâmetro de 60cm, comprimento de 1m.	200		X	X
45			UN.		
	Tubo de concreto com encaixe, ponto e bolsa, com armação, diâmetro de 80cm, comprimento de 1m.	100		X	X
46			UN.		
	Tubo de concreto com encaixe, ponto e bolsa, com armação, diâmetro de 100cm, comprimento de 1m.	200		X	X
47			UN.		
48	Tee soldável de 25mm	40	UN.	<b>3,00</b>	120,00
49	Tijolo 6 furos 9x14x19cm	40.000	UN.	0,88	35.200,00
50	Tijolo maciço	5.000	UN.	0,88	4.400,00
51	Treliça leve de 6m	50	UN.	<b>33,90</b>	1.695,00
52	Treliça H 8 pesada com 6m	100	UN.	46,75	4.675,00
53	Torneira plástica para Jardim 3/4	50	UN.	<b>5,00</b>	2.400,00

Servidor responsável pelo orçamento

*bela, amada e gentil*

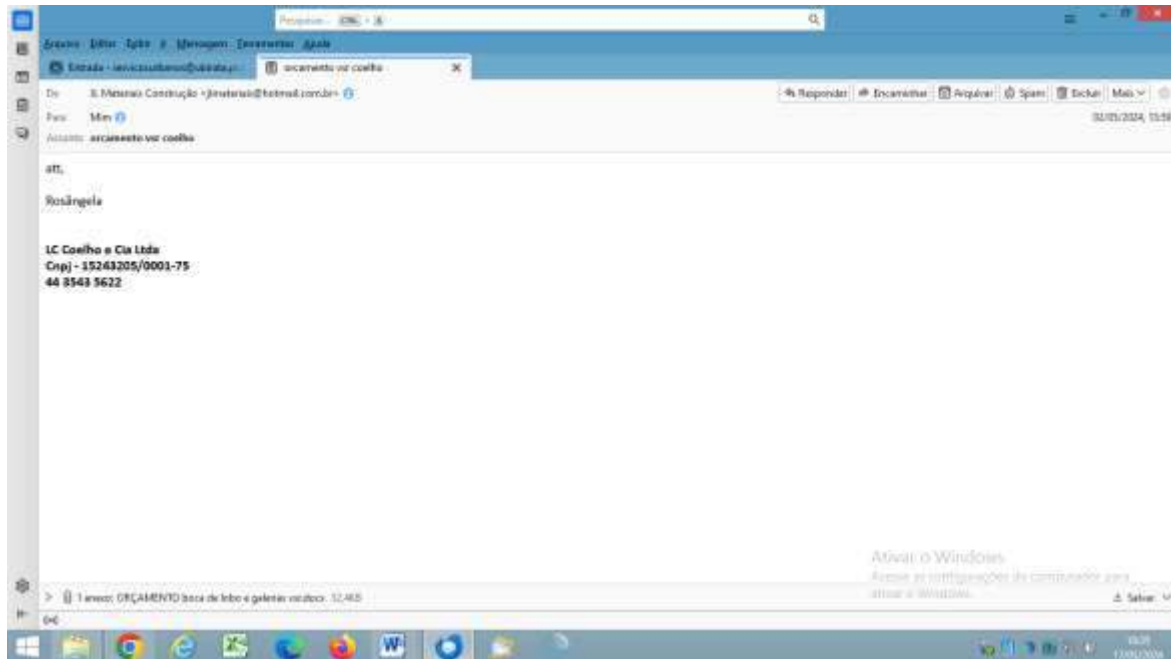
Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)





# UBIRATÃ

PREFEITURA



*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)



## ORÇAMENTO

<b>SECRETARIA: SERVIÇOS URBANOS E PAVIMENTAÇÃO</b>					
<b>DESCRIÇÃO:</b> Aquisição de materiais para pontes, meio fio, boca de lobo e galerias pluviais, calçadas e cemitério.					
<b>DADOS DA EMPRESA</b>					
<b>RAZÃO SOCIAL: M G LOPES PASTRO</b>					
<b>CNPJ: 35.569.345/0001-20</b>					
<b>ENDEREÇO: AV. JOAO MEDEIROS</b>					
<b>TELEFONE: (44)9.9885-0232</b>					
<b>E-MAIL: conengeconstrutora@hotmail.com</b>					
<b>SECRETARIA: SERVIÇOS URBANOS E PAVIMENTAÇÃO</b>					
<b>DESCRIÇÃO:</b> Aquisição de materiais para pontes, meio fio, boca de lobo e galerias pluviais, calçadas e cemitério.					
	Descrição	Qtd.	UN	V. UNIT	V. TOTAL
1	Arame recozido Nº 18	150	KG		
2	Areia lavada média	350	M3		
3	Adesivo Plástico 75gr	20	UN.		
4	Argamassa saco com 20 kg AC 3	50	SC		
5	Aço CA-50, 6,3mm, vergalhão BR 12 metros	150	BR		
6	Barra de Ferro de 12m 3/8	300	BR		
7	Barra de Ferro de 12m 1/4	100	BR		
8	Barra de Ferro de 12m 4.2	200	BR		
9	Barra de Ferro 5/16 de 12m	330	BR		
10	Barra de Tubo soldável 1º linha 25mm x 6	80	BR		
11	Bloco de Concreto 14x19x39cm	3.000	UN.	R\$3,50	R\$10.500,00
12	Cimento 50kg	1400	SC		
13	Cal Virgem de 1A, 20kg	750	SC		
14	Caibro de 5x5cm em pinho	1600	M		
15	Chapa de maderite laminado 2,20x1, 10x14mm	100	UN.		
16	Chapa de maderite 2,20x1,10 10mm	30	UN.		
17	Concreto Usinado MPA 25, convencional	64	TON.		
18	Chapéu em concreto armado com ferro 5/16 para boca de lobo com parede interna de proteção de 1,00x0,17X,0,15	50	UN.	R\$80,00	R\$4.000,00



1	Chapéu em concreto armado com ferro 5/16 para boca de lobo com parede interna de proteção de 1,20x0,17X15	50	UN.	R\$100,00	R\$5.000,00
2	Disco diamantado de corte, para cortar asfalto e concreto. Diâmetro externo de 350mm e diâmetro do furo de 25,44mm. Tipo de corte refrigerado. Perfil do corte segmentado.	40	UN.	R\$280,00	R\$11.200,00
2	Grelha de Concreto para boca de lobo com base em concreto armado com ferro 1/4. base 72x52cm e grelha 60cm x 39cm.	50	UN.	R\$350,00	R\$17.500,00
2	Grelha de Concreto para boca de lobo com base em concreto armado com ferro 1/4. base 80/56 grelha 71,5x46	100	UN.		
2	Joelho soldável 25mm 90°	40	UN.		
2	Lona preta 100 micras com 4m de largura	1.000	M		
2	Malha de Ferro 4,2 com espaçamento de 15x15 tamanho 3x2m	200	UN.		
2	Mata junta de 3 metros de pinho	800	UN.		
2	Prancha de Eucalipto 5cm x 30cm x 6m	80	UN.		
2	Pedra britada nº1	250	M3		
2	Pedrisco	100	M3		
3	Prego 22x48	20	KG		
3	Prego 25x72	50	KG		
3	Prego 12x12	20	KG		
3	Prego polido com cabeça 18x30	45	KG		
3	Prego 17x21 com cabeça	50	KG		
3	Prego 18x24	50	KG		
3	Ripão de 2,5x5cm com 3m em pinho	400	UN.		
3	Revestimento cerâmico extra classificação "A", com absorção de máxima de Água 10%	50	M2		
3	Silicone incolor 280g	30	UN.		
3	Tábua madeira 2,5x25,0cm (1x9) tipo pinho	150	M		
4	Tábua madeira 2,5x30,0cm (1x12) tipo pinho	1.110	M		
4	Tábua madeira 15x2,5cm em pinho	400	M		
4	tampa de concreto armado com ferro 5/16	80	UN.	R\$150,	R\$12.000,

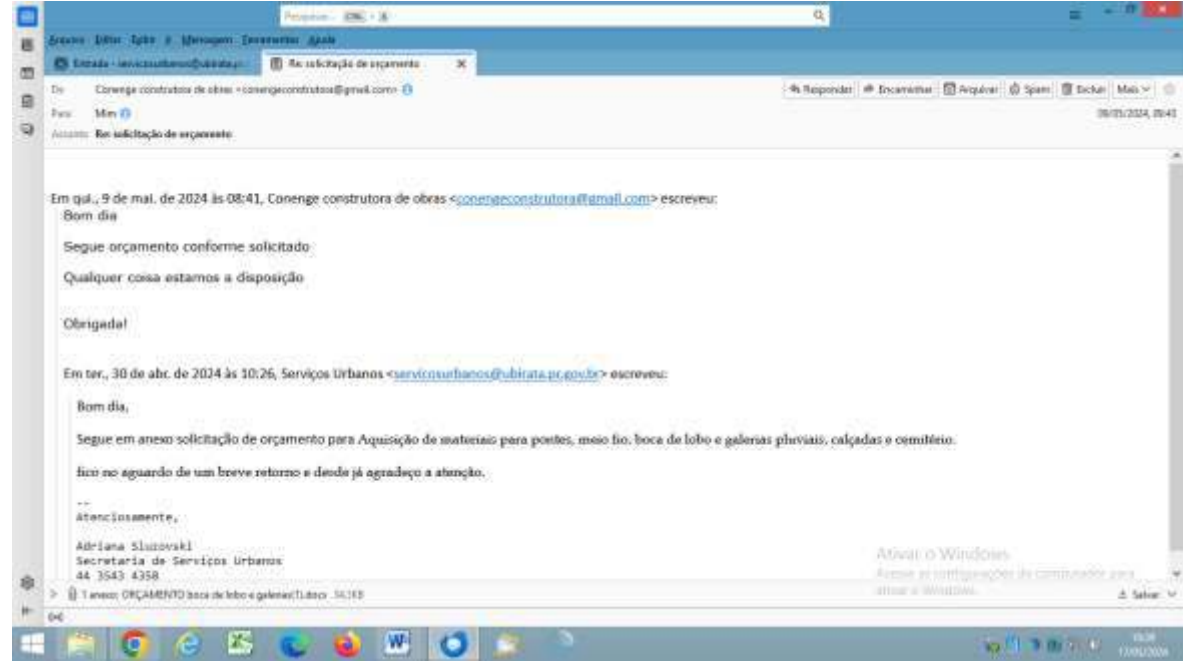
*bela, amada e gentil*





2	0,90x090x0,06cm			00	00
43	Tampa em concreto armado com ferro 5/16 – 1,20x0,70x0,06 cm	120	UN.	R\$190,00	R\$22.800,00
44	Tubo de concreto com encaixe, ponto e bolsa, sem ferragem, diâmetro de 40cm, comprimento de 1m.	200	UN.	R\$80,00	R\$16.000,00
45	Tubo de concreto com encaixe, ponto e bolsa, sem ferragem, diâmetro de 60cm, comprimento de 1m.	200	UN.	R\$110,00	R\$22.000,00
46	Tubo de concreto com encaixe, ponto e bolsa,com armação, diâmetro de 80cm, comprimento de 1m.	100	UN.	R\$220,00	R\$22.000,00
47	Tubo de concreto com encaixe, ponto e bolsa,com armação, diâmetro de 100cm, comprimento de 1m.	200	UN.	R\$430,00	R\$86.000,00
48	Tee soldável de 25mm	40	UN.		
49	Tijolo 6 furos 9x14x19cm	40.000	UN.		
50	Tijolo maciço	5.000	UN.		
51	Treliça leve de 6m	50	UN.		
52	Treliça H 8 pesada com 6m	100	UN.		
53	Torneira plástica para Jardim 3/4	50	UN.		

Servidor responsável pelo orçamento



**SECRETARIA:** SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RURAIS

**DESCRIÇÃO:** prancha de eucalipto



UBIRATÃ

PREFEITURA



DADOS DA EMPRESA

RAZÃO SOCIAL: IND. COMERCIO MADEIRAS ZAMPIERI LTDA

CNPJ: 76.1300950001-20

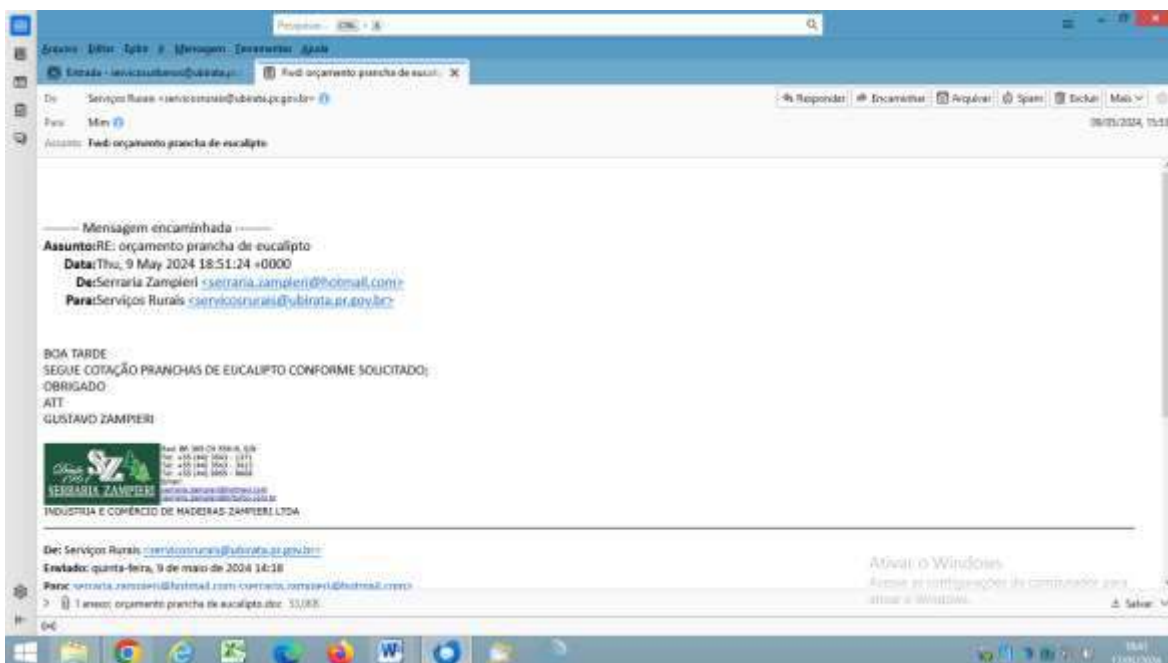
ENDEREÇO: RODOVIA BR 369, CH 558 B

TELEFONE: 44 3543-1371

E-MAIL: SERRARIA.ZAMPIERI@HOTMAIL.COM

ORÇAMENTO

ITEM	UND.	DESCRIÇÃO	QTD	V. UNIT	V.TOTAL
27	unid	Prancha de eucalipto medidas: 5 cm x 30 cm x 6m Observação: entrega inclusa em Ubitatã PR.	80	140,00	11.200,00



SECRETARIA: SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RURAIS

DESCRIÇÃO: prancha de eucalipto

DADOS DA EMPRESA

RAZÃO SOCIAL: MADEIREIRA SANTA ROSA LTDA

CNPJ: 01.699.020/0001.65

ENDEREÇO: Rua Guilherme Naimann N 257

TELEFONE: 44 99805-7531

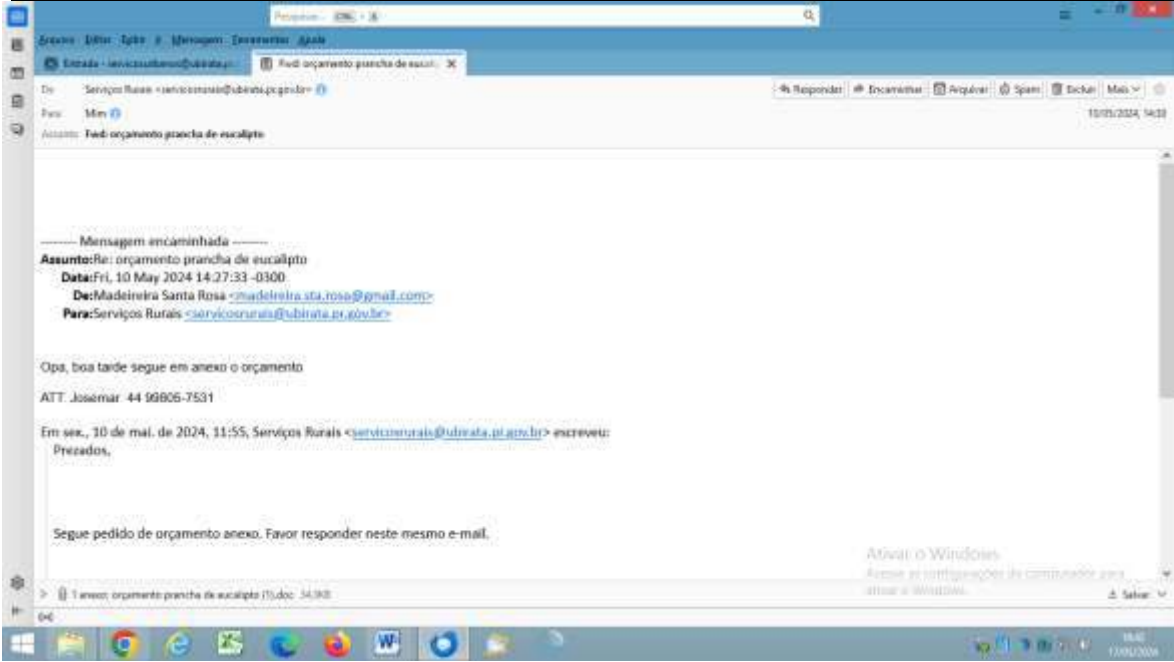
E-MAIL: madeireira.sta.rosa@gmail.com

ORÇAMENTO

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
www.ubirata.pr.gov.br

ITEM	UND.	DESCRIÇÃO	QTD	V. UNIT	V.TOTAL
27	unid	Prancha de eucalipto medidas: 5 cm x 30 cm x 6m Observação: entrega inclusa em Ubiratã PR.	80	R\$ 16 5,00	R\$ 13200,00



Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
76/2024	987933	Concluída	ADRIANA CANDIDA SLUZOVSKI

Título: material de construção

Observações:

Total de itens cotados: 34                      Valor total da pesquisa de preços: R\$ 1.284,8950

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item

Unidade de Fornecimento

Quantidade

294690 - Arame Material: Aço Carbono , Tratamento Superficial: Galvanizado , Bitola: 18 , Características Adicionais: Bwg , Tipo: Liso

Quilograma

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

Mediana

Coefficiente de Variação: 45,2644%

R\$ 1,0000

R\$ 19,2100

R\$ 18,0000

Desvio Padrão: 8,6953

Maior Preço: R\$ 35,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	28259	Quilograma	R\$ 1,0000	18/03/2024	Sim
2	I	FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A. - Compras.gov.br	1150	Quilograma	R\$ 14,7000	07/03/2024	Sim
3	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	16	Quilograma	R\$ 14,8900	12/01/2024	Sim
4	I	MINISTERIO DO DESENV,IND. COMERCIO E SERVIÇOS - Compras.gov.br	20	Quilograma	R\$ 35,0000	22/12/2023	Sim
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	34	Quilograma	R\$ 26,0000	20/12/2023	Sim
6	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	10	Quilograma	R\$ 15,9900	12/12/2023	Sim
7	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA - MG - Compras.gov.br	90	Quilograma	R\$ 18,0000	29/11/2023	Sim
8	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	230	Quilograma	R\$ 21,1600	28/11/2023	Sim
9	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	50	Quilograma	R\$ 21,8500	24/11/2023	Sim

Assinado por 2 pessoas: RONALDO FELIPE MACIEL e LUIZ ANTONIO MARAFON  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/4807-92B7-F7CC-89E7 e informe o código 4807-92B7-F7CC-89E7

10	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Quilograma	R\$ 16,3500	10/11/2023	Sim
11	I	INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br	200	Quilograma	R\$ 12,5000	10/10/2023	Sim
12	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	300	Quilograma	R\$ 17,7400	29/08/2023	Sim
13	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	28259	Quilograma	R\$ 1,0000	17/08/2023	Sim
14	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	200	Quilograma	R\$ 27,9000	10/08/2023	Sim
15	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	2000	Quilograma	R\$ 16,1500	31/07/2023	Sim
16	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	12	Quilograma	R\$ 27,0000	07/07/2023	Sim
17	I	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - Compras.gov.br	5	Quilograma	R\$ 33,0700	21/06/2023	Sim
18	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	15	Quilograma	R\$ 21,0000	30/05/2023	Sim
19	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 23,6900	10/05/2023	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 2

Descrição do item

216954 - Areia Tipo: Lavada , Granulometria: Média

Unidade de Fornecimento

Metro Cúbico

Quantidade

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 1,0000

Média

R\$ 106,7574

Mediana

R\$ 104,9900

Coefficiente de Variação: 49,4993%

Desvio Padrão: 52,8442

Maior Preço: R\$ 240,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Metro Cúbico	R\$ 240,0000	08/05/2024	Sim
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Metro Cúbico	R\$ 118,4900	07/05/2024	Sim
3	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	6	Metro Cúbico	R\$ 169,4000	06/05/2024	Sim
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Metro Cúbico	R\$ 122,0000	06/05/2024	Sim
5	I	PREFEITURA DE RIBEIRÃO PRETO - Compras.gov.br	30	Metro Cúbico	R\$ 87,0000	02/05/2024	Sim
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	203	Metro Cúbico	R\$ 68,9000	02/05/2024	Sim
7	I	PREFEITURA DE JUSSARA - PR - Compras.gov.br	1200	Metro Cúbico	R\$ 108,0000	02/05/2024	Sim
8	I	MINISTERIO DEFESA - Compras.gov.br	850	Metro Cúbico	R\$ 53,3300	26/04/2024	Sim
9	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	125	Metro Cúbico	R\$ 73,0000	24/04/2024	Sim
10	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - Compras.gov.br	300	Metro Cúbico	R\$ 90,0000	23/04/2024	Sim
11	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	350	Metro Cúbico	R\$ 68,9900	23/04/2024	Sim
12	I	INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br	120	Metro Cúbico	R\$ 129,5400	23/04/2024	Sim

Assinado por 2 pessoas: RONALDO FELIPE MACIEL e LUIZ ANTONIO MARAFON  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/4807-92B7-F7CC-89E7

13		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2827	Metro Cúbico	R\$ 109,0000	22/04/2024	Sim
14		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	160	Metro Cúbico	R\$ 155,0000	18/04/2024	Sim
15		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	550	Metro Cúbico	R\$ 140,0000	18/04/2024	Sim
16		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	200	Metro Cúbico	R\$ 118,0000	16/04/2024	Sim
17		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5886	Metro Cúbico	R\$ 118,0000	16/04/2024	Sim
18		ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	625	Metro Cúbico	R\$ 185,0000	12/04/2024	Sim
19		ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	1875	Metro Cúbico	R\$ 134,9900	12/04/2024	Sim
20		JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	1	Metro Cúbico	R\$ 40,0000	12/04/2024	Sim
21		PREFEITURA DE TELEMACO BORBA - PR - Compras.gov.br	1006	Metro Cúbico	R\$ 99,0000	12/04/2024	Sim
22		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4630	Metro Cúbico	R\$ 102,0000	11/04/2024	Sim
23		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	12	Metro Cúbico	R\$ 64,6300	09/04/2024	Sim
24		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	200	Metro Cúbico	R\$ 69,8900	05/04/2024	Sim
25		TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNIC. DO EST.DE GOIAS - Compras.gov.br	7	Metro Cúbico	R\$ 175,5000	05/04/2024	Sim
26		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Metro Cúbico	R\$ 108,0000	02/04/2024	Sim
27		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Metro Cúbico	R\$ 120,0000	02/04/2024	Sim
28		ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	5000	Metro Cúbico	R\$ 47,2600	02/04/2024	Sim
29		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	475	Metro Cúbico	R\$ 121,0000	02/04/2024	Sim
30		ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	5000	Metro Cúbico	R\$ 47,2500	02/04/2024	Sim
31		ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	1000	Metro Cúbico	R\$ 158,0900	01/04/2024	Sim
32		PREFEITURA DE RENASCENÇA - PR - Compras.gov.br	100	Metro Cúbico	R\$ 193,9900	27/03/2024	Sim
33		SECRETARIA DE EST.DE ADMINIST. PENITENCIÁRIA - Compras.gov.br	400	Metro Cúbico	R\$ 187,4200	26/03/2024	Sim
34		PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE - Compras.gov.br	450	Metro Cúbico	R\$ 186,9700	26/03/2024	Sim
35		PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC - Compras.gov.br	20000	Metro Cúbico	R\$ 40,5000	25/03/2024	Sim
36		PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC - Compras.gov.br	20000	Metro Cúbico	R\$ 25,0000	25/03/2024	Sim
37		ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	500	Metro Cúbico	R\$ 50,0000	22/03/2024	Sim
38		ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	600	Metro Cúbico	R\$ 88,9500	21/03/2024	Sim
39		DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	30	Metro Cúbico	R\$ 155,0000	20/03/2024	Sim
40		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	340	Metro Cúbico	R\$ 220,0000	19/03/2024	Sim
41		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	45822	Metro Cúbico	R\$ 1,0000	18/03/2024	Sim
42		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	137466	Metro Cúbico	R\$ 1,0000	18/03/2024	Sim
43		ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	400	Metro Cúbico	R\$ 94,8000	15/03/2024	Sim
44		ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	252	Metro Cúbico	R\$ 78,0000	15/03/2024	Sim
		ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.					

Assinado por 2 pessoas: RONALDO FELIPE MACIEL e LUIZ ANTONIO MARAFON  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/4807-92B7-F7CC-89E7> e informe o código 4807-92B7-F7CC-89E7





45	I	br	1009	Metro Cúbico	R\$ 78,0000	15/03/2024	Sim
46	I	INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO - Compras.gov.br	300	Metro Cúbico	R\$ 78,0000	14/03/2024	Sim
47	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	167	Metro Cúbico	R\$ 130,0000	13/03/2024	Sim
48	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	180	Metro Cúbico	R\$ 93,0000	10/03/2024	Sim
49	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Metro Cúbico	R\$ 87,0000	06/03/2024	Sim
50	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	5	Metro Cúbico	R\$ 107,9800	28/02/2024	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 3

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade
265158 - Adesivo Conexão Hidráulica Aplicação: Tubos E Conexões De Pvc , Apresentação: Frasco		Bisnaga 75 Grama	1
Consolidação dos preços cotados			
Menor Preço	Média	Mediana	Coefficiente de Variação: 65,0147%
R\$ 2,6700	R\$ 7,1450	R\$ 5,8100	Desvio Padrão: 4,6453
Método de cálculo adotado: Mediana			Maior Preço: R\$ 16,1500

Filtro Aplicado							
Período: 12 Meses							
Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	804	Bisnaga 75 Grama	R\$ 2,9300	22/11/2023	Sim
2	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - Compras.gov.br	800	Bisnaga 75 Grama	R\$ 2,6700	06/10/2023	Sim
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2	Bisnaga 75 Grama	R\$ 16,1500	04/09/2023	Sim
4	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Bisnaga 75 Grama	R\$ 6,6700	22/08/2023	Sim
5	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Bisnaga 75 Grama	R\$ 9,5000	27/07/2023	Sim
6	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	50	Bisnaga 75 Grama	R\$ 4,9500	19/06/2023	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 4

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade
616640 - Argamassa Composição: Cimento, Agregados Minerais E Aditivos Químicos , Cor: Branca , Tipo: Ac Iii		Saco 20 Quilograma	1
Consolidação dos preços cotados			
Menor Preço	Média	Mediana	Coefficiente de Variação: 0,0000%
R\$ 25,7500	R\$ 25,7500	R\$ 25,7500	Desvio Padrão: 0,0000
Método de cálculo adotado: Mediana			Maior Preço: R\$ 25,7500

Assinado por 2 pessoas: RONALDO FELIPE MACIEL e LUIZ ANTONIO MARAFON  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/4807-92B7-F7CC-89E7>

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR - Compras.gov.br	20	Saco 20 Quilograma	R\$ 25,7500	03/05/2024	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 5

Descrição do item

381116 - Vergalhão Material: Aço Carbono Sae 1020 , Bitola: 1/4 POL, Características Adicionais: Redondo

Unidade de Fornecimento

Metro

Quantidade

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 19,1000

Média

R\$ 25,1440

Mediana

R\$ 25,5500

Coefficiente de Variação: 14,3128%

Desvio Padrão: 3,5988

Maior Preço: R\$ 30,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PMSP- SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - Compras.gov.br	100	Metro	R\$ 19,1000	09/04/2024	Sim
2	I	PREFEITURA DE PRIMEIRO DE MAIO - PR - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 26,9800	10/01/2024	Sim
3	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	154	Unidade	R\$ 24,0900	04/01/2024	Sim
4	I	PREFEITURA MUNICIPAL SÃO MIGUEL DO GUAMÁ - PA - Compras.gov.br	1688	Unidade	R\$ 30,0000	06/10/2023	Sim
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1410	Unidade	R\$ 25,5500	14/06/2023	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 6

Descrição do item

270736 - Ferro Construção Civil Tipo: Ca-50 , Diâmetro: 3/8 PO

Unidade de Fornecimento

Barra 12 Metro

Quantidade

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 38,0000

Média

R\$ 54,8748

Mediana

R\$ 55,0000

Coefficiente de Variação: 14,7348%

Desvio Padrão: 8,0857

Maior Preço: R\$ 68,8000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Barra 12 Metro	R\$ 45,8000	07/05/2024	Sim
2	I	PREFEITURA DE ITAPEJARA D'OESTE - PR - Compras.gov.br	400	Barra 12 Metro	R\$ 47,5000	19/04/2024	Sim
		PREFEITURA DE ITAPEJARA D'OESTE -					

Assinado por 2 pessoas: RONALDO FELIPE MACIEL e LUIZ ANTONIO MARAFON  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/4807-92B7-F7CC-89E7> e informe o código 4807-92B7-F7CC-89E7



3	I	PR - Compras.gov.br	300	Barra 12 Metro	R\$ 65,9666	19/04/2024	Sim
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	854	Barra 12 Metro	R\$ 61,4200	11/04/2024	Sim
5	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	600	Barra 12 Metro	R\$ 45,0000	03/04/2024	Sim
6	I	DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	60	Barra 12 Metro	R\$ 38,0000	20/03/2024	Sim
7	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA - PE - Compras.gov.br	90	Barra 12 Metro	R\$ 52,2222	05/03/2024	Sim
8	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	75	Barra 12 Metro	R\$ 65,0000	31/01/2024	Sim
9	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	60	Barra 12 Metro	R\$ 61,0000	26/01/2024	Sim
10	I	COMPANHIA DE SERV.URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA - Compras.gov.br	200	Barra 12 Metro	R\$ 58,0000	22/01/2024	Sim
11	I	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA - Compras.gov.br	20	Barra 12 Metro	R\$ 51,6000	18/12/2023	Sim
12	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	12	Barra 12 Metro	R\$ 68,8000	11/12/2023	Sim
13	I	PREFEITURA DE DONA FRANCISCA - Compras.gov.br	20	Barra 12 Metro	R\$ 62,0000	13/11/2023	Sim
14	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	205	Barra 12 Metro	R\$ 39,0000	08/11/2023	Sim
15	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	800	Barra 12 Metro	R\$ 59,8000	30/10/2023	Sim
16	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	375	Barra 12 Metro	R\$ 55,0000	04/10/2023	Sim
17	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	1125	Barra 12 Metro	R\$ 55,0000	04/10/2023	Sim
18	I	INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br	1	Barra 12 Metro	R\$ 49,9000	28/09/2023	Sim
19	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	40	Barra 12 Metro	R\$ 51,9000	22/09/2023	Sim
20	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	26	Barra 12 Metro	R\$ 52,6100	15/08/2023	Sim
21	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	700	Barra 12 Metro	R\$ 46,5000	10/08/2023	Sim
22	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	100	Barra 12 Metro	R\$ 57,4800	02/08/2023	Sim
23	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	100	Barra 12 Metro	R\$ 65,9700	01/08/2023	Sim
24	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Barra 12 Metro	R\$ 58,5000	20/07/2023	Sim
25	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	820	Barra 12 Metro	R\$ 57,9000	23/06/2023	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 7

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade
255612 - Ferro Construção Civil Tipo: Ca-50 , Diâmetro: 1/4 PO		Barra 12 Metro	1
Consolidação dos preços cotados			
Menor Preço	Média	Mediana	Coefficiente de Variação: 13,3221%
R\$ 19,9500	R\$ 26,2827	R\$ 25,0000	Desvio Padrão: 3,5014
Método de cálculo adotado: Mediana			Maior Preço: R\$ 33,0000

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	-------

Assinado por 2 pessoas: RONALDO FELIPE MACIEL e LUIZ ANTONIO MARAFON  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/4807-92B7-F7CC-89E7> e informe o código 4807-92B7-F7CC-89E7

1		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1560	Barra 12 Metro	R\$ 26,1600	11/04/2024	Sim
2		PREFEITURA DE SÃO VICENTE DO SUL - Compras.gov.br	150	Barra 12 Metro	R\$ 19,9500	01/02/2024	Sim
3		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	280	Barra 12 Metro	R\$ 30,3400	31/01/2024	Sim
4		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	60	Barra 12 Metro	R\$ 27,0000	26/01/2024	Sim
5		COMPANHIA DE SERV.URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA - Compras.gov.br	1000	Barra 12 Metro	R\$ 24,6600	22/01/2024	Sim
6		COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	1	Barra 12 Metro	R\$ 33,0000	06/11/2023	Sim
7		ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	800	Barra 12 Metro	R\$ 23,8000	30/10/2023	Sim
8		ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	375	Barra 12 Metro	R\$ 25,0000	04/10/2023	Sim
9		ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	1125	Barra 12 Metro	R\$ 25,0000	04/10/2023	Sim
10		ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	100	Barra 12 Metro	R\$ 30,2000	02/08/2023	Sim
11		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	880	Barra 12 Metro	R\$ 24,0000	23/06/2023	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 8

Descrição do item

387217 - Ferro Construção Civil Tipo: Ca-50 , Diâmetro: 4,2 M

Unidade de Fornecimento

Barra 12 Metro

Quantidade

1


Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 10,0000

Média

R\$ 16,8418

 Mediana

R\$ 13,4900

Coefficiente de Variação: 79,7379%

Desvio Padrão: 13,4293

Maior Preço: R\$ 70,1000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compe
1		ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	100	Barra 12 Metro	R\$ 10,0000	15/03/2024	Sim
2		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	40	Barra 12 Metro	R\$ 17,0000	08/03/2024	Sim
3		PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA - PE - Compras.gov.br	50	Barra 12 Metro	R\$ 12,4000	05/03/2024	Sim
4		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	150	Barra 12 Metro	R\$ 16,2100	15/02/2024	Sim
5		PREFEITURA DE SÃO VICENTE DO SUL - Compras.gov.br	300	Barra 12 Metro	R\$ 11,9500	01/02/2024	Sim
6		SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA - Compras.gov.br	20	Barra 12 Metro	R\$ 11,8000	18/12/2023	Sim
7		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2700	Barra 12 Metro	R\$ 12,7600	30/11/2023	Sim
8		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	205	Barra 12 Metro	R\$ 14,9000	08/11/2023	Sim
9		INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br	1	Barra 12 Metro	R\$ 11,9000	28/09/2023	Sim
10		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	70	Barra 12 Metro	R\$ 14,4200	04/09/2023	Sim
		COMANDO DO EXERCITO - Compras.					

11	I	gov.br	370	Barra 12 Metro	R\$ 12,0000	10/08/2023	Sim
12	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	90	Barra 12 Metro	R\$ 70,1000	01/08/2023	Sim
13	I	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-GO - Compras.gov.br	150	Barra 12 Metro	R\$ 13,4900	19/07/2023	Sim
14	I	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-GO - Compras.gov.br	150	Barra 12 Metro	R\$ 12,8900	01/06/2023	Sim
15	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO RS - Compras.gov.br	35	Barra 12 Metro	R\$ 14,8300	23/05/2023	Sim
16	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO RS - Compras.gov.br	35	Barra 12 Metro	R\$ 14,8300	23/05/2023	Sim
17	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO RS - Compras.gov.br	24	Barra 12 Metro	R\$ 14,8300	23/05/2023	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 9

Descrição do item

251607 - Ferro Construção Civil Tipo: Ca-50 , Diâmetro: 5/16 PO

Unidade de Fornecimento

Barra 12 Metro

Quantidade

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 7,0000

Média

R\$ 42,5038

● Mediana

R\$ 39,9950

Coeficiente de Variação: 47,9959%

Desvio Padrão: 20,4001

Maior Preço: R\$ 127,9000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA DE ITAPEJARA D'OESTE - PR - Compras.gov.br	600	Barra 12 Metro	R\$ 32,8333	19/04/2024	Sim
2	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	700	Barra 12 Metro	R\$ 34,9200	18/04/2024	Sim
3	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	300	Barra 12 Metro	R\$ 7,0000	03/04/2024	Sim
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	453	Barra 12 Metro	R\$ 34,9900	02/04/2024	Sim
5	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA - PE - Compras.gov.br	100	Barra 12 Metro	R\$ 35,0000	05/03/2024	Sim
6	I	PREFEITURA DE SÃO VICENTE DO SUL - Compras.gov.br	200	Barra 12 Metro	R\$ 35,9500	01/02/2024	Sim
7	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	75	Barra 12 Metro	R\$ 39,9900	31/01/2024	Sim
8	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	60	Barra 12 Metro	R\$ 43,0000	26/01/2024	Sim
9	I	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA - Compras.gov.br	20	Barra 12 Metro	R\$ 35,6900	18/12/2023	Sim
10	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	15	Barra 12 Metro	R\$ 48,9600	11/12/2023	Sim
11	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	205	Barra 12 Metro	R\$ 46,3300	08/11/2023	Sim
12	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	800	Barra 12 Metro	R\$ 40,8000	30/10/2023	Sim
13	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	375	Barra 12 Metro	R\$ 39,0000	04/10/2023	Sim
14	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	1125	Barra 12 Metro	R\$ 40,0000	04/10/2023	Sim
15	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	120	Barra 12 Metro	R\$ 34,0000	22/09/2023	Sim

16	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	100	Barra 12 Metro	R\$ 40,0000	02/08/2023	Sim
17	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	60	Barra 12 Metro	R\$ 127,9000	01/08/2023	Sim
18	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Barra 12 Metro	R\$ 35,8400	20/07/2023	Sim
19	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	70	Barra 12 Metro	R\$ 45,0000	01/06/2023	Sim
20	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO RS - Compras.gov.br	5	Barra 12 Metro	R\$ 45,9600	23/05/2023	Sim
21	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO RS - Compras.gov.br	5	Barra 12 Metro	R\$ 45,9600	23/05/2023	Sim
22	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO RS - Compras.gov.br	24	Barra 12 Metro	R\$ 45,9600	23/05/2023	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 10

Descrição do item

481432 - Tubo Hidráulico Material: Pvc , Diâmetro: 25 MM, Tipo: Soldável

Unidade de Fornecimento

Tubo 6 Metro

Quantidade

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 10,5000

Média

R\$ 47,7359

Mediana

R\$ 19,8300

Coefficiente de Variação: 261,5317%

Desvio Padrão: 124,8445

Maior Preço: R\$ 779,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	150	Tubo 6 Metro	R\$ 11,0000	07/05/2024	Sim
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	125	Tubo 6 Metro	R\$ 18,0000	26/04/2024	Sim
3	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA - Compras.gov.br	3	Tubo 6 Metro	R\$ 26,0000	18/04/2024	Sim
4	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA - Compras.gov.br	3	Tubo 6 Metro	R\$ 42,7200	18/04/2024	Sim
5	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA - Compras.gov.br	3	Tubo 6 Metro	R\$ 27,5000	18/04/2024	Sim
6	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA - Compras.gov.br	3	Tubo 6 Metro	R\$ 11,5300	18/04/2024	Sim
7	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA - Compras.gov.br	110	Tubo 6 Metro	R\$ 14,2900	18/04/2024	Sim
8	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	20	Tubo 6 Metro	R\$ 20,5000	12/03/2024	Sim
9	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	304	Tubo 6 Metro	R\$ 17,3100	08/03/2024	Sim
10	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA - PE - Compras.gov.br	30	Tubo 6 Metro	R\$ 29,7000	05/03/2024	Sim
11	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA - PE - Compras.gov.br	50	Tubo 6 Metro	R\$ 46,3400	05/03/2024	Sim
12	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA - PE - Compras.gov.br	100	Tubo 6 Metro	R\$ 13,0000	05/03/2024	Sim
13	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA - PE - Compras.gov.br	100	Tubo 6 Metro	R\$ 17,4700	05/03/2024	Sim
14	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10	Tubo 6 Metro	R\$ 24,8000	05/02/2024	Sim

Assinado por 2 pessoas: RONALDO FELIPE MACIEL e LUIZ ANTONIO MARAFON  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/4807-92B7-F7CC-89E7>

15	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁ - SC - Compras.gov.br	1000	Tubo 6 Metro	R\$ 14,5000	02/02/2024	Sim
16	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁ - SC - Compras.gov.br	1000	Tubo 6 Metro	R\$ 12,5000	02/02/2024	Sim
17	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	200	Tubo 6 Metro	R\$ 13,7200	01/02/2024	Sim
18	I	DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	12	Tubo 6 Metro	R\$ 19,8300	14/12/2023	Sim
19	I	DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	48	Tubo 6 Metro	R\$ 19,8300	14/12/2023	Sim
20	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	5	Tubo 6 Metro	R\$ 15,9000	13/12/2023	Sim
21	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	50	Tubo 6 Metro	R\$ 14,0000	29/11/2023	Sim
22	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	50	Tubo 6 Metro	R\$ 17,4900	29/11/2023	Sim
23	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	1057	Tubo 6 Metro	R\$ 16,8700	20/11/2023	Sim
24	I	COMPANHIA DE SERV.URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA - Compras.gov.br	100	Tubo 6 Metro	R\$ 12,5000	16/11/2023	Sim
25	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	4	Tubo 6 Metro	R\$ 34,9000	14/11/2023	Sim
26	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	140	Tubo 6 Metro	R\$ 16,8000	08/11/2023	Sim
27	I	INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br	10	Tubo 6 Metro	R\$ 47,8400	31/10/2023	Sim
28	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	20	Tubo 6 Metro	R\$ 19,7800	23/10/2023	Sim
29	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	2	Tubo 6 Metro	R\$ 102,0000	14/10/2023	Sim
30	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	5	Tubo 6 Metro	R\$ 20,1600	10/10/2023	Sim
31	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	5	Tubo 6 Metro	R\$ 19,9900	10/10/2023	Sim
32	I	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - Compras.gov.br	30	Tubo 6 Metro	R\$ 17,9900	05/10/2023	Sim
33	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	20	Tubo 6 Metro	R\$ 14,1000	28/09/2023	Sim
34	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	95	Tubo 6 Metro	R\$ 14,6600	18/09/2023	Sim
35	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	1	Tubo 6 Metro	R\$ 28,1600	04/09/2023	Sim
36	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	5	Tubo 6 Metro	R\$ 20,1600	19/08/2023	Sim
37	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	5	Tubo 6 Metro	R\$ 19,9900	19/08/2023	Sim
38	I	PMSP- SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - Compras.gov.br	20	Tubo 6 Metro	R\$ 27,5200	18/08/2023	Sim
39	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	84	Tubo 6 Metro	R\$ 25,9200	17/08/2023	Sim
40	I	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	150	Tubo 6 Metro	R\$ 15,1100	04/08/2023	Sim
41	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	450	Tubo 6 Metro	R\$ 23,3900	01/08/2023	Sim
42	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	2	Tubo 6 Metro	R\$ 23,3900	01/08/2023	Sim
43	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	250	Tubo 6 Metro	R\$ 13,5500	26/07/2023	Sim
44	I	PREFEITURA DE ENTRE IJUIS - Compras.gov.br	500	Tubo 6 Metro	R\$ 23,4500	18/07/2023	Sim
45	I	PREFEITURA DE ENTRE IJUIS - Compras.gov.br	1000	Tubo 6 Metro	R\$ 10,9900	18/07/2023	Sim
46	I	PREFEITURA DE ENTRE IJUIS - Compras.gov.br	1000	Tubo 6 Metro	R\$ 10,5000	18/07/2023	Sim
47	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	40	Tubo 6 Metro	R\$ 779,0000	07/07/2023	Sim

Assinado por 2 pessoas: RONALDO FELIPE MACIEL e LUIZ ANTONIO MARAFON  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/4807-92B7-F7CC-89E7> e informe o código 4807-92B7-F7CC-89E7



48	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	1000	Tubo 6 Metro	R\$ 26,9900	07/07/2023	Sim
49	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	6000	Tubo 6 Metro	R\$ 53,1670	07/07/2023	Sim
50	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	10	Tubo 6 Metro	R\$ 499,9900	07/07/2023	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 11

**Descrição do item**  
  
478212 - Bloco De Concreto Comprimento: 39 CM, Largura: 14 CM, Altura: 19 CM, Aplicação: Construção Civil , Tipo: Vazado

**Unidade de Fornecimento**  
  
Unidade

**Quantidade**  
  
1

**Consolidação dos preços cotados**  
  

Menor Preço

Média

● Mediana

Coefficiente de Variação: 24,5870%

Desvio Padrão: 0,9227

Maior Preço: R\$ 5,9500

R\$ 1,0000

R\$ 3,7528

R\$ 3,7650

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compos
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	24150	Unidade	R\$ 3,7500	22/04/2024	Sim
2	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 3,3300	04/04/2024	Sim
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	9000	Unidade	R\$ 3,9900	02/04/2024	Sim
4	I	PMSP- SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 2,5900	28/03/2024	Sim
5	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE - Compras.gov.br	11000	Unidade	R\$ 2,7000	26/03/2024	Sim
6	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	73000	Unidade	R\$ 2,9700	21/03/2024	Sim
7	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	19500	Unidade	R\$ 3,0900	21/03/2024	Sim
8	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	58500	Unidade	R\$ 3,0900	21/03/2024	Sim
9	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	10000	Unidade	R\$ 2,9000	21/03/2024	Sim
10	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	22725	Unidade	R\$ 1,0000	18/03/2024	Sim
11	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 2,8500	12/03/2024	Sim
12	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	20000	Unidade	R\$ 3,2900	12/03/2024	Sim
13	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 3,8500	08/03/2024	Sim
14	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	6250	Unidade	R\$ 4,4700	23/02/2024	Sim
15	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	13750	Unidade	R\$ 3,6800	23/02/2024	Sim
16	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	22500	Unidade	R\$ 4,5900	23/02/2024	Sim
17	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	13000	Unidade	R\$ 3,6200	23/02/2024	Sim
18	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	18750	Unidade	R\$ 4,4700	23/02/2024	Sim
19	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	41250	Unidade	R\$ 3,6800	23/02/2024	Sim

Assinado por 2 pessoas: RONALDO FELIPE MACIEL e LUIZ ANTONIO MARAFON  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/4807-92B7-F7CC-89E7> e informe o código 4807-92B7-F7CC-89E7

20	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	67500	Unidade	R\$ 4,5900	23/02/2024	Sim
21	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	7920	Unidade	R\$ 3,8000	21/02/2024	Sim
22	I	PREFEITURA DE CASCAVEL / PR - Compras.gov.br	2856	Unidade	R\$ 4,7800	15/01/2024	Sim
23	I	PMSP- SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - Compras.gov.br	10000	Unidade	R\$ 2,9000	02/01/2024	Sim
24	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 2,8000	28/12/2023	Sim
25	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 4,5000	28/12/2023	Sim
26	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO - MG - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 3,6700	28/12/2023	Sim
27	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - Compras.gov.br	4320	Unidade	R\$ 4,2000	08/12/2023	Sim
28	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 4,9000	06/12/2023	Sim
29	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 4,9000	06/12/2023	Sim
30	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.DO NORTE DE MG - Compras.gov.br	3000	Unidade	R\$ 3,7800	01/12/2023	Sim
31	I	PMSP- SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - Compras.gov.br	3000	Unidade	R\$ 2,6800	29/11/2023	Sim
32	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁ - SC - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 2,7000	14/11/2023	Sim
33	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁ - SC - Compras.gov.br	3000	Unidade	R\$ 2,5700	14/11/2023	Sim
34	I	PMSP- SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - Compras.gov.br	18000	Unidade	R\$ 2,6800	27/10/2023	Sim
35	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	1500	Unidade	R\$ 3,6300	26/10/2023	Sim
36	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 4,6500	17/10/2023	Sim
37	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	332	Unidade	R\$ 4,4500	17/10/2023	Sim
38	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 3,9700	04/10/2023	Sim
39	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	6000	Unidade	R\$ 4,0000	04/10/2023	Sim
40	I	ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	9100	Unidade	R\$ 2,0000	04/10/2023	Sim
41	I	PMSP- SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 3,3700	28/09/2023	Sim
42	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	250	Unidade	R\$ 5,0000	20/09/2023	Sim
43	I	PREFEITURA DE ITAPEJARA D'OESTE - PR - Compras.gov.br	10000	Unidade	R\$ 4,2900	14/09/2023	Sim
44	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 4,5000	01/09/2023	Sim
45	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU - Compras.gov.br	15000	Unidade	R\$ 4,5000	01/09/2023	Sim
46	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	8000	Unidade	R\$ 5,0000	24/08/2023	Sim
47	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	1500	Unidade	R\$ 3,7500	24/08/2023	Sim
48	I	PMSP- SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - Compras.gov.br	3000	Unidade	R\$ 4,2700	24/08/2023	Sim
49	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	4000	Unidade	R\$ 4,9500	18/08/2023	Sim
50	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	4000	Unidade	R\$ 5,9500	18/08/2023	Sim

Assinado por 2 pessoas: RONALDO FELIPE MACIEL e LUIZ ANTONIO MARAFON  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/4807-92B7-F7CC-89E7> e informe o código 4807-92B7-F7CC-89E7





Item: 12

Descrição do item

454500 - Cimento Portland Material: Clinker , Tipo: Cp li - F 32

Unidade de Fornecimento

Saco 50 Quilograma

Quantidade

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 26,2000

Média

R\$ 39,2698

Mediana

R\$ 36,9500

Coeficiente de Variação: 22,8000%

Desvio Padrão: 8,9535

Maior Preço: R\$ 69,6400

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA DE RIBEIRÃO PRETO - Compras.gov.br	1000	Saco 50 Quilograma	R\$ 28,5000	07/05/2024	Sim
2	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	600	Saco 50 Quilograma	R\$ 30,0000	07/05/2024	Sim
3	I	PREFEITURA DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR - Compras.gov.br	100	Saco 50 Quilograma	R\$ 32,5000	03/05/2024	Sim
4	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	50	Saco 50 Quilograma	R\$ 36,9000	02/05/2024	Sim
5	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	2139	Saco 50 Quilograma	R\$ 35,3900	24/04/2024	Sim
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	820	Saco 50 Quilograma	R\$ 35,8500	24/04/2024	Sim
7	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	39997	Saco 50 Quilograma	R\$ 35,7400	24/04/2024	Sim
8	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	2139	Saco 50 Quilograma	R\$ 35,3500	24/04/2024	Sim
9	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	250	Saco 50 Quilograma	R\$ 48,0000	22/04/2024	Sim
10	I	PREFEITURA DE TELEMACO BORBA - PR - Compras.gov.br	1545	Saco 50 Quilograma	R\$ 29,0000	12/04/2024	Sim
11	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	24495	Saco 50 Quilograma	R\$ 60,8900	11/04/2024	Sim
12	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	150	Saco 50 Quilograma	R\$ 43,0000	10/04/2024	Sim
13	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10	Saco 50 Quilograma	R\$ 37,9900	09/04/2024	Sim
14	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	300	Saco 50 Quilograma	R\$ 44,3000	08/04/2024	Sim
15	I	TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNIC. DO EST.DE GOIAS - Compras.gov.br	50	Saco 50 Quilograma	R\$ 47,2500	05/04/2024	Sim
16	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	200	Saco 50 Quilograma	R\$ 30,9500	02/04/2024	Sim
17	I	ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	6000	Saco 50 Quilograma	R\$ 28,9300	02/04/2024	Sim
18	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1905	Saco 50 Quilograma	R\$ 33,0000	02/04/2024	Sim
19	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1	Saco 50 Quilograma	R\$ 32,0000	02/04/2024	Sim
20	I	ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	6000	Saco 50 Quilograma	R\$ 28,9300	02/04/2024	Sim
21	I	PREFEITURA DE JANDAIA DO SUL - PR - Compras.gov.br	1000	Saco 50 Quilograma	R\$ 37,7000	01/04/2024	Sim
22	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU - Compras.gov.br	1400	Saco 50 Quilograma	R\$ 29,0000	25/03/2024	Sim
		PREFEITURA MUNICIPAL DE					

Assinado por 2 pessoas: RONALDO FELIPE MACIEL e LUIZ ANTONIO MARAFON  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/4807-92B7-F7CC-89E7> e informe o código 4807-92B7-F7CC-89E7



23	I	BOTUCATU - Compras.gov.br	13600	Saco 50 Quilograma	R\$ 29,0000	25/03/2024	Sim
24	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2925	Saco 50 Quilograma	R\$ 45,0000	19/03/2024	Sim
25	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	975	Saco 50 Quilograma	R\$ 45,0000	19/03/2024	Sim
26	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	65	Saco 50 Quilograma	R\$ 46,9900	11/03/2024	Sim
27	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	402	Saco 50 Quilograma	R\$ 49,6100	11/03/2024	Sim
28	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1945	Saco 50 Quilograma	R\$ 44,8000	08/03/2024	Sim
29	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1900	Saco 50 Quilograma	R\$ 44,6800	06/03/2024	Sim
30	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA - PE - Compras.gov.br	250	Saco 50 Quilograma	R\$ 26,2000	05/03/2024	Sim
31	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	400	Saco 50 Quilograma	R\$ 36,8000	27/02/2024	Sim
32	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	800	Saco 50 Quilograma	R\$ 58,9800	19/02/2024	Sim
33	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2500	Saco 50 Quilograma	R\$ 45,0000	29/01/2024	Sim
34	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	1000	Saco 50 Quilograma	R\$ 34,9000	29/01/2024	Sim
35	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	3000	Saco 50 Quilograma	R\$ 34,9000	29/01/2024	Sim
36	I	PMSP- SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - Compras.gov.br	4800	Saco 50 Quilograma	R\$ 27,4700	23/01/2024	Sim
37	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	500	Saco 50 Quilograma	R\$ 40,7000	22/01/2024	Sim
38	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	150	Saco 50 Quilograma	R\$ 41,0000	18/01/2024	Sim
39	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	40	Saco 50 Quilograma	R\$ 40,0000	16/01/2024	Sim
40	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - Compras.gov.br	2658	Saco 50 Quilograma	R\$ 35,7400	05/01/2024	Sim
41	I	MINISTERIO DA CIENCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Compras.gov.br	500	Saco 50 Quilograma	R\$ 35,0000	28/12/2023	Sim
42	I	PREFEITURA DE VERA CRUZ DO OESTE - PR - Compras.gov.br	2500	Saco 50 Quilograma	R\$ 34,9000	27/12/2023	Sim
43	I	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	100	Saco 50 Quilograma	R\$ 41,5000	26/12/2023	Sim
44	I	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	1000	Saco 50 Quilograma	R\$ 69,6400	22/12/2023	Sim
45	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC.DO TOCANTINS - Compras.gov.br	350	Saco 50 Quilograma	R\$ 48,9500	21/12/2023	Sim
46	I	PREFEITURA DE SANTANA DO LIVRAMENTO - Compras.gov.br	135	Saco 50 Quilograma	R\$ 47,2500	20/12/2023	Sim
47	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	700	Saco 50 Quilograma	R\$ 31,1500	18/12/2023	Sim
48	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	200	Saco 50 Quilograma	R\$ 37,0000	13/12/2023	Sim
49	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - Compras.gov.br	48	Saco 50 Quilograma	R\$ 47,5000	12/12/2023	Sim
50	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	150	Saco 50 Quilograma	R\$ 42,6600	12/12/2023	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 13

Assinado por 2 pessoas: RONALDO FELIPE MACIEL e LUIZ ANTONIO MARAFON  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/4807-92B7-F7CC-89E7> e informe o código 4807-92B7-F7CC-89E7



Descrição do item

255402 - Cal Viva Material: Óxido Cálcio , Cor: Branca , Apresentação: Pó , Aplicação: Construção Em Geral

Unidade de Fornecimento

Saco 20 Quilograma

Quantidade

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 8,1000

Média

R\$ 14,9482

Mediana

R\$ 14,8000

Coefficiente de Variação: 23,4021%

Desvio Padrão: 3,4982

Maior Preço: R\$ 20,7500

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA DE JUSSARA - PR - Compras.gov.br	1200	Saco 20 Quilograma	R\$ 19,0000	02/05/2024	Sim
2	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	2500	Saco 20 Quilograma	R\$ 17,0000	19/04/2024	Sim
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1433	Saco 20 Quilograma	R\$ 17,9000	02/04/2024	Sim
4	I	PREFEITURA DE PRIMEIRO DE MAIO - PR - Compras.gov.br	4000	Saco 20 Quilograma	R\$ 15,7800	10/01/2024	Sim
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	300	Saco 20 Quilograma	R\$ 13,0000	28/11/2023	Sim
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3412	Saco 20 Quilograma	R\$ 12,1000	18/10/2023	Sim
7	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	5	Saco 20 Quilograma	R\$ 8,1000	18/08/2023	Sim
8	I	PREFEITURA DE JANIOPOLIS PR - Compras.gov.br	150	Saco 20 Quilograma	R\$ 14,5000	07/08/2023	Sim
9	I	PREFEITURA DE JANIOPOLIS PR - Compras.gov.br	30	Saco 20 Quilograma	R\$ 11,5000	07/08/2023	Sim
10	I	PREFEITURA DE JANIOPOLIS PR - Compras.gov.br	300	Saco 20 Quilograma	R\$ 14,8000	07/08/2023	Sim
11	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	14	Saco 20 Quilograma	R\$ 20,7500	31/05/2023	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 14

Descrição do item

466168 - Caibro Material: Madeira , Tipo Madeira: Pinho , Largura: 5 CM, Espessura: 5 CM, Comprimento: 5 M, Características Adicionais: Tipo Extra Aparelhado

Unidade de Fornecimento

Metro

Quantidade

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 3,9800

Média

R\$ 6,2200

Mediana

R\$ 5,5000

Coefficiente de Variação: 39,4598%

Desvio Padrão: 2,4544

Maior Preço: R\$ 9,9000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA DE JUSSARA - PR - Compras.gov.br	1000	Metro	R\$ 4,0000	02/05/2024	Sim

Assinado por 2 pessoas: RONALDO FELIPE MACIEL e LUIZ ANTONIO MARAFON  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/4807-92B7-F7CC-89E7>

2	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	3145	Metro	R\$ 9,9000	26/10/2023	Sim
3	I	PREFEITURA DE JANIOPOLIS PR - Compras.gov.br	300	Metro	R\$ 3,9800	07/08/2023	Sim
4	I	PREFEITURA DE JANIOPOLIS PR - Compras.gov.br	200	Metro	R\$ 7,0000	07/08/2023	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 15

**Descrição do item**  
248524 - Placa Compensado Tipo: Comum , Tipo Miolo: Lâminas De Madeira , Acabamento Externo: Resinado , Comprimento: 2,20 M, Largura: 1,10 M, Espessura: 14 M


**Unidade de Fornecimento**  
Unidade

**Quantidade**  
1

**Consolidação dos preços cotados**

Menor Preço  
R\$ 35,5300

Média  
R\$ 98,7778

 Mediana  
R\$ 100,3000

**Coeficiente de Variação:** 37,4768%  
**Desvio Padrão:** 37,0188  
**Maior Preço:** R\$ 215,0000

**Método de cálculo adotado:** Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	140	Unidade	R\$ 100,0000	16/04/2024	Sim
2	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	33	Unidade	R\$ 107,0000	13/03/2024	Sim
3	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 126,4800	07/02/2024	Sim
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 35,5300	31/01/2024	Sim
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	397	Unidade	R\$ 99,9000	10/01/2024	Sim
6	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 100,6000	04/01/2024	Sim
7	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	726	Unidade	R\$ 117,0000	28/11/2023	Sim
8	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 120,1400	23/11/2023	Sim
9	I	COMPANHIA DE SERV.URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 83,2100	16/11/2023	Sim
10	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 102,6600	18/10/2023	Sim
11	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	125	Unidade	R\$ 215,0000	29/08/2023	Sim
12	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	375	Unidade	R\$ 56,0000	29/08/2023	Sim
13	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 115,6800	17/08/2023	Sim
14	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 86,0000	04/07/2023	Sim
15	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	375	Unidade	R\$ 63,5500	04/07/2023	Sim
16	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	1125	Unidade	R\$ 63,5500	04/07/2023	Sim
17	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 78,0000	24/05/2023	Sim
18	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	120	Unidade	R\$ 107,7000	23/05/2023	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Assinado por 2 pessoas: RONALDO FELIPE MACIEL e LUIZ ANTONIO MARAFON  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/4807-92B7-F7CC-89E7> e informe o código 4807-92B7-F7CC-89E7

Item: 16

Descrição do item			Unidade de Fornecimento	Quantidade			
257783 - Placa Compensado Tipo: Comum , Tipo Miolo: Lâminas De Madeira , Acabamento Externo: Resinado , Comprimento: 2,20 M, Largura: 1,10 M, Espessura: 10 M			Unidade	1			
Consolidação dos preços cotados							
Menor Preço	Média	Mediana	Coeficiente de Variação: 55,4422%				
R\$ 53,9800	R\$ 118,5067	R\$ 89,0000	Desvio Padrão: 65,7027				
			Maior Preço: R\$ 260,9000				
Método de cálculo adotado: Mediana							
Filtro Aplicado							
Período: 12 Meses							
Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 83,3100	23/04/2024	Sim
2	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 88,1300	07/02/2024	Sim
3	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 81,0000	16/01/2024	Sim
4	I	PREFEITURA DE PRIMEIRO DE MAIO - PR - Compras.gov.br	45	Unidade	R\$ 108,0000	10/01/2024	Sim
5	I	PREFEITURA DE PRIMEIRO DE MAIO - PR - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 104,3300	10/01/2024	Sim
6	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	480	Unidade	R\$ 60,0000	24/11/2023	Sim
7	I	ESTADO DO PIAUI - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 260,0000	17/11/2023	Sim
8	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	480	Unidade	R\$ 60,0000	23/10/2023	Sim
9	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIAO BARROS - PI - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 260,9000	16/10/2023	Sim
10	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 89,0000	29/08/2023	Sim
11	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - Compras.gov.br	240	Unidade	R\$ 68,5000	20/06/2023	Sim
12	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	120	Unidade	R\$ 174,0000	07/06/2023	Sim
13	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 174,0000	07/06/2023	Sim
14	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	75	Unidade	R\$ 112,4500	07/06/2023	Sim
15	I	PMSP- SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 53,9800	11/05/2023	Sim

Legenda:

Compra Anulada ou Revogada.

Este documento foi gerado automaticamente pelo sistema de licitação e não possui validade jurídica. Para mais informações, consulte o edital e o processo de licitação no sistema de licitação.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu acesso a este documento é limitado e não pode ser usado para fins comerciais ou legais. Qualquer uso não autorizado é considerado crime.

Este documento é propriedade intelectual do sistema de licitação e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do sistema.

Seu

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 17

Descrição do item				Unidade de Fornecimento	Quantidade
452724 - Conexão Hidráulica Material: Ppr , Tipo: Joelho 45° , Tipo Fixação: Soldável , Bitola: 25 M				Unidade	1

Assinado por 2 pessoas: RONALDO FELIPE MACIEL e LUIZ ANTONIO MARAFON  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/4807-92B7-F7CC-89E7> e informe o código 4807-92B7-F7CC-89E7

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

Mediana

Coeficiente de Variação: 36,4181%

R\$ 0,7000

R\$ 1,2178

R\$ 1,1100

Desvio Padrão: 0,4435

Maior Preço: R\$ 2,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 0,7300	29/11/2023	Sim
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 1,1400	15/09/2023	Sim
3	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 1,2400	13/09/2023	Sim
4	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	17	Unidade	R\$ 1,9700	21/08/2023	Sim
5	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	157	Unidade	R\$ 2,0000	21/08/2023	Sim
6	I	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 1,0600	27/07/2023	Sim
7	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	350	Unidade	R\$ 0,7000	27/07/2023	Sim
8	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	385	Unidade	R\$ 1,0100	27/06/2023	Sim
9	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SANTOS - PI - Compras.gov.br	48	Unidade	R\$ 1,1100	01/06/2023	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 18

Descrição do item

472732 - Tela Metálica Material: Aço Ca-60 , Tipo Tela: Soldada , Tipo Abertura Malha: Nervurada , Tamanho Abertura Malha: 15 X 15 CM, Diâmetro Fio: 4,20 MM, Comprimento: 2 M, Altura: 3 M, Aplicação: Construção Civil

Unidade de Fornecimento      Quantidade

Unidade      1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

Mediana

Coeficiente de Variação: 224,5640%

R\$ 31,4800

R\$ 220,1434

R\$ 77,5000

Desvio Padrão: 494,3628

Maior Preço: R\$ 2.059,6500

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 74,0000	06/05/2024	Sim
2	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 2.059,6500	04/03/2024	Sim
3	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	48	Unidade	R\$ 1.995,9700	04/03/2024	Sim
4	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	77	Unidade	R\$ 68,0000	07/02/2024	Sim
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	250	Unidade	R\$ 97,5000	01/02/2024	Sim
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 67,5000	30/01/2024	Sim

Assinado por 2 pessoas: RONALDO FÉLIX MACIEL e LUIZ ANTONIO MARAFON  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/4807-92B7-F7CC-89E7>

7		COMPANHIA DE SERV.URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 53,0000	22/01/2024	Sim
8		PREFEITURA DE PRIMEIRO DE MAIO - PR - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 79,4900	10/01/2024	Sim
9		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	54	Unidade	R\$ 113,9900	09/01/2024	Sim
10		PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 40,0000	02/01/2024	Sim
11		PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU - Compras.gov.br	1500	Unidade	R\$ 40,0000	02/01/2024	Sim
12		FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A. - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 79,6000	16/11/2023	Sim
13		PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁ - SC - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 48,5000	14/11/2023	Sim
14		PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁ - SC - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 176,0000	14/11/2023	Sim
15		PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁ - SC - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 32,0000	14/11/2023	Sim
16		PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁ - SC - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 58,2500	14/11/2023	Sim
17		ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	250	Unidade	R\$ 79,5000	08/11/2023	Sim
18		ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	750	Unidade	R\$ 73,0000	08/11/2023	Sim
19		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 118,0000	27/10/2023	Sim
20		FUNDACAO OSWALDO CRUZ - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 31,4800	22/09/2023	Sim
21		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	32	Unidade	R\$ 80,6400	31/08/2023	Sim
22		ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	187	Unidade	R\$ 77,5000	10/08/2023	Sim
23		ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	563	Unidade	R\$ 77,5000	10/08/2023	Sim
24		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 72,1300	10/08/2023	Sim
25		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 65,0000	31/07/2023	Sim
26		PREFEITURA DE FARROUPILHA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 74,5000	12/07/2023	Sim
27		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	225	Unidade	R\$ 263,4600	03/07/2023	Sim
28		FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 110,0000	26/05/2023	Sim
29		ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 178,0000	17/05/2023	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 19

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
216957 - Brita Material: Rocha Triturada , Tamanho: Brita 1	Metro Cúbico	1

Assinado por 2 pessoas: RONALDO FELIPE MACIEL e LUIZ ANTONIO MARAFON  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/4807-92B7-F7CC-89E7>



Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

● Mediana

Coeficiente de Variação: 32,1417%

R\$ 61,9000

R\$ 132,9704

R\$ 129,0000

Desvio Padrão: 42,7390

Maior Preço: R\$ 325,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	40	Metro Cúbico	R\$ 129,0000	08/05/2024	Sim
2	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Metro Cúbico	R\$ 108,0000	08/05/2024	Sim
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Metro Cúbico	R\$ 148,3900	07/05/2024	Sim
4	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	90	Metro Cúbico	R\$ 129,0000	07/05/2024	Sim
5	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	6	Metro Cúbico	R\$ 169,8000	06/05/2024	Sim
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Metro Cúbico	R\$ 78,9000	06/05/2024	Sim
7	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Metro Cúbico	R\$ 61,9000	06/05/2024	Sim
8	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Metro Cúbico	R\$ 149,9600	06/05/2024	Sim
9	I	PREFEITURA DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR - Compras.gov.br	110	Metro Cúbico	R\$ 80,0000	03/05/2024	Sim
10	I	PREFEITURA DE RIBEIRÃO PRETO - Compras.gov.br	30	Metro Cúbico	R\$ 83,0000	02/05/2024	Sim
11	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	411	Metro Cúbico	R\$ 98,4000	02/05/2024	Sim
12	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	220	Metro Cúbico	R\$ 154,8400	02/05/2024	Sim
13	I	MINISTERIO DEFESA - Compras.gov.br	850	Metro Cúbico	R\$ 258,6400	26/04/2024	Sim
14	I	PMSP- SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - Compras.gov.br	600	Metro Cúbico	R\$ 132,3500	25/04/2024	Sim
15	I	PMSP- SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - Compras.gov.br	420	Metro Cúbico	R\$ 131,4500	25/04/2024	Sim
16	I	PMSP- SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - Compras.gov.br	2235	Metro Cúbico	R\$ 129,8500	25/04/2024	Sim
17	I	PMSP- SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - Compras.gov.br	750	Metro Cúbico	R\$ 109,0000	25/04/2024	Sim
18	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Metro Cúbico	R\$ 130,0000	24/04/2024	Sim
19	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	1880	Metro Cúbico	R\$ 97,2300	24/04/2024	Sim
20	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	525	Metro Cúbico	R\$ 97,2300	24/04/2024	Sim
21	I	PMSP- SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - Compras.gov.br	800	Metro Cúbico	R\$ 112,5000	23/04/2024	Sim
22	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - Compras.gov.br	400	Metro Cúbico	R\$ 106,3500	23/04/2024	Sim
23	I	INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br	50	Metro Cúbico	R\$ 123,8200	23/04/2024	Sim
24	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	624	Metro Cúbico	R\$ 119,1600	22/04/2024	Sim
25	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2217	Metro Cúbico	R\$ 129,0000	22/04/2024	Sim
26	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	8	Metro Cúbico	R\$ 162,2200	18/04/2024	Sim
27	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	25	Metro Cúbico	R\$ 144,0000	18/04/2024	Sim

Assinado por 2 pessoas: RONALDO FELIPE MACIEL e LUIZ ANTONIO MARAFON  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/4807-92B7-F7CC-89E7> e informe o código 4807-92B7-F7CC-89E7



28		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	600	Metro Cúbico	R\$ 144,0000	18/04/2024	Sim
29		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	300	Metro Cúbico	R\$ 118,0000	16/04/2024	Sim
30		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2047	Metro Cúbico	R\$ 118,9000	16/04/2024	Sim
31		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	128	Metro Cúbico	R\$ 118,5000	16/04/2024	Sim
32		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	156	Metro Cúbico	R\$ 119,0000	16/04/2024	Sim
33		ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	22	Metro Cúbico	R\$ 114,0000	12/04/2024	Sim
34		ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	68	Metro Cúbico	R\$ 114,9900	12/04/2024	Sim
35		JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	3	Metro Cúbico	R\$ 140,0000	12/04/2024	Sim
36		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	200	Metro Cúbico	R\$ 325,0000	05/04/2024	Sim
37		TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNIC. DO EST.DE GOIAS - Compras.gov.br	10	Metro Cúbico	R\$ 175,5000	05/04/2024	Sim
38		ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	200	Metro Cúbico	R\$ 180,0000	03/04/2024	Sim
39		ESTADO DO MARANHÃO - Compras.gov.br	4000	Metro Cúbico	R\$ 140,0400	02/04/2024	Sim
40		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	90	Metro Cúbico	R\$ 96,0000	02/04/2024	Sim
41		ESTADO DO MARANHÃO - Compras.gov.br	4000	Metro Cúbico	R\$ 140,0000	02/04/2024	Sim
42		PREFEITURA DE RENASCENÇA - PR - Compras.gov.br	100	Metro Cúbico	R\$ 104,9900	27/03/2024	Sim
43		INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br	5	Metro Cúbico	R\$ 180,0000	27/03/2024	Sim
44		SECRETARIA DE EST.DE ADMINIST. PENITENCIÁRIA - Compras.gov.br	300	Metro Cúbico	R\$ 149,9000	26/03/2024	Sim
45		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG - Compras.gov.br	18	Metro Cúbico	R\$ 142,0000	26/03/2024	Sim
46		PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE - Compras.gov.br	175	Metro Cúbico	R\$ 182,0100	26/03/2024	Sim
47		PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE - Compras.gov.br	525	Metro Cúbico	R\$ 151,7000	26/03/2024	Sim
48		ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	300	Metro Cúbico	R\$ 120,0000	22/03/2024	Sim
49		ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	250	Metro Cúbico	R\$ 100,0000	20/03/2024	Sim
50		ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	250	Metro Cúbico	R\$ 100,0000	20/03/2024	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 20

Descrição do item

601214 - Pedrisco Material: Rocha Fragmentada , Aplicação: Pavimentação

Unidade de Fornecimento

Metro Cúbico

Quantidade

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 1,0000

Média

R\$ 113,4472

Mediana

R\$ 110,4000

Coefficiente de Variação: 41,2839%

Desvio Padrão: 46,8354

Maior Preço: R\$ 220,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Assinado por 2 pessoas: RONALDO FELIPE MACIEL e LUIZ ANTONIO MARAFON  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/4807-92B7-F7CC-89E7>

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR - Compras.gov.br	100	Metro Cúbico	R\$ 96,0000	03/05/2024	Sim
2	I	PREFEITURA DE JUSSARA - PR - Compras.gov.br	5000	Metro Cúbico	R\$ 88,0000	02/05/2024	Sim
3	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	5531	Metro Cúbico	R\$ 121,1500	24/04/2024	Sim
4	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	342	Metro Cúbico	R\$ 121,1500	24/04/2024	Sim
5	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	500	Metro Cúbico	R\$ 121,1700	18/04/2024	Sim
6	I	PREFEITURA DE JANDAIA DO SUL - PR - Compras.gov.br	100	Metro Cúbico	R\$ 132,5000	01/04/2024	Sim
7	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	100	Metro Cúbico	R\$ 120,0000	22/03/2024	Sim
8	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	100	Metro Cúbico	R\$ 120,0000	22/03/2024	Sim
9	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	700	Metro Cúbico	R\$ 114,0000	20/03/2024	Sim
10	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	6519	Metro Cúbico	R\$ 1,0000	26/01/2024	Sim
11	I	PREFEITURA DE VERA CRUZ DO OESTE - PR - Compras.gov.br	400	Metro Cúbico	R\$ 68,0000	27/12/2023	Sim
12	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	300	Metro Cúbico	R\$ 69,6666	01/12/2023	Sim
13	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁ - SC - Compras.gov.br	700	Metro Cúbico	R\$ 81,0000	14/11/2023	Sim
14	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - Compras.gov.br	1000	Metro Cúbico	R\$ 69,9000	07/11/2023	Sim
15	I	PREFEITURA DE FRANCISCO BELTRAO - PR - Compras.gov.br	375	Metro Cúbico	R\$ 82,5000	07/11/2023	Sim
16	I	PREFEITURA DE FRANCISCO BELTRAO - PR - Compras.gov.br	500	Metro Cúbico	R\$ 80,0000	07/11/2023	Sim
17	I	PREFEITURA DE FRANCISCO BELTRAO - PR - Compras.gov.br	1125	Metro Cúbico	R\$ 82,5000	07/11/2023	Sim
18	I	PREFEITURA DE FRANCISCO BELTRAO - PR - Compras.gov.br	1500	Metro Cúbico	R\$ 80,0000	07/11/2023	Sim
19	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	525	Metro Cúbico	R\$ 111,8000	26/10/2023	Sim
20	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	2975	Metro Cúbico	R\$ 110,4000	26/10/2023	Sim
21	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Metro Cúbico	R\$ 115,0000	10/10/2023	Sim
22	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA - Compras.gov.br	9	Metro Cúbico	R\$ 220,0000	29/09/2023	Sim
23	I	PREFEITURA DE MANGUEIRINHA - PR - Compras.gov.br	100	Metro Cúbico	R\$ 75,0000	29/09/2023	Sim
24	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA - Compras.gov.br	9	Metro Cúbico	R\$ 220,0000	22/09/2023	Sim
25	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	6000	Metro Cúbico	R\$ 44,9000	18/09/2023	Sim
26	I	PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	205	Metro Cúbico	R\$ 99,0000	22/08/2023	Sim
27	I	PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	1050	Metro Cúbico	R\$ 99,0000	22/08/2023	Sim
28	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	15	Metro Cúbico	R\$ 181,2650	25/07/2023	Sim
29	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	680	Metro Cúbico	R\$ 132,3530	16/06/2023	Sim
30	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	400	Metro Cúbico	R\$ 198,0000	07/06/2023	Sim
31	I	PREFEITURA DE TUPASSI - PR - Compras.gov.br	300	Metro Cúbico	R\$ 98,9500	06/06/2023	Sim
32	I	PREFEITURA DE MARECHAL CANDIDO RONDON - PR - Compras.gov.br	764	Metro Cúbico	R\$ 100,6400	05/06/2023	Sim
33	I	PREFEITURA DE MARECHAL CANDIDO RONDON - PR - Compras.gov.br	3396	Metro Cúbico	R\$ 86,0000	05/06/2023	Sim

Assinado por 2 pessoas: RONALDO FELIPE MACIEL e LUIZ ANTONIO MARAFON  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/4807-92B7-F7CC-89E7>



		gov.br					
34	I	PREFEITURA DE BOM SUCESSO DO SUL - PR - Compras.gov.br	500	Metro Cúbico	R\$ 116,7000	01/06/2023	Sim
35	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	179	Metro Cúbico	R\$ 179,0000	16/05/2023	Sim
36	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	539	Metro Cúbico	R\$ 179,0000	16/05/2023	Sim
37	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	7000	Metro Cúbico	R\$ 182,0000	11/05/2023	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 21

**Descrição do item**  
244993 - Prego Com Cabeça Material: Arame Para Prego , Tipo Cabeça: Cônica Axadrezada , Tipo Corpo: Liso , Tipo Ponta: Diamante , Acabamento Superficial: Polido , Bitola: 22 X 48

**Unidade de Fornecimento**  
Quilograma

**Quantidade**  
1

**Consolidação dos preços cotados**

Menor Preço	Média	● Mediana	Coefficiente de Variação: 37,4960%
R\$ 9,8600	R\$ 18,8700	R\$ 16,7400	Desvio Padrão: 7,0755
			Maior Preço: R\$ 39,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado							
Período: 12 Meses							
Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4	Quilograma	R\$ 12,5000	04/04/2024	Sim
2	I	INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 12,3400	18/03/2024	Sim
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3	Quilograma	R\$ 28,9900	18/03/2024	Sim
4	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	50	Quilograma	R\$ 9,8600	08/03/2024	Sim
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	129	Quilograma	R\$ 14,9500	08/03/2024	Sim
6	I	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	10	Quilograma	R\$ 17,9300	20/12/2023	Sim
7	I	ESTADO DO PIAUI - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 19,9900	17/11/2023	Sim
8	I	ESTADO DO PIAUI - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 24,1000	17/11/2023	Sim
9	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	30	Quilograma	R\$ 23,7500	08/11/2023	Sim
10	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	10	Quilograma	R\$ 22,0000	07/11/2023	Sim
11	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	150	Quilograma	R\$ 15,4900	02/11/2023	Sim
12	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	150	Quilograma	R\$ 13,5000	02/11/2023	Sim
13	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Quilograma	R\$ 33,0700	23/10/2023	Sim
14	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIAO BARROS - PI - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 27,6000	16/10/2023	Sim
15	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIAO BARROS - PI - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 27,6000	16/10/2023	Sim
16	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Quilograma	R\$ 16,9800	16/10/2023	Sim

Assinado por 2 pessoas: RONALDO FELIPE MACIEL e LUIZ ANTONIO MARAFON  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/4807-92B7-F7CC-89E7> e informe o código 4807-92B7-F7CC-89E7

17		ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	20	Quilograma	R\$ 14,8500	29/09/2023	Sim
18		INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br	200	Quilograma	R\$ 14,7900	27/09/2023	Sim
19		ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	5	Quilograma	R\$ 12,0000	21/09/2023	Sim
20		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Quilograma	R\$ 22,1000	14/09/2023	Sim
21		FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	6	Quilograma	R\$ 18,9400	12/09/2023	Sim
22		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Quilograma	R\$ 18,0000	29/08/2023	Sim
23		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Quilograma	R\$ 16,5000	29/08/2023	Sim
24		PREFEITURA DE PIRAQUARA - PR - Compras.gov.br	55	Quilograma	R\$ 10,3800	14/08/2023	Sim
25		PREFEITURA DE JANIOPOLIS PR - Compras.gov.br	10	Quilograma	R\$ 12,0000	07/08/2023	Sim
26		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	15	Quilograma	R\$ 14,1500	20/07/2023	Sim
27		FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	50	Quilograma	R\$ 39,0000	15/06/2023	Sim
28		INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br	50	Quilograma	R\$ 15,0000	24/05/2023	Sim

**Legenda:**
 Compra Anulada ou Revogada.

Item: 22

Descrição do item

443410 - Prego Com Cabeça Material: Arame , Tipo Cabeça: Cônica Axadrezada , Tipo Corpo: Liso , Tipo Ponta: Diamante , Acabamento Superficial: Polido , Bitola: 25 X 72

Unidade de Fornecimento

Quilograma

Quantidade

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 7,9400

Média

R\$ 17,3911

 Mediana

R\$ 17,8100

Coefficiente de Variação: 20,7077%

Desvio Padrão: 3,6013

Maior Preço: R\$ 25,3800

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Completo
1		ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R\$ 13,9000	16/04/2024	Sim
2		ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	1015	Quilograma	R\$ 16,3000	15/03/2024	Sim
3		ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	50	Quilograma	R\$ 18,6200	13/03/2024	Sim
4		ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 19,1300	08/03/2024	Sim
5		PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	188	Quilograma	R\$ 15,4600	07/02/2024	Sim
6		PREFEITURA DE SÃO VICENTE DO SUL - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 19,3300	01/02/2024	Sim
7		PREFEITURA DE PRIMEIRO DE MAIO - PR - Compras.gov.br	35	Quilograma	R\$ 16,0300	10/01/2024	Sim
8		PREFEITURA DE ARIQUEMES - Compras.gov.br	1100	Quilograma	R\$ 19,4500	27/12/2023	Sim

Assinado por 2 pessoas: RONALDO FELIPE MACIEL e LUIZ ANTONIO MARAFON  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/4807-92B7-F7CC-89E7>

9	I	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	30	Quilograma	R\$ 25,3800	20/12/2023	Sim
10	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	75	Quilograma	R\$ 20,0000	17/11/2023	Sim
11	I	PREFEITURA DE CARMO DO RIO CLARO - Compras.gov.br	300	Quilograma	R\$ 14,9000	10/11/2023	Sim
12	I	ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	2050	Quilograma	R\$ 7,9400	04/10/2023	Sim
13	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	15	Quilograma	R\$ 17,8000	18/09/2023	Sim
14	I	PREFEITURA DE SANTA MARIA/RS - Compras.gov.br	764	Quilograma	R\$ 17,8200	11/09/2023	Sim
15	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	11	Quilograma	R\$ 13,8000	05/07/2023	Sim
16	I	PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R\$ 16,4800	15/06/2023	Sim
17	I	PREFEITURA DE DONA FRANCISCA - Compras.gov.br	80	Quilograma	R\$ 18,9000	13/06/2023	Sim
18	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.DO NORTE DE MG - Compras.gov.br	5	Quilograma	R\$ 21,8000	09/06/2023	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 23

Descrição do item

612487 - Pregro Com Cabeça Material: Aço , Tipo Cabeça: Cônica , Tipo Corpo: Liso , Tipo Ponta: Comum , Acabamento Superficial: Galvanizado , Bitola: 12 X 12

Unidade de Fornecimento

Quilograma

Quantidade

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 13,8000

Média

R\$ 16,8775

● Mediana

R\$ 15,9700

Coefficiente de Variação: 17,5429%

Desvio Padrão: 2,9608

Maior Preço: R\$ 21,7700

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compras
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Quilograma	R\$ 15,9000	06/05/2024	Sim
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Quilograma	R\$ 13,8000	06/05/2024	Sim
3	I	PREFEITURA DE SANTANA DO LIVRAMENTO - Compras.gov.br	2	Quilograma	R\$ 21,7700	20/12/2023	Sim
4	I	PREFEITURA DE RIBEIRÃO PRETO - Compras.gov.br	20	Quilograma	R\$ 16,0400	16/12/2023	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 24

Descrição do item

444584 - Pregro Com Cabeça Material: Aço , Tipo Cabeça: Chata , Tipo Corpo: Liso , Tipo Ponta: Comum , Acabamento Superficial: Galvanizado , Bitola: 18 X 30

Unidade de Fornecimento

Quilograma

Quantidade

1

Assinado por 2 pessoas: RONALDO FELIPE MACIEL e LUIZ ANTONIO MARAFON  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/4807-92B7-F7CC-89E7>

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço  
R\$ 1,0000

Média  
R\$ 16,3678

Mediana  
R\$ 16,0000

Coefficiente de Variação: 40,7721%  
Desvio Padrão: 6,6735  
Maior Preço: R\$ 34,9000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	MINISTERIO DEFESA - Compras.gov.br	60	Quilograma	R\$ 18,7200	26/04/2024	Sim
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	280	Quilograma	R\$ 11,2800	02/04/2024	Sim
3	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	10	Quilograma	R\$ 15,0400	15/03/2024	Sim
4	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	50	Quilograma	R\$ 9,8000	08/03/2024	Sim
5	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	80	Quilograma	R\$ 19,0000	16/02/2024	Sim
6	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 9,1400	07/02/2024	Sim
7	I	PREFEITURA DE SÃO VICENTE DO SUL - Compras.gov.br	50	Quilograma	R\$ 10,3300	01/02/2024	Sim
8	I	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	80	Quilograma	R\$ 13,9900	25/01/2024	Sim
9	I	PREFEITURA DE ARIQUEMES - Compras.gov.br	110	Quilograma	R\$ 16,0000	27/12/2023	Sim
10	I	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	1200	Quilograma	R\$ 13,0000	27/12/2023	Sim
11	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - Compras.gov.br	2	Quilograma	R\$ 14,4200	26/12/2023	Sim
12	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	31	Quilograma	R\$ 24,9000	20/12/2023	Sim
13	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	200	Quilograma	R\$ 16,8000	06/12/2023	Sim
14	I	COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - Compras.gov.br	2	Quilograma	R\$ 18,5000	04/12/2023	Sim
15	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	655	Quilograma	R\$ 13,0000	30/11/2023	Sim
16	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	10	Quilograma	R\$ 22,0000	07/11/2023	Sim
17	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SANTOS - PI - Compras.gov.br	60	Quilograma	R\$ 20,3400	26/10/2023	Sim
18	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	11	Quilograma	R\$ 20,0000	19/10/2023	Sim
19	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	5	Quilograma	R\$ 31,5700	10/10/2023	Sim
20	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	115	Quilograma	R\$ 12,6400	04/10/2023	Sim
21	I	UFOB - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA - Compras.gov.br	21	Quilograma	R\$ 1,0000	29/09/2023	Sim
22	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Quilograma	R\$ 25,3500	26/09/2023	Sim
23	I	ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	15	Quilograma	R\$ 12,0000	21/09/2023	Sim
24	I	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	21	Quilograma	R\$ 34,9000	14/09/2023	Sim
25	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	500	Quilograma	R\$ 16,9000	31/08/2023	Sim
26	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	20	Quilograma	R\$ 12,0000	08/08/2023	Sim
		ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.					

Assinado por 2 pessoas: RONALDO FELIPE MACIEL e LUIZ ANTONIO MARAFON  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/4807-92B7-F7CC-89E7> e informe o código 4807-92B7-F7CC-89E7

27	I	gov.br	20	Quilograma	R\$ 15,7600	07/08/2023	Sim
28	I	COMPANHIA DE DESENV DE NOVA IGUAÇU - RJ - Compras.gov.br	100	Quilograma	R\$ 12,0000	01/08/2023	Sim
29	I	DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	267	Quilograma	R\$ 11,9800	25/07/2023	Sim
30	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	6	Quilograma	R\$ 17,0000	25/07/2023	Sim
31	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	15	Quilograma	R\$ 20,4900	19/07/2023	Sim
32	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	400	Quilograma	R\$ 1,4000	28/06/2023	Sim
33	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	3	Quilograma	R\$ 19,2000	27/06/2023	Sim
34	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1389	Quilograma	R\$ 13,9700	14/06/2023	Sim
35	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Quilograma	R\$ 16,9800	12/06/2023	Sim
36	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.DO NORTE DE MG - Compras.gov.br	10	Quilograma	R\$ 21,2200	09/06/2023	Sim
37	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO - MA - Compras.gov.br	300	Quilograma	R\$ 22,9900	24/05/2023	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 25

Descrição do item

609322 - Pregro Com Cabeça Material: Aço , Tipo Cabeça: Chata , Tipo Ponta: Comum , Acabamento Superficial: Galvanizado , Bitola: 17 X 21

Unidade de Fornecimento

Quilograma

Quantidade

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 1,0000

Média

R\$ 17,3153

Mediana

R\$ 15,2450

Coefficiente de Variação: 54,2422%

Desvio Padrão: 9,3922

Maior Preço: R\$ 58,9500

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Quilograma	R\$ 5,9000	06/05/2024	Sim
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Quilograma	R\$ 14,1000	06/05/2024	Sim
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Quilograma	R\$ 12,6700	24/04/2024	Sim
4	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	30	Quilograma	R\$ 18,9000	15/03/2024	Sim
5	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	10	Quilograma	R\$ 14,9000	15/03/2024	Sim
6	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - Compras.gov.br	3	Quilograma	R\$ 15,5000	06/02/2024	Sim
7	I	DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	200	Quilograma	R\$ 10,9200	17/01/2024	Sim
8	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC.DO TOCANTINS - Compras.gov.br	54	Quilograma	R\$ 19,5500	21/12/2023	Sim
9	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA - Compras.gov.br	20	Quilograma	R\$ 13,7500	21/12/2023	Sim
10	I	COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - Compras.gov.br	5	Quilograma	R\$ 27,9000	19/12/2023	Sim
		COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS					

Assinado por 2 pessoas: RONALDO FELIPE MACIEL e LUIZ ANTONIO MARAFON  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/4807-92B7-F7CC-89E7> e informe o código 4807-92B7-F7CC-89E7



11	I	URBANOS - Compras.gov.br	5 Quilograma	R\$ 21,4400	19/12/2023	Sim
12	I	COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - Compras.gov.br	5 Quilograma	R\$ 25,5200	19/12/2023	Sim
13	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	30 Quilograma	R\$ 14,4400	07/12/2023	Sim
14	I	PMSP- SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - Compras.gov.br	50 Quilograma	R\$ 12,0000	07/12/2023	Sim
15	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	20 Quilograma	R\$ 22,8800	01/12/2023	Sim
16	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	2 Quilograma	R\$ 17,4600	24/11/2023	Sim
17	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	2 Quilograma	R\$ 18,9100	24/11/2023	Sim
18	I	PREFEITURA DE CARMO DO RIO CLARO - Compras.gov.br	300 Quilograma	R\$ 14,8500	10/11/2023	Sim
19	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	2772 Quilograma	R\$ 10,2000	19/10/2023	Sim
20	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	1219 Quilograma	R\$ 12,0000	19/10/2023	Sim
21	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	24 Quilograma	R\$ 14,0000	19/10/2023	Sim
22	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	326 Quilograma	R\$ 13,0000	19/10/2023	Sim
23	I	PREFEITURA DE SARANDI / PR - Compras.gov.br	73 Quilograma	R\$ 14,9900	17/10/2023	Sim
24	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	24 Quilograma	R\$ 19,4000	05/10/2023	Sim
25	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	120 Quilograma	R\$ 21,0800	05/10/2023	Sim
26	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	150 Quilograma	R\$ 17,4000	05/10/2023	Sim
27	I	UFOB - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA - Compras.gov.br	103 Quilograma	R\$ 1,0000	29/09/2023	Sim
28	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL - Compras.gov.br	1 Quilograma	R\$ 20,0000	26/09/2023	Sim
29	I	MINISTERIO DA CIENCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Compras.gov.br	1 Quilograma	R\$ 58,9500	21/09/2023	Sim
30	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	40 Quilograma	R\$ 15,8500	07/08/2023	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 26

Descrição do item

462794 - Madeira Construção Tipo Madeira: Angelim Pedra , Formato: Ripa , Largura: 5 CM, Espessura: 2,5 C

Unidade de Fornecimento

Metro

Quantidade

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 13,4000

Média

R\$ 15,1500

 Mediana

R\$ 15,1500

Coefficiente de Variação: 11,5512%

Desvio Padrão: 1,7500

Maior Preço: R\$ 16,9000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	200 Metro		R\$ 16,9000	06/05/2024	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 27

Descrição do item

610902 - Revestimento Piso Material: Cerâmica , Aplicação: Pisos Em Geral , Largura: 60 CM, Comprimento: 60 CM, Tipo: Retificado

Unidade de Fornecimento

Metro Quadrado

Quantidade

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 14,3700

Média

R\$ 27,7478

● Mediana

R\$ 29,0500

Coefficiente de Variação: 21,0831%

Desvio Padrão: 5,8501

Maior Preço: R\$ 35,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		PREFEITURA DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR - Compras.gov.br	50	Metro Quadrado	R\$ 14,3700	03/05/2024	Sim
2		ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	150	Metro Quadrado	R\$ 34,9000	30/04/2024	Sim
3		ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	1000	Metro Quadrado	R\$ 25,0000	25/04/2024	Sim
4		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3870	Metro Quadrado	R\$ 29,0500	14/12/2023	Sim
5		PREFEITURA DE FARROUPILHA - Compras.gov.br	190	Metro Quadrado	R\$ 25,8100	17/11/2023	Sim
6		PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁ - SC - Compras.gov.br	200	Metro Quadrado	R\$ 29,7000	14/11/2023	Sim
7		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	600	Metro Quadrado	R\$ 30,0000	23/10/2023	Sim
8		FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA - Compras.gov.br	12	Metro Quadrado	R\$ 25,9000	28/08/2023	Sim
9		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	280	Metro Quadrado	R\$ 35,0000	24/08/2023	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 28

Descrição do item

612390 - Adesivo Uso Geral Aplicação: Uso Geral , Características Adicionais: Secagem Rápida , Apresentação: Liquido Pastoso Na Cor Branca , Composição: Adesivo De Contato Sem Toluol

Unidade de Fornecimento

Bisnaga 280 Grama

Quantidade

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 25,0000

Média

R\$ 25,0000

● Mediana

R\$ 25,0000

Coefficiente de Variação: 0,0000%

Desvio Padrão: 0,0000

Maior Preço: R\$ 25,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

--	--	--	--	--	--	--	--

Assinado por 2 pessoas: RONALDO FELIPE MACIEL e LUIZ ANTONIO MARAFON  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/4807-92B7-F7CC-89E7> e informe o código 4807-92B7-F7CC-89E7

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO - Compras.gov.br	3	Bisnaga 280 Grama	R\$ 25,0000	28/12/2023	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 29

Descrição do item

478060 - Tubo Concreto Diâmetro Nominal: 400 MM, Comprimento: 1 M, Espessura: 40 MM, Tipo: Vibro-Prensagem M, Aplicação: Sistema Saneamento Básico Águas Pluviais C

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 35,0000

Média

R\$ 79,3872

Mediana

R\$ 55,9750

Coeficiente de Variação: 54,9042%

Desvio Padrão: 43,5869

Maior Preço: R\$ 185,9900


Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA DE JANIOPOLIS PR - Compras.gov.br	450	Unidade	R\$ 60,0000	03/04/2024	Sim
2	I	PREFEITURA DE FLOR DA SERRA DO SUL - PR - Compras.gov.br	450	Unidade	R\$ 35,0000	20/03/2024	Sim
3	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	645	Unidade	R\$ 116,3700	06/02/2024	Sim
4	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	2580	Unidade	R\$ 94,7200	06/02/2024	Sim
5	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 49,0000	01/02/2024	Sim
6	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 127,9000	03/01/2024	Sim
7	I	PREFEITURA DE SAO JORGE D'OESTE - PR - Compras.gov.br	375	Unidade	R\$ 54,9500	20/12/2023	Sim
8	I	PREFEITURA DE SAO JORGE D'OESTE - PR - Compras.gov.br	1125	Unidade	R\$ 54,9500	20/12/2023	Sim
9	I	PREFEITURA DE PRIMEIRO DE MAIO - PR - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 102,0000	15/12/2023	Sim
10	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁ - SC - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 46,5000	14/11/2023	Sim
11	I	INST.FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE - Compras.gov.br	93	Unidade	R\$ 184,1300	08/11/2023	Sim
12	I	PREFEITURA DE VERA CRUZ DO OESTE - PR - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 52,0000	28/09/2023	Sim
13	I	PREFEITURA DE ITAPEJARA D'OESTE - PR - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 119,6670	14/09/2023	Sim
14	I	PREFEITURA DE ITAPEJARA D'OESTE - PR - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 51,9666	14/09/2023	Sim
15	I	PREFEITURA DE ITAPEJARA D'OESTE - PR - Compras.gov.br	900	Unidade	R\$ 51,8888	14/09/2023	Sim
16	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 60,0000	17/08/2023	Sim
17	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	548	Unidade	R\$ 144,2700	10/08/2023	Sim
18	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	7452	Unidade	R\$ 144,0000	10/08/2023	Sim
19	I	PREFEITURA DE CANDÓI - PR - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 57,0000	26/07/2023	Sim
		COMANDO DO EXERCITO - Compras.					

Assinado por 2 pessoas: RONALDO FELIPE MACIEL e LUIZ ANTONIO MARAFON  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/4807-92B7-F7CC-89E7> e informe o código 4807-92B7-F7CC-89E7

20	I	gov.br	296	Unidade	R\$ 185,9900	10/07/2023	Sim
21	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1050	Unidade	R\$ 54,0000	28/06/2023	Sim
22	I	PREFEITURA DE PAULA FREITAS - PR - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 44,9400	27/06/2023	Sim
23	I	PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	610	Unidade	R\$ 43,8000	15/06/2023	Sim
24	I	PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	1830	Unidade	R\$ 43,8000	15/06/2023	Sim
25	I	PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	400	Unidade	R\$ 78,0000	15/06/2023	Sim
26	I	PREFEITURA DE PIRAQUARA - PR - Compras.gov.br	655	Unidade	R\$ 38,0000	02/06/2023	Sim
27	I	PREFEITURA DE PIRAQUARA - PR - Compras.gov.br	1969	Unidade	R\$ 40,0000	02/06/2023	Sim
28	I	ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	675	Unidade	R\$ 88,0000	01/06/2023	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 30

Descrição do item

Unidade de Fornecimento

Quantidade

478066 - Tubo Concreto Diâmetro Nominal: 600 MM,  
Comprimento: 1 M, Espessura: 60 MM, Tipo: Vibro-Prensagem ,  
Aplicação: Sistema Saneamento Básico Águas Pluviais

Unidade

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

● Mediana

Coefficiente de Variação: 349,2209%  
Desvio Padrão: 215.795,3209  
Maior Preço: R\$ 1.241.350,0000

R\$ 52.0000

R\$ 61.793,3605

R\$ 169,2300

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 106,5000	09/05/2024	Sim
2	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 188,5000	09/05/2024	Sim
3	I	PREFEITURA DE BOM SUCESSO DO SUL - PR - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 89,9000	29/04/2024	Sim
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 225,8700	11/04/2024	Sim
5	I	PREFEITURA DE JANIOPOLIS PR - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 114,0000	03/04/2024	Sim
6	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 125,6500	21/03/2024	Sim
7	I	PREFEITURA DE FLOR DA SERRA DO SUL - PR - Compras.gov.br	350	Unidade	R\$ 80,0000	20/03/2024	Sim
8	I	PREFEITURA DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR - Compras.gov.br	400	Unidade	R\$ 76,0000	07/03/2024	Sim
9	I	PREFEITURA DE CAFELANDIA - PR - Compras.gov.br	750	Unidade	R\$ 111,0000	05/03/2024	Sim
10	I	PREFEITURA DE CAFELANDIA - PR - Compras.gov.br	250	Unidade	R\$ 112,0000	05/03/2024	Sim
11	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	285	Unidade	R\$ 197,6900	06/02/2024	Sim
12	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	857	Unidade	R\$ 174,4600	06/02/2024	Sim
13	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 223,9000	23/01/2024	Sim

Assinado por 2 pessoas: RÔNALDO FELIPE MACIEL e LUIZ ANTONIO MARAFON  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/4807-92B7-F7CC-89E7>

14	I	PREFEITURA DE ARAPIRACA - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 229,9800	21/12/2023	Sim
15	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras. gov.br	300	Unidade	R\$ 230,0000	01/12/2023	Sim
16	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁ - SC - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 86,6000	14/11/2023	Sim
17	I	PREFEITURA DE GUARATUBA - PR - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 98,0000	18/10/2023	Sim
18	I	PREFEITURA DE GUARATUBA - PR - Compras.gov.br	700	Unidade	R\$ 164,0000	18/10/2023	Sim
19	I	PREFEITURA DE GUARATUBA - PR - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 199,0000	18/10/2023	Sim
20	I	PMSP- SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 265.895,0000	06/10/2023	Sim
21	I	PMSP- SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 835.991,0000	06/10/2023	Sim
22	I	PMSP- SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 157.598,0000	06/10/2023	Sim
23	I	PMSP- SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 378.430,0000	06/10/2023	Sim
24	I	PMSP- SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 201.796,0000	06/10/2023	Sim
25	I	PMSP- SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.241.350,0000	06/10/2023	Sim
26	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	2250	Unidade	R\$ 110,8800	04/10/2023	Sim
27	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	750	Unidade	R\$ 110,8800	04/10/2023	Sim
28	I	PREFEITURA DE ITAPEJARA D'OESTE - PR - Compras.gov.br	270	Unidade	R\$ 184,9590	14/09/2023	Sim
29	I	PREFEITURA DE ITAPEJARA D'OESTE - PR - Compras.gov.br	250	Unidade	R\$ 99,9960	14/09/2023	Sim
30	I	PREFEITURA DE ITAPEJARA D'OESTE - PR - Compras.gov.br	750	Unidade	R\$ 91,4986	14/09/2023	Sim
31	I	PREFEITURA DE ARIQUEMES - Compras.gov.br	501	Unidade	R\$ 99,0000	11/09/2023	Sim
32	I	PREFEITURA DE ARIQUEMES - Compras.gov.br	3399	Unidade	R\$ 99,0000	11/09/2023	Sim
33	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	35	Unidade	R\$ 329,0000	11/09/2023	Sim
34	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	207	Unidade	R\$ 329,0000	11/09/2023	Sim
35	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 130,0000	17/08/2023	Sim
36	I	PREFEITURA DE BELO JARDIM - PE - Compras.gov.br	600	Unidade	R\$ 149,9000	14/08/2023	Sim
37	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	337	Unidade	R\$ 233,0000	10/08/2023	Sim
38	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	2663	Unidade	R\$ 233,0000	10/08/2023	Sim
39	I	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - GO - Compras.gov. br	1000	Unidade	R\$ 240,0000	31/07/2023	Sim
40	I	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - GO - Compras.gov. br	3000	Unidade	R\$ 133,3200	31/07/2023	Sim
41	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras. gov.br	55	Unidade	R\$ 177,6000	27/07/2023	Sim
42	I	PREFEITURA DE CANDÓI - PR - Compras.gov.br	2977	Unidade	R\$ 111,0000	26/07/2023	Sim
43	I	PREFEITURA DE CANDÓI - PR - Compras.gov.br	573	Unidade	R\$ 114,0000	26/07/2023	Sim
44	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	50	Unidade	R\$ 675,0000	28/06/2023	Sim

Assinado por 2 pessoas: RONALDO FELIPE MACIEL e LUIZ ANTONIO MARAFON  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/4807-92B7-F7CC-89E7>



45		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1600	Unidade	R\$ 52,0000	28/06/2023	Sim
46		ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 250,0000	27/06/2023	Sim
47		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	38	Unidade	R\$ 945,0000	15/06/2023	Sim
48		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	112	Unidade	R\$ 744,0000	15/06/2023	Sim
49		PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	325	Unidade	R\$ 66,4700	15/06/2023	Sim
50		PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	975	Unidade	R\$ 66,4700	15/06/2023	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 31

**Descrição do item**  
469402 - Conexão Hidráulica Material: Ppr , Tipo: Tê , Aplicação: Instalação Hidráulica , Cor: Verde , Características Adicionais 1: Fêmea , Bitola: 25 M

**Unidade de Fornecimento**  
Unidade

**Quantidade**  
1

**Consolidação dos preços cotados**

Menor Preço  
R\$ 0,7900

Média  
R\$ 4,8507

● Mediana  
R\$ 2,8450

Coeficiente de Variação: 98,8043%  
Desvio Padrão: 4,7927  
Maior Preço: R\$ 17,0100

**Método de cálculo adotado:** Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Composição
1		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	116	Unidade	R\$ 2,1300	28/02/2024	Sim
2		PREFEITURA MUNICIPAL SÃO MIGUEL DO GUAMÁ - PA - Compras.gov.br	220	Unidade	R\$ 1,3600	06/10/2023	Sim
3		PREFEITURA MUNICIPAL SÃO MIGUEL DO GUAMÁ - PA - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 3,3500	06/10/2023	Sim
4		EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	14	Unidade	R\$ 0,7900	05/10/2023	Sim
5		ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 7,3700	21/08/2023	Sim
6		ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 0,9400	21/08/2023	Sim
7		ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 6,0000	21/08/2023	Sim
8		ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 17,0100	21/08/2023	Sim
9		ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 14,1200	21/08/2023	Sim
10		ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 3,9000	16/08/2023	Sim
11		INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 1,8500	03/08/2023	Sim
12		ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	250	Unidade	R\$ 2,3400	01/08/2023	Sim
13		CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE-RJ - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 1,6500	19/06/2023	Sim
14		ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	89	Unidade	R\$ 5,1000	13/06/2023	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 32

Assinado por 2 pessoas: RONALDO FELIPE MACIEL e LUIZ ANTONIO MARAFON  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/4807-92B7-F7CC-89E7> e informe o código 4807-92B7-F7CC-89E7

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
271931 - Tijolo Material: Barro Cozido , Tipo: Furado , Comprimento: 19 CM, Largura: 14 CM, Espessura: 9 CM, Quantidade Furos: 6 UN, Aplicação: Construção Civil	Unidade	1
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 0,5400	R\$ 0,8249	R\$ 0,7900
Coeficiente de Variação: 21,8329%		
Desvio Padrão: 0,1801		
Maior Preço: R\$ 1,3200		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 0,8000	06/05/2024	Sim
2	I	PREFEITURA DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR - Compras.gov.br	10000	Unidade	R\$ 0,6800	03/05/2024	Sim
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	22000	Unidade	R\$ 0,6300	26/04/2024	Sim
4	I	MINISTERIO DEFESA - Compras.gov.br	50000	Unidade	R\$ 0,7100	26/04/2024	Sim
5	I	ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	50000	Unidade	R\$ 0,7300	02/04/2024	Sim
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	11000	Unidade	R\$ 0,8900	02/04/2024	Sim
7	I	ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	50000	Unidade	R\$ 0,5700	02/04/2024	Sim
8	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU - Compras.gov.br	40000	Unidade	R\$ 0,7800	28/03/2024	Sim
9	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU - Compras.gov.br	460000	Unidade	R\$ 0,7800	28/03/2024	Sim
10	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	55000	Unidade	R\$ 0,8500	15/03/2024	Sim
11	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	25850	Unidade	R\$ 1,2500	07/02/2024	Sim
12	I	PREFEITURA DE SÃO VICENTE DO SUL - Compras.gov.br	9000	Unidade	R\$ 1,2300	01/02/2024	Sim
13	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 0,7900	01/02/2024	Sim
14	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	7104	Unidade	R\$ 0,9300	09/01/2024	Sim
15	I	PREFEITURA DE ARIQUEMES - Compras.gov.br	27000	Unidade	R\$ 0,8800	27/12/2023	Sim
16	I	PREFEITURA DE FARROUPILHA - Compras.gov.br	67500	Unidade	R\$ 0,6200	21/12/2023	Sim
17	I	PREFEITURA DE FARROUPILHA - Compras.gov.br	22500	Unidade	R\$ 0,6200	21/12/2023	Sim
18	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3000	Unidade	R\$ 0,9400	21/12/2023	Sim
19	I	ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	120000	Unidade	R\$ 0,7000	14/12/2023	Sim
20	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - Compras.gov.br	1500	Unidade	R\$ 1,1000	08/12/2023	Sim
21	I	ESTADO DO PIAUI - Compras.gov.br	15000	Unidade	R\$ 0,7500	17/11/2023	Sim
22	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10500	Unidade	R\$ 1,1500	08/11/2023	Sim
23	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	3000	Unidade	R\$ 0,7400	25/10/2023	Sim
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL							

Assinado por 2 pessoas: RONALDO FELIPE MACIEL e LUIZ ANTONIO MARAFON  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/4807-92B7-F7CC-89E7> e informe o código 4807-92B7-F7CC-89E7





24	I	DO PAMPA - Compras.gov.br	3000	Unidade	R\$ 0,8600	23/10/2023	Sim
25	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIAO BARROS - PI - Compras.gov.br	15000	Unidade	R\$ 0,7900	16/10/2023	Sim
26	I	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 0,8600	09/10/2023	Sim
27	I	PREFEITURA DE SANTA MARIA/RS - Compras.gov.br	63000	Unidade	R\$ 0,8700	11/09/2023	Sim
28	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20000	Unidade	R\$ 0,7700	29/08/2023	Sim
29	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10000	Unidade	R\$ 0,7900	29/08/2023	Sim
30	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 0,7900	29/08/2023	Sim
31	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30000	Unidade	R\$ 0,6400	29/08/2023	Sim
32	I	ESTADO DO PIAUI - Compras.gov.br	6000	Unidade	R\$ 1,0600	25/08/2023	Sim
33	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	8500	Unidade	R\$ 0,7800	23/08/2023	Sim
34	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	36000	Unidade	R\$ 1,3200	15/08/2023	Sim
35	I	PREFEITURA DE PIRAQUARA - PR - Compras.gov.br	34000	Unidade	R\$ 0,5400	14/08/2023	Sim
36	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	3000	Unidade	R\$ 0,9000	02/08/2023	Sim
37	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	25000	Unidade	R\$ 0,6000	27/07/2023	Sim
38	I	CAMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL - PR - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 0,8800	05/07/2023	Sim
39	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 0,7300	26/06/2023	Sim
40	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	8700	Unidade	R\$ 0,7800	15/06/2023	Sim
41	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	75780	Unidade	R\$ 0,7400	26/05/2023	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 33

Descrição do item

272157 - Tijolo Material: Cerâmica , Tipo: Maciço , Comprimento: 20 CM, Largura: 9 CM, Espessura: 4,50 CM, Aplicação: Construção Civil

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 0,2500

Média

R\$ 1,0825

Mediana

R\$ 0,8500

Coeficiente de Variação: 69,6628%

Desvio Padrão: 0,7541

Maior Preço: R\$ 2,5000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compe
1	I	PREFEITURA DE TURVO - PR - Compras.gov.br	2500	Unidade	R\$ 0,7000	29/04/2024	Sim
2	I	ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	25000	Unidade	R\$ 0,2500	18/01/2024	Sim
3	I	PREFEITURA DE CARMO DO RIO CLARO - Compras.gov.br	15000	Unidade	R\$ 0,4700	08/11/2023	Sim

4	I	PREFEITURA MUNICIPAL SÃO MIGUEL DO GUAMÁ - PA - Compras.gov.br	3040	Unidade	R\$ 2,5000	06/10/2023	Sim
5	I	PREFEITURA MUNICIPAL SÃO MIGUEL DO GUAMÁ - PA - Compras.gov.br	6080	Unidade	R\$ 2,1000	06/10/2023	Sim
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1800	Unidade	R\$ 1,0000	30/08/2023	Sim
7	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	50000	Unidade	R\$ 0,5500	02/08/2023	Sim
8	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	32507	Unidade	R\$ 1,0900	10/07/2023	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 34

Descrição do item

384647 - Torneira Material Corpo: Pvc , Diâmetro: 3/4 POL, Características Adicionais: Com Bico , Aplicação: Jardim

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 1,6000

Média

R\$ 4,7271

Mediana

R\$ 2,5000

Coefficiente de Variação: 109,5619%

Desvio Padrão: 5,1791

Maior Preço: R\$ 26,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 14,9000	07/05/2024	Sim
2	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 1,9700	26/03/2024	Sim
3	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 1,9700	26/03/2024	Sim
4	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁ - SC - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 1,9500	02/02/2024	Sim
5	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 9,9000	31/01/2024	Sim
6	I	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 8,1900	31/01/2024	Sim
7	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 2,7200	28/12/2023	Sim
8	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 1,7000	21/12/2023	Sim
9	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 1,7000	21/12/2023	Sim
10	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 3,0600	07/12/2023	Sim
11	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 2,2100	24/11/2023	Sim
12	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	870	Unidade	R\$ 1,8000	20/11/2023	Sim
13	I	COMPANHIA DE SERV.URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 2,3814	16/11/2023	Sim
14	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	115	Unidade	R\$ 1,8000	16/11/2023	Sim
15	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.DO NORTE DE MG - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 3,1600	09/11/2023	Sim
		UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO					

Assinado por 2 pessoas: RONALDO FELIPE MACIEL e LUIZ ANTONIO MARAFON  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/4807-92B7-F7CC-89E7> e informe o código 4807-92B7-F7CC-89E7

16	I	GRANDE DO SUL - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 2,5000	24/10/2023	Sim
17	I	PREFEITURA MUNICIPAL SÃO MIGUEL DO GUAMÁ - PA - Compras.gov.br	210	Unidade	R\$ 4,5000	06/10/2023	Sim
18	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 2,0900	03/10/2023	Sim
19	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 2,4400	26/09/2023	Sim
20	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 2,0800	26/09/2023	Sim
21	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	144	Unidade	R\$ 2,2200	25/09/2023	Sim
22	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 2,7900	22/09/2023	Sim
23	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIAO BARROS - PI - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 2,5000	19/09/2023	Sim
24	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIAO BARROS - PI - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 2,5000	19/09/2023	Sim
25	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIAO BARROS - PI - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 2,5000	19/09/2023	Sim
26	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIAO BARROS - PI - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 2,5000	19/09/2023	Sim
27	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	135	Unidade	R\$ 1,8900	14/09/2023	Sim
28	I	PREFEITURA DE SANTA MARIA/RS - Compras.gov.br	212	Unidade	R\$ 1,6000	11/09/2023	Sim
29	I	PREFEITURA DE SANTA MARIA/RS - Compras.gov.br	148	Unidade	R\$ 6,4000	11/09/2023	Sim
30	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	210	Unidade	R\$ 6,0000	29/08/2023	Sim
31	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 17,5000	29/08/2023	Sim
32	I	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO PARANÁ - Compras.gov.br	130	Unidade	R\$ 4,3700	03/08/2023	Sim
33	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 5,9900	01/08/2023	Sim
34	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	75	Unidade	R\$ 1,8300	27/07/2023	Sim
35	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	476	Unidade	R\$ 2,0000	06/07/2023	Sim
36	I	PREFEITURA DE TURVO - PR - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 4,1200	04/07/2023	Sim
37	I	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 4,0000	23/06/2023	Sim
38	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	55	Unidade	R\$ 3,6600	22/06/2023	Sim
39	I	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE - RS - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 2,1100	20/06/2023	Sim
40	I	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE-RJ - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 19,9900	19/06/2023	Sim
41	I	FUNDAÇÃO NACIONAL DO Índio - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 26,0000	15/06/2023	Sim
42	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 6,0000	13/06/2023	Sim
43	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 4,0000	13/06/2023	Sim
44	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIAO BARROS - PI - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 2,5000	06/06/2023	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.



Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

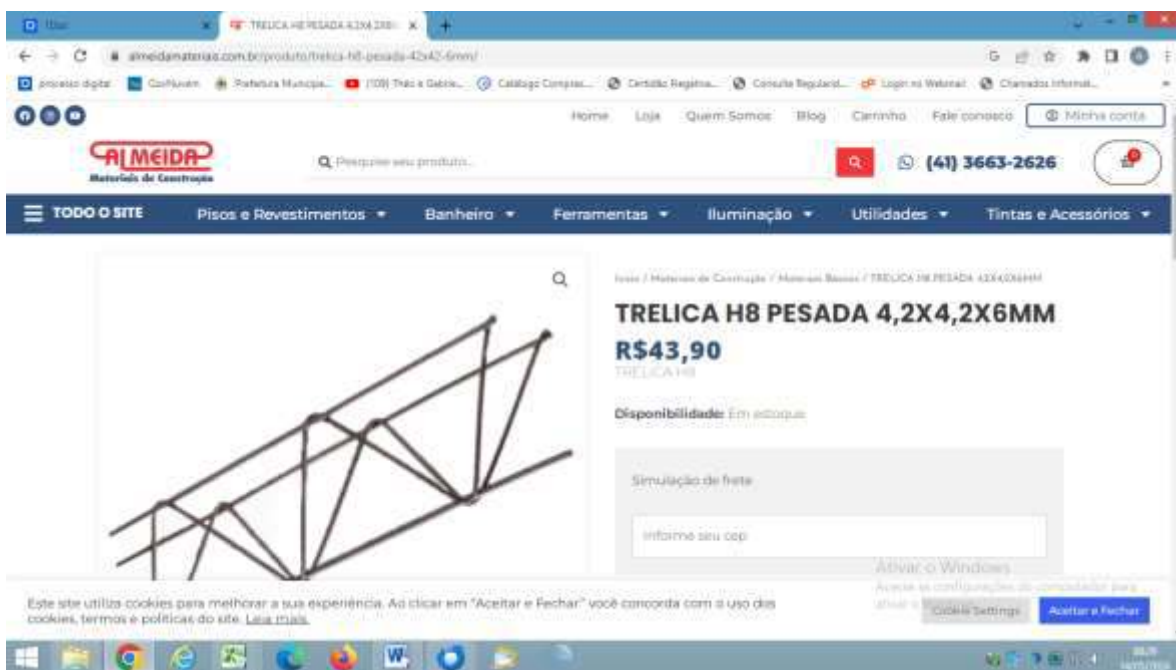
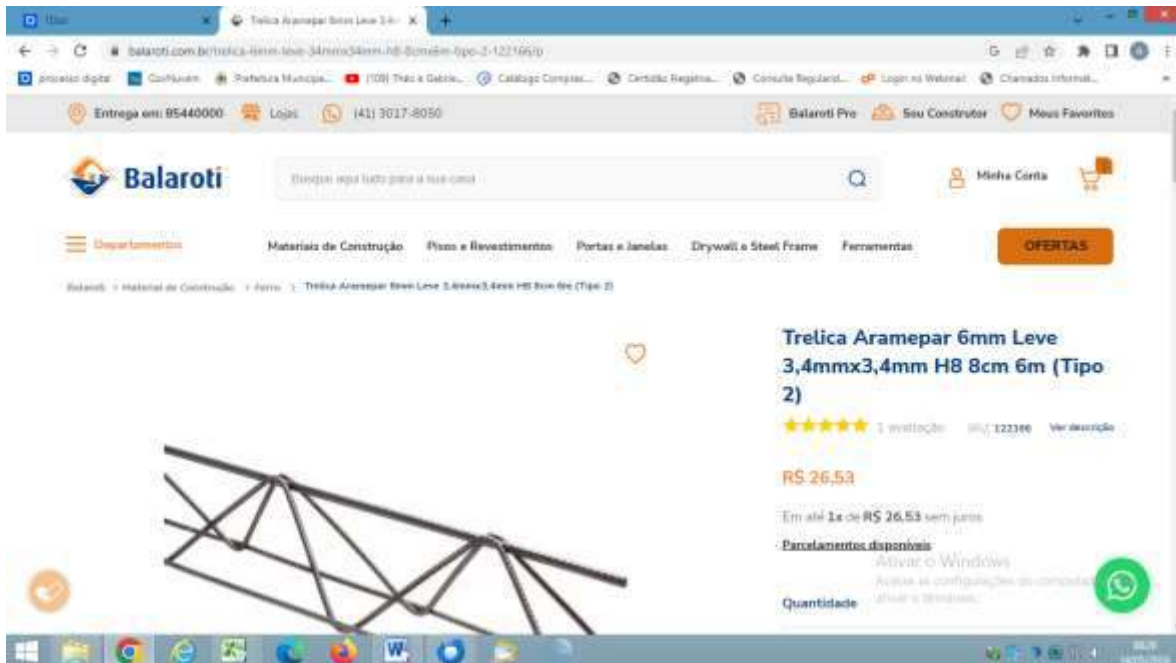
- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre  $(X-\mu)^2$ , onde  $\mu$  representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$





	Descrição	Qtd. Ponte	Qtd. Cemitério	Qtd. Meio fio, Boca de Lobo e	TOTAL	SINAP	PNPC	D MATI.	VRS	CONENGE	M. SANTA	ZAMPIERE	INTERNET	soma	MEDIA
1	Arame recozido Nº 18	40	50	60	150	R\$ 26,23	R\$ 19,21	R\$ 19,90	R\$ 19,90	.....	.....	.....	.....	R\$ 85,24	R\$ 21,31
2	Areia lavada média	50	150	150	350	R\$ 120,00	R\$ 106,75	R\$ 155,00	R\$ 159,90	.....	.....	.....	.....	R\$ 541,65	R\$ 135,41
3	Adesivo Plástico 75gr	...	20	...	20	R\$ 9,28	R\$ 7,14	R\$ 7,50	R\$ 9,00	.....	.....	.....	.....	R\$ 32,92	R\$ 8,23
4	Argamassa saco com 20 kg AC 3	...	50	...	50	R\$ 46,00	R\$ 25,75	R\$ 42,50	R\$ 53,50	.....	.....	.....	.....	R\$ 167,75	R\$ 41,94
5	Aço CA-50, 6,3mm, vergalhão BR 12 metros	...	150	...	150	R\$ 22,66	R\$ 25,14	R\$ 29,90	R\$ 27,95	.....	.....	.....	.....	R\$ 105,65	R\$ 26,41
6	Barra de Ferro de 12m 3/8	200	...	100	300	.....	R\$ 54,87	R\$ 75,00	R\$ 67,50	.....	.....	.....	.....	R\$ 197,37	R\$ 65,79
7	Barra de Ferro de 12m 1/4	.....	...	100	100	.....	R\$ 26,28	R\$ 29,90	R\$ 27,95	.....	.....	.....	.....	R\$ 84,13	R\$ 28,04
8	Barra de Ferro de 12m 4.2	100	...	100	200	.....	R\$ 16,84	R\$ 16,90	R\$ 16,50	.....	.....	.....	.....	R\$ 50,24	R\$ 16,75
9	Barra de Ferro 5/16 de 12m	100	80	150	330	.....	R\$ 42,50	R\$ 52,00	R\$ 45,00	.....	.....	.....	.....	R\$ 139,50	R\$ 46,50
10	Barra de Tubo soldável 1º linha 25mm x 6	...	80	...	80	R\$ 24,42	R\$ 47,73	R\$ 27,60	R\$ 30,00	.....	.....	.....	.....	R\$ 129,75	R\$ 32,44
11	Bloco de Concreto 14x19x39cm	...	...	3.000	3.000	R\$ 4,88	R\$ 3,75	R\$ 5,60	R\$ 5,70	R\$ 3,50	.....	.....	.....	R\$ 23,43	R\$ 4,69
12	Cimento 50kg	200	600	600	1400	R\$ 33,00	R\$ 39,26	R\$ 48,90	R\$ 47,40	.....	.....	.....	.....	R\$ 168,56	R\$ 42,14
13	Cal Virgem de 1A, 20kg	...	500	250	750	R\$ 13,80	R\$ 14,94	R\$ 21,90	R\$ 21,00	.....	.....	.....	.....	R\$ 71,64	R\$ 17,91
14	Caibro de 5x5cm em pinho	...	1000	600	1600	R\$ 4,92	R\$ 6,22	R\$ 6,50	R\$ 9,00	.....	.....	.....	.....	R\$ 26,64	R\$ 6,66
15	Chapa de madeirite laminado 2,20x1, 10x14mm	...	...	100	100	R\$ 150,52	R\$ 98,77	R\$ 105,00	R\$ 149,00	.....	.....	.....	.....	R\$ 503,29	R\$ 125,82
16	Chapa de madeirite 2,20x1,10 10mm	30	...	...	30	R\$ 104,71	R\$ 118,50	R\$ 61,00	R\$ 79,00	.....	.....	.....	.....	R\$ 363,21	R\$ 90,80
17	Concreto Usinado MPA 25, convencional	32	...	32	64	R\$ 404,59	.....	R\$ 750,00	R\$ 620,00	.....	.....	.....	.....	R\$ 1.774,59	R\$ 591,53
18	Chapéu em concreto armado com ferro 5/16 para boca de lobo com parede interna de proteção de 1,00x0,17X,0,15	...	...	50	50	.....	.....	R\$ 130,00	R\$ 128,90	R\$ 80,00	.....	.....	.....	R\$ 338,90	R\$ 112,97
19	Chapéu em concreto armado com ferro 5/16 para boca de lobo com parede interna de proteção de 1,20x0,17X15	...	...	50	50	.....	.....	R\$ 155,00	R\$ 139,50	R\$ 100,00	.....	.....	.....	R\$ 394,50	R\$ 131,50
20	Disco diamantado de corte, para cortar asfalto e concreto. Diâmetro externo de 350mm e diâmetro do furo de 25,44mm. Tipo de corte refrigerado. Perfil do corte segmentado.	...	...	40	40	R\$ 660,55	.....	R\$ 565,00	R\$ 525,00	.....	.....	.....	.....	R\$ 1.750,55	R\$ 583,52
21	Grelha de Concreto para boca de lobo com base em concreto armado com ferro 1/4. base 72x52cm e grelha 60cm x 39cm.	...	...	50	50	.....	.....	R\$ 250,00	R\$ 245,00	R\$ 280,00	.....	.....	.....	R\$ 775,00	R\$ 258,33
22	Grelha de Concreto para boca de lobo com base em concreto armado com ferro 1/4. base 80/56 grelha 71,5x46	...	...	100	100	.....	.....	R\$ 300,00	R\$ 280,00	R\$ 350,00	.....	.....	.....	R\$ 930,00	R\$ 310,00
23	Joelho soldável 25mm 90º	...	40	...	40	R\$ 0,71	R\$ 1,21	R\$ 1,00	R\$ 1,50	.....	.....	.....	.....	R\$ 4,42	R\$ 1,11
24	Lona preta 100 micras com 4m de largura	...	1.000	...	1.000	R\$ 1,30	.....	R\$ 3,75	R\$ 2,00	.....	.....	.....	.....	R\$ 7,05	R\$ 2,35
25	Malha de Ferro 4,2 com espaçamento de 15x15 tamanho 3x2m	...	200	...	200	.....	R\$ 220,14	R\$ 102,00	R\$ 95,50	.....	.....	.....	.....	R\$ 417,64	R\$ 139,21
26	Mata junta de 3 metros de pinho	...	800	...	800	R\$ 6,75	.....	R\$ 5,60	R\$ 9,00	.....	.....	.....	.....	R\$ 21,35	R\$ 7,12
27	Prancha de Eucalipto 5cm x 30cm x 6m	80	...	...	80	.....	.....	R\$ 240,00	.....	.....	R\$ 165,00	R\$ 140,00	.....	R\$ 545,00	R\$ 181,67
28	Pedra britada nº1	50	100	100	250	R\$ 65,65	R\$ 132,97	R\$ 155,00	R\$ 139,50	.....	.....	.....	.....	R\$ 493,12	R\$ 123,28
29	Pedrisco	...	100	...	100	R\$ 75,80	R\$ 113,44	R\$ 155,00	R\$ 139,50	.....	.....	.....	.....	R\$ 483,74	R\$ 120,94
30	Prego 22x48	20	...	...	20	R\$ 15,37	R\$ 18,87	R\$ 18,90	R\$ 20,50	.....	.....	.....	.....	R\$ 73,64	R\$ 18,41
31	Prego 25x72	50	...	...	50	.....	R\$ 17,39	R\$ 24,50	R\$ 32,00	.....	.....	.....	.....	R\$ 73,89	R\$ 24,63
32	Prego 12x12	...	20	...	20	R\$ 20,10	R\$ 16,87	R\$ 24,50	R\$ 25,00	.....	.....	.....	.....	R\$ 86,47	R\$ 21,62
33	Prego polido com cabeça 18x30	...	45	...	45	R\$ 15,26	R\$ 16,36	R\$ 18,90	R\$ 21,50	.....	.....	.....	.....	R\$ 72,02	R\$ 18,01
34	Prego 17x21 com cabeça	...	...	50	50	R\$ 15,26	R\$ 17,31	R\$ 18,90	R\$ 22,90	.....	.....	.....	.....	R\$ 74,37	R\$ 18,59

35	Prego 18x24	...	...	50	50	R\$ 16,27	.....	R\$ 18,90	R\$ 21,50	.....	.....	.....	R\$ 56,67	R\$ 18,89
36	Ripão de 2,5x5cm com 3m em pinho	...	200	200	400	R\$ 11,28	R\$ 15,15	R\$ 10,50	R\$ 13,05	.....	.....	.....	R\$ 49,98	R\$ 12,50
	Revestimento cerâmico extra classificação		...	50		R\$ 30,91								
37	"A", com absorção de máxima de Água 10%	...	50	...	50		R\$ 27,74	R\$ 29,90	R\$ 45,90	.....	.....	.....	R\$ 134,45	R\$ 33,61
38	Silicone incolor 280g	...	30	...	30	R\$ 28,20	R\$ 25,00	R\$ 19,90	R\$ 20,50	.....	.....	.....	R\$ 93,60	R\$ 23,40
39	Tábua madeira 2,5x25,0cm (1x9) tipo pinho	...	150	...	150	R\$ 25,40	.....	R\$ 14,90	R\$ 18,15	.....	.....	.....	R\$ 58,45	R\$ 19,48
40	Tábua madeira 2,5x30,0cm (1x12) tipo pinho	600	100	400	1.110	R\$ 34,29	.....	R\$ 17,80	R\$ 21,30	.....	.....	.....	R\$ 73,39	R\$ 24,46
41	Tábua madeira 15x2,5cm com 2m em pinho	...	...	200	200	R\$ 17,16	.....	R\$ 15,40	R\$ 10,90	.....	.....	.....	R\$ 43,46	R\$ 14,49
42	tampa de concreto armado com ferro 5/16 0,90x090x0,06cm			80	80	.....	.....	R\$ 205,00	R\$ 195,00	R\$ 150,00	.....	.....	R\$ 550,00	R\$ 183,33
43	Tampa em concreto armado com ferro 5/16 – 1,20x0,70x0,06 cm			120	120	.....	.....	R\$ 215,00	R\$ 210,00	R\$ 190,00	.....	.....	R\$ 615,00	R\$ 205,00
	Tubo de concreto com encaixe, ponto e bolsa, sem ferragem, diâmetro de 40cm, comprimento de 1m.			200	200									
44						R\$ 77,52	R\$ 79,38	R\$ 103,50	.....	R\$ 80,00	.....	.....	R\$ 340,40	R\$ 85,10
	Tubo de concreto com encaixe, ponto e bolsa, sem ferragem, diâmetro de 60cm, comprimento de 1m.	100		100	200	R\$ 150,00	R\$ 169,23	R\$ 180,00	.....	R\$ 110,00	.....	.....	R\$ 609,23	R\$ 152,31
45				...	100	R\$ 375,63								
46	Tubo de concreto com encaixe, ponto e bolsa, com armação, diâmetro de 80cm, comprimento de 1m.	100	...	...			.....	R\$ 480,00	.....	R\$ 220,00	.....	.....	R\$ 1.075,63	R\$ 358,54
	Tubo de concreto com encaixe, ponto e bolsa, com armação, diâmetro de 100cm, comprimento de 1m.	200	...	...	200	R\$ 587,39	.....	R\$ 765,00	.....	R\$ 430,00	.....	.....	R\$ 1.782,39	R\$ 594,13
47														
48	Tee soldável de 25mm	...	40	...	40	R\$ 1,18	R\$ 4,85	R\$ 1,00	R\$ 3,00	.....	.....	.....	R\$ 10,03	R\$ 2,51
49	Tijolo 6 furos 9x14x19cm	...	30.000	10.000	40.000	R\$ 0,72	R\$ 0,82	R\$ 0,89	R\$ 0,88	.....	.....	.....	R\$ 3,31	R\$ 0,83
50	Tijolo maciço	...	...	5.000	5.000	R\$ 1,69	R\$ 1,08	R\$ 0,89	R\$ 0,88	.....	.....	.....	R\$ 4,54	R\$ 1,14
51	Treliça leve de 6m	...	50	...	50	.....	.....	R\$ 33,90	R\$ 33,90	.....	.....	.....	26,53	R\$ 94,33
52	Treliça H 8 pesada com 6m	...	...	100	100	.....	.....	R\$ 56,00	R\$ 46,75	.....	.....	.....	43,9	R\$ 102,75
53	Torneira plástica para Jardim 3/4	...	50	...	50	.....	R\$ 4,72	R\$ 5,00	R\$ 5,00	.....	.....	.....	R\$ 14,72	R\$ 4,91



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais para pontes, meio fio, boca de lobo, galerias pluviais, calçadas e cemitério, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote	Item	Descrição	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
1	1	Tampa em concreto armado com ferro 5/16 – 0,90x0,90x0,06 cm. Catmat nº 478301	80	UN.	183,3300	14.666,4000
1	2	Tampa em concreto armado com ferro 5/16 – 1,20x0,70x0,06 cm. Catmat nº 312099	120	UN.	205,0000	24.600,0000
1	3	Tubo de concreto com encaixe, ponta e bolsa, sem ferragem, diametro de 40cm, comprimento de 1m. Catmat nº 478060.	200	UN.	85,1000	17.020,0000
1	4	Tubo de concreto com encaixe, ponta e bolsa, sem ferragem, diametro de 60cm, comprimento 1m. Catmat nº 478066.	200	UN.	152,3100	30.462,0000
1	5	Tubo de concreto, com encaixe ponta e bolsa, com armação, diametro de 100 cm, comprimento de 1m. Catmat nº 478068.	200	TB	594,1300	118.826,0000

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 62, de 05 abril de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do (a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de Entrega

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 dias, contados da solicitação de compra, de fracionada, conforme necessidade do município.

4.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

4.3. Os bens deverão ser entregues nos endereços descritos na solicitação de compra, dentro do perímetro do município de Ubiratã e no Distrito de Yolanda.

### 5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### Fiscalização

5.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, o (a) senhor (a) José Antonio Torres dos Santos e Odilio Camargo Alves, ou pelos respectivos substitutos, o (a) senhor (a) Ailton Niza Camargo Alves e Rozeno Aparecido Silverio.

#### Fiscalização Técnica

5.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

5.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

5.7.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

5.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

5.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

#### Fiscalização Administrativa

5.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

5.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

#### Gestor do Contrato

5.9. O gestor do contrato, o (a) senhor (a) Ronaldo Felipe Maciel e Luiz Antonio Marafon, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

5.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

5.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

5.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

5.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso..

5.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

5.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

6.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

6.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, será efetuada a sua liquidação.

6.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 6.9.1. o prazo de validade;
- 6.9.2. a data da emissão;
- 6.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 6.9.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 6.9.5. o valor a pagar; e
- 6.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

6.12. A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital e identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.13. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.

#### **Prazo de pagamento**

6.17. O pagamento será efetuado, contado da finalização da liquidação da despesa, até o décimo dia do mês subsequente, desde que o documento esteja em tempo hábil na Divisão de Tesouraria do Município.

6.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do INPC.

#### **Forma de pagamento**

6.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

#### **Forma de fornecimento**

7.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

#### **Exigências de habilitação**

7.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

7.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

- 7.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 7.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 7.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 7.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 7.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 7.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).
- 7.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).
- 7.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 7.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 7.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 7.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 7.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 7.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 7.20. Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 7.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 7.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## Qualificação Econômico-Financeira

7.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

## 8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 205.574,40 (Duzentos e cinco mil quinhentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

8.2. **Em caso de licitação para Registro de Preços**, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

8.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

8.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

8.2.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Ubiratã.

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0902	3274	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS		134.057,00
1002	3280	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS		71.517,40

9.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Ubiratã, 24 de junho de 2024.

SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E PAVIMENTAÇÃO

SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RURAIS



Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
62/2024	ADRIANA CANDIDA SLUZOVSKI	17/05/2024 14:12
Objeto da Matriz de Riscos		
Aquisição de materiais para pontes, meio fio, boca de lobo, galerias pluviais, calçadas e cemitério		

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Licitação deserta ou fracassada	Falha na especificação da solução ou definição de preços	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	
	Impactos					
	1	Atividades da administração comprometidas ou até mesmo inviabilizadas				
	Ações Preventivas					
	P-01	Levantamento das soluções disponíveis no mercado e de seus preços, para que sejam técnica e economicamente viáveis.				
Ações de Contingência						
C-01	Avaliar todo o processo licitatório, revendo possíveis causadores do risco, para reabertura da licitação.					
Responsável: ADRIANA CANDIDA SLUZOVSKI						
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Conformidade	Não conformidade com a solicitação de compras	Gestão de Contrato	Administração	Alto	
	Impactos					
	1	Atraso na disponibilização do objeto				
	Ações Preventivas					
	P-01	Realizar conferência dos produtos recebidos e confrontar com o descritivo da solicitação de compras.				
Ações de Contingência						
C-01	Recusar os produtos fora da conformidade e solicitar que os mesmos sejam entregues, no prazo estabelecido.					
Responsável: JOSE ANTONIO TORRES DOS SANTOS						
Responsável: JOSE ANTONIO TORRES DOS SANTOS						
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Descumprimento de prazos na entrega documental por fornecedora parte do fornecedor	Problemas internos na empresa	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	
	Impactos					
	1	Atrasos na conclusão do processo licitatório				
	Ações Preventivas					
	P-01	Estabelecer edital com critérios claros de prazos e penalidades;				
Ações de Contingência						
C-01	Acionar as penalidades previstas no ato convocatório;					
Responsável: ADRIANA CANDIDA SLUZOVSKI						
Responsável: ADRIANA CANDIDA SLUZOVSKI						
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Incapacidade do fornecedor	Critérios de seleção de fornecedor insuficientes	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	
	Impactos					
	1	Fornecedor não entregar a solução esperada				
	Ações Preventivas					
	P-01	Definição dos requisitos mínimos da solução.				
Ações de Contingência						
C-01	Desclassificação do fornecedor que não atende os requisitos mínimos, ou sem capacidade técnica, ou reprovado em prova de conceito, e convocação do próximo colocado para apresentação de sua solução.					
Responsável: ALTAIR DA SILVA PEREIRA						

Assinado por 2 pessoas: RONALDO ELUIPE MACIEL e LUIZ ANTONIO MARAFON

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/4800-92B7-F7CC-89E77>





Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Falta de fiscalização adequada do contrato	Falta de recursos ou desatenção	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
Impactos						
1	Não conformidade com os termos contratuais ou qualidade dos produtos					
Ações Preventivas						
P-01	Designar equipe responsável pela fiscalização do contrato			Responsável: ADRIANA CANDIDA SLUZOVSKI		
Ações de Contingência						
C-01	Realizar auditorias regulares no contrato			Responsável: JOSE ANTONIO TORRES DOS SANTOS		

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

ADRIANA CANDIDA SLUZOVSKI  
administrativo

## DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA

Eu, **Ronaldo Felipe Maciel**, Secretário de Serviços Urbanos do Município de Ubiratã/PR, e **Luiz Antônio Marafom**, Secretário de Viação e Serviços Rurais, no uso de suas atribuições e atendendo as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, DECLARO, para os devidos fins, que a(s) despesa(s) resultante da requisição nº 119/2024 que tem por objeto: Aquisição de materiais para pontes, meio fio, boca de lobo, galerias pluviais, calçadas e cemitério, tem perfeita adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA).

Para que produza os legais e jurídicos efeitos, assina o presente.

Ubiratã Pr. 17 de maio de 2024.

Ronaldo Felipe Maciel  
Secretaria de Serviços Urbanos

**1. REQUISIÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 168/2024**

**2. OBJETO**

aquisição de materiais para pontes, meio fio, boca de lobo, galerias pluviais, calçadas e cemitério

**3. VALOR TOTAL DA REQUISIÇÃO**

R\$-205.574,40

**4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0902	3274	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS		134.057,00
1002	3280	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS		71.517,40

Ubiratã – Paraná, 24 de junho de 2024.

\_\_\_\_\_  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E PAVIMENTAÇÃO**

\_\_\_\_\_  
**SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RURAIS**



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4807-92B7-F7CC-89E7

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



RONALDO FELIPE MACIEL (CPF 018.XXX.XXX-05) em 25/06/2024 10:35:04 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



LUIZ ANTONIO MARAFON (CPF 513.XXX.XXX-91) em 25/06/2024 11:54:39 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/4807-92B7-F7CC-89E7>

**Proc. Administrativo 1- 6.192/2024**

**De:** Viviane R. - SEMAD-SP

**Para:** GP - Gabinete do Prefeito

**Data:** 25/06/2024 às 11:50:19

**Setores (CC):**

GP, SEMAD-SP

Requisição com objeto específico da secretaria demandante.

—

**Viviane Cristina Ciciliato Retamero**

administrativo

**Proc. Administrativo 2- 6.192/2024**

**De:** Fábio D. - GP

**Para:** SEMFIP - Secretaria Municipal das Finanças e Planejamento

**Data:** 25/06/2024 às 12:20:56

**Setores (CC):**

SEMFIP, SEMFIP -CONT

Autorizo.

—

**Fábio Dalécio**

*Prefeito de Ubatã*

**Proc. Administrativo 3- 6.192/2024**

**De:** Cristiane Z. - SEMFIP -CONT

**Para:** SEMSUP - Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Pavimentação

**Data:** 25/06/2024 às 13:25:16

para utilização no "cemitério" existe dotação específica dentro da LOA 2025.

—  
**Cristiane Fátima Zolin Akkaché**



## Proc. Administrativo 4- 6.192/2024

**De:** Cristiane Z. - SEMFIP -CONT

**Para:** SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

**Data:** 25/06/2024 às 13:25:31

**Setores envolvidos:**

GP, SEMAD-LICIT, SEMFIP, SEMSUP, SEMVIS, SEMAD-SP, SEMFIP -CONT

### Requisição 168 - Artefatos de cimento

Em atenção ao despacho retro, expedido por Vossa Senhoria, informamos a existência de previsão de recursos orçamentários até o limite financeiro disponível.

Por conta da indicação das dotações acima, atestamos por consequência a compatibilidade das referidas obrigações com as peças orçamentárias vigentes: PPA, LDO e LOA. Ressalve-se, contudo, que o presente parecer se restringe meramente a indicar a existência de dotações orçamentárias específicas, **NÃO HAVENDO COM ISSO DESTAQUE OU APRISIONAMENTO DE RECURSOS**, ou seja, visa tão somente apontar a existência de previsão de recursos orçamentários no exercício nesta data.

Outrossim, informamos que a análise de existência de disponibilidade de recursos financeiros fica reservada para momento posterior a confirmação da contratação e anterior a realização da despesa decorrente da etapa de empenho, conforme art. 58 e seguintes da lei 4.320/64 e se necessário e possível esta secretaria providenciará suplementação das dotações acima previstas. Além disso, **não compete** à contabilidade a análise e determinação do objeto da compra, poder discricionário do Gestor Municipal.

Por fim, alerta-se ao Gestor que, caso a soma global das obrigações de mesma natureza venha a superar o valor das dotações indicadas acima, poderá haver limitação de empenho e bloqueio de realização das despesas correspondentes.

—  
Cristiane Fátima Zolin Akkaché



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 2406-D6D1-AF8E-DDCA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CRISTIANE FATIMA ZOLIN (CPF 088.XXX.XXX-02) em 25/06/2024 13:25:39 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



SERGIO RICARDO SEQUEIRA (CPF 431.XXX.XXX-34) em 25/06/2024 13:35:57 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/2406-D6D1-AF8E-DDCA>

**De:** Altair P. - SEMAD-LICIT

**Para:** SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

**Data:** 25/06/2024 às 13:43:57

De acordo com o pedido apresentado, a modalidade que mais se amolda para contratação do referido objeto será por Pregão, no formato eletrônico, com fulcro na Lei 14.133/2021.

Para tanto, encaminho para elaboração da minuta.

—

**Altair da Silva Pereira**

*Divisão de Licitação*

**Proc. Administrativo 6- 6.192/2024**

**De:** Renan L. - SEMAD-LICIT

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 25/06/2024 às 15:09:34

Boa tarde.

Por gentileza, confirme se os materiais licitados ( **tampas em concreto e tubos de concreto** ) aplicam-se mesmo à **pontes, meio fio, calçadas e cemitério**.

Atenciosamente,

Renan Felipe.

**De:** Adriana S. - SEMSUP

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 25/06/2024 às 15:38:30

Esses materiais serão utilizados em galerias e bocas de lobo.

—

**Adriana C. Sluzovski**

*administrativo*

**Proc. Administrativo 7- 6.192/2024**

**De:** Renan L. - SEMAD-LICIT

**Para:** CGM-AL - Acompanhamento de Licitações CGM

**Data:** 25/06/2024 às 15:53:02

**Setores (CC):**

PGM-ASSEJUR, CGM-AL

Solicitamos parecer jurídico referente as minutas em sequência.

**Anexos:**

A\_EDITAL.pdf

B\_MINUTA\_ARP.pdf

C\_MINUTA\_CONTRATO.pdf

## **MINUTA DE EDITAL**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2024**

### **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/2024**

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**

**UASG 987933**

#### **OBJETO**

**REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE TAMPAS E TUBOS EM CONCRETO.**

#### **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

**R\$ R\$ 205.574,40 (DUZENTOS E CINCO MIL QUINHENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E QUARENTA CENTAVOS).**

#### **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

**Dia XX/XX/2024 ÀS 08H15MIN (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF)**

#### **LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA**

**HTTPS://WWW.GOV.BR/COMPRAS/PT-BR/**

#### **CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**MENOR PREÇO POR ITEM**

#### **MODO DE DISPUTA**

**ABERTO**

#### **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

**LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA PARA O ITEM 05 E EXCLUSIVA PARA ME/EPP PARA OS DEMAIS ITENS**

#### **CONTATO**

**DUVIDASLICITACAO@UBIRATA.PR.GOV.BR**

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)



## SUMÁRIO

1.	DO OBJETO .....	3
2.	DO DETALHAMENTO DO OBJETO.....	3
3.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
4.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
5.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	6
6.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	7
7.	DA FASE DE JULGAMENTO .....	10
8.	DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	11
9.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	13
10.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....	13
11.	DOS RECURSOS.....	14
12.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	14
13.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	17
14.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	17

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2024**

Processo Administrativo nº XXXX/2024

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, por meio da Divisão de Licitações e Contratos, realizará licitação, para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), dos Decretos Municipais nº 58/2022 e 32/2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE TAMPAS E TUBOS EM CONCRETO** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**2. DO DETALHAMENTO DO OBJETO**

2.1. O item objeto desta licitação será conforme disposto a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT R\$	V. TOTAL R\$
1	Tampa em concreto armado com ferro 5/16 - 0,90x0,90x0,06 cm.	80	Unidades	183,33	14.666,40
2	Tampa em concreto armado com ferro 5/16 - 1,20x0,70x0,06 cm.	120	Unidades	205,00	24.600,00
3	Tubo de concreto com encaixe, ponta e bolsa, sem ferragem, diâmetro de 40cm, comprimento de 1m.	200	Unidades	85,10	17.020,00
4	Tubo de concreto com encaixe, ponta e bolsa, sem ferragem, diâmetro de 60cm, comprimento 1m.	200	Unidades	152,31	30.462,00
5	Tubo de concreto, com encaixe ponta e bolsa, com armação, diâmetro de 100 cm, comprimento de 1m.	200	Unidades	594,13	118.826,00

2.2. Havendo divergência entre o descritivo do item previsto no edital e no Comprasgov, prevalecerá o do edital.

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5. Para o item 05, a licitação é destinada à ampla concorrência; para os demais itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).
- 3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 3.7. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicada ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora,

controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aqueles itens;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema;

4.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Quantidade cotada.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta será de **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do estado do Paraná e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme critério de julgamento estabelecido.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,10 (dez centavos).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.
- 6.11. Adotado para o envio de lances o modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. O modelo de proposta, contendo as informações mínimas obrigatórias, integra este edital na forma de anexo (Anexo I).

6.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.4. Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>);

7.1.5. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.5 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. contiver vícios insanáveis;

- 7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.2.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou em formato digital.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.9. É de responsabilidade de o licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.11. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.13. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.10.1.

8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, depois de concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 23 e art. 24 do Decreto municipal nº 32/2024.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 15 (quinze) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <http://www.ubirata.pr.gov.br/>.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública



12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail [duvidaslicitacao@ubirata.pr.gov.br](mailto:duvidaslicitacao@ubirata.pr.gov.br).
- 13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 13.4.2. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.
- 14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, do formalismo moderado, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.ubirata.pr.gov.br/>.
- 14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 14.11.1. ANEXO I – Modelo de Proposta
- 14.11.2. ANEXO II – Modelo de Declaração Unificada
- 14.11.3. ANEXO III – Termo de Referência
- 14.11.3.1. Apêndice do Anexo III – Estudo Técnico Preliminar

- 14.11.4. ANEXO IV – Minuta da Ata de Registro de Preços
- 14.11.5. ANEXO V – Minuta do Contrato

Ubatuba, Paraná, 25 de junho de 2024.

**FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO**  
Prefeito de Ubatuba

**ANEXO I**

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2024**

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE

Nº DO CNPJ

Endereço, Cidade e Estado.

Nº do Telefone.

Endereço de e-mail.

1. Apresentamos e submetemos à apreciação nossa proposta de preços, a preços fixos, relativa à execução do objeto do Pregão em epígrafe:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL	MARCA

2. Se vencedora da Licitação, assinará a Ata de Registro de Preços, Contrato ou documento equivalente, na qualidade de representante legal o Senhor (a) (**Nome, CPF, RG, Endereço**).

3. Se vencedora da Licitação, o preposto da empresa para representá-la será o (a) Senhor (a) (**Nome, CPF, RG, Endereço, Telefone, e-mail**).

4. Os pagamentos deverão ser efetuados em conta corrente própria da Licitante, sendo (**Banco, Agência e Conta**).

5. Para fins de comunicação oficial junto ao Município de Ubatuba, informamos o e-mail (**e-mail**), para o qual poderá ser encaminhada qualquer correspondência oficial originada por este município e suas respectivas secretarias, como ordem de compras/serviços, nota de empenho, contratos, atas de registro de preços e termos aditivos para assinatura, documentos produzidos em processos administrativos sancionatórios, entre outros, sendo que nos comprometemos a comunicar o Município de Ubatuba em caso de modificação do e-mail indicado para contato.

6. Declaramos que nossa proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na presente data;

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal

**ANEXO II**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2024**

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TEL:

E-MAIL:

O signatário da presente declara, em nome da empresa supracitada e para todos os fins de direito:

- Que possuímos conhecimento bem como atendemos a todas as exigências relativas à habilitação no presente certame, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- Que inexistem fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a nossa idoneidade nos termos da lei e que não estamos suspensas de licitar e contratar com o Município de Ubatuba, tampouco inidônea em qualquer esfera da Administração Pública;
- Que não mantemos em nosso quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos - Lei nº 10.097/00 e art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- Que não possuímos em nosso quadro societário servidores públicos do Município de Ubatuba ou qualquer pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Prefeito, Vice-Prefeito ou com servidores públicos que desempenhem função na licitação ou atuem na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2024**

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, com sede no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Município de Ubatuba, Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.950.096/0001-10, neste ato representado pelo prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços nº 38/2024, Processo Administrativo nº 6479/2024, RESOLVE registrar os preços da (s) empresa (s) indicada (s) e qualificada (s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela (s) alcançada (s) e na (s) quantidade (s) cotada (s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 32, de 1º de março de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE TAMPAS E TUBOS EM CONCRETO**, especificados no Termo de Referência, anexo do Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
Item	Especificação	Unidade	Quantidade Máxima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

**3. ÓRGÃO GERENCIADOR**

3.1. O órgão gerenciador será o Município de Ubatuba, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

**4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

**Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

**5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão gerenciador por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.8.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital.

5.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.6, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.11. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2 aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.11.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.11.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.12. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

## **8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 22, § 2º, do Decreto Municipal nº 32, de 1º de março de 2024; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 8.4.1. Por razão de interesse público;
- 8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

## **9. DAS PENALIDADES**

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o fornecedor que:

- A. der causa à inexecução parcial do contrato;
- B. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- C. der causa à inexecução total do contrato;
- D. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- E. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- F. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- G. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- H. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao fornecedor que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- A. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- B. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- C. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- D. Multa:
  - 1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
  - 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 9.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
  - 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 9.1, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
  - 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 9.1, a multa será de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.
  - 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 9.1, a multa será de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
  - 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 9.1, a multa será de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.



- 9.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 9.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 9.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- A. a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - B. as peculiaridades do caso concreto;
  - C. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - D. os danos que dela provierem para o Contratante;
  - E. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 9.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 9.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 9.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9.15. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.16. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

#### **10. CONDIÇÕES GERAIS**

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

**MINUTA DE CONTRATO**

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ – PR**

Processo Administrativo nº **XXXX/2024**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XX/2024**, QUE FAZEM ENTRE SI  
O MUNICÍPIO DE UBIRATÃ E  
.....

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, inscrito no CNPJ sob o nº 76.950.096/0001-10, com sede no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, neste ato representado pelo prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 6479/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº **XX/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE TAMPAS E TUBOS EM CONCRETO**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
...					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO (art. 92, V)**

- 5.1. *O valor total da contratação é de R\$..... (.....)*
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

**CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE (art. 92, V)**

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA).
- 7.2. Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))**

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de

pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Cumprir demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))**

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv. **Multa:**
  - 1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
  - 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
  - 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
  - 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.
  - 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
  - 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).



11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0902	3274	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS		141.500,06
0904	3277	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS		122.571,90
1002	3280	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS		325.361,96
1007	3293	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS		167.783,95

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO ([art. 92, §1º](#))**

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ubatuba para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Ubatuba, XX de XXXXXXXX de 2024.

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

## Proc. Administrativo 8- 6.192/2024

**De:** Bruna M. - PGM-ASSEJUR

**Para:** SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

**Data:** 27/06/2024 às 11:15:46

**Setores envolvidos:**

GP, PGM-ASSEJUR, SEMAD-LICIT, SEMFIP, SEMSUP, SEMVIS, SEMAD-SP, SEMFIP -CONT, CGM-AL

### Requisição 168 - Artefatos de cimento

Segue parecer jurídico.

Att

—

**Bruna Correa Malheiro**  
*Advogada Pública*

**Anexos:**

pj\_168\_24.pdf

## PARECER JURÍDICO

Ao Departamento de Licitações

**MODALIDADE:** PREGÃO ELETRÔNICO

**REQUISIÇÃO DE LICITAÇÃO** Nº 168/2024.

**OBJETO:** Aquisição de materiais para pontes, meio fio, boca de lobo, galerias pluviais, calçadas e cemitério.

Trata-se de solicitação de parecer jurídico, encaminhada a esta Assessoria Jurídica, na qual requer análise jurídica da legalidade do Processo de Licitação em epígrafe, bem como a análise da Minuta do Edital de licitação pública, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, conforme justificativa e especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos.

Os seguintes documentos são relevantes para a análise jurídica:

1. I) Documento de formalização da demanda;
2. II) Despacho da secretária municipal;
3. III) Pesquisa de mercado com cotações de preços;
4. IV) Termo de Reserva Orçamentária;
5. V) Estudos técnicos preliminares;
6. VI) Justificativa;
7. VII) Autorização;
8. VIII) Termo de referência;
9. XII) Minuta do Edital e anexos.

É a síntese do necessário, passo a fundamentar.

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei no 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.

Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade. Em relação a esses, eventuais apontamentos decorrem da imbricação com questões jurídicas, na forma do Enunciado BPC no 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União:

#### Enunciado BPC no 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

O artigo 18 e incisos da Lei no 14.133/2021 estabelece todos os elementos que devem ser compreendidos nos autos do processo de contratação pública, senão vejamos:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação

desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

Analisando os documentos que compõe a instrução do processo de contratação, constata-se a presença da definição do objeto e das justificativas para a sua contratação, a autorização da Autoridade Competente para a instauração do processo de contratação, o estudo técnico preliminar, a pesquisa mercadológica, a previsão de dotação orçamentária, o termo de referência, a designação do pregoeiro e da equipe de apoio, a minuta do Edital.

Desta forma, é possível aferir claramente que os autos do processo encontram-se devidamente instruído, atendendo as exigências mínimas legais, ficando evidenciada a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública.

E, nos termos apresentados na justificativa, resta evidenciado a necessidade de contratação do objeto.

Ademais, registra-se a inexistência do plano anual de contratações nesta Secretaria, o que prejudica a análise de compatibilidade da contratação com o referido plano, em que pese não se tratar de ato obrigatório para a realização do certame, uma vez que, o inciso VII, do artigo 12 da NLLC, afere a facultatividade da elaboração do plano anual de contratações, in fine:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

Seguindo a análise, verifica-se que o termo de referência elaborado a partir do estudo técnico preliminar, contém os seguintes itens: definição do objeto, justificativa, prazo de entrega e condições de execução, condições de pagamento, dotação orçamentária, obrigações da Contratante e da Contratada, fiscalização, extinção do contrato e sanções aplicáveis, contendo, por conseguinte, todos os elementos exigidos pelo inciso XIII do artigo 6º da Lei no 14.133/2021, que assim determina:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- d) requisitos da contratação;
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
- g) critérios de medição e de pagamento;



h) forma e critérios de seleção do fornecedor;

i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;

j) adequação orçamentária.

Por sua vez, o estudo técnico preliminar apresentado nos autos possuem os seguintes elementos: definição do objeto, necessidade de contratação e justificativa, especificação técnica e quantitativo do objeto, alinhamento ao plano institucional, requisitos de habilitação, obrigações mínimas do fornecedor, estimativa de preços, resultados pretendidos, riscos e declaração de viabilidade, portanto, encontra-se em perfeita harmonia ao mínimo exigido em lei e disposto no §1º e incisos do artigo 18 da NLLC, senão vejamos:

Art. 18. [...] § 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos: I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos

que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso; VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação; IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Desta forma, é possível aferir que a fase preparatória do certame encontra-se em consonância com as exigências mínimas exigidas pela NLLC para fins de contratação nesta nova sistemática de licitações públicas.

Da Minuta do Edital, conforme já informado ao norte, a elaboração é um dos elementos que devem ser observados na fase interna da licitação pública, devendo conter em seus anexos: o estudo técnico preliminar, a ata de registros de preços se for o caso, o termo de referência e a minuta do contrato. Diante do apresentado, afere-se que os itens da minuta do Edital estão definidos de forma clara e com a devida observância do determinado no artigo 25 da Lei no 14.133/2021, que assim dispõe:

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

De largada, por se tratar de fornecimento de objeto de forma contínua, a ser entregue parceladamente, de acordo com a necessidade da Contratante, se faz necessário que o acordo firmado seja devidamente instrumentalizado em contrato, visto não se enquadrar nas hipóteses de exceção quanto a obrigatoriedade do instrumento, conforme disposto no artigo 95 da Lei no 14.133/2021.

Tendo a minuta do contrato as seguintes cláusulas: documentos, objeto, obrigações da Contratante e Contratada, preço, dotação orçamentária, pagamento, entrega e recebimento do objeto, alterações, sanções administrativas, vigência, extinção do contrato, casos omissos, publicações e eleição de foro.

Nesta esteira, o artigo 92 e incisos da NLLC, estabelece as cláusulas que são necessárias nos contratos administrativos, senão vejamos:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e a respectiva proposta;

III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;

IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;

VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;

VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

IX - a matriz de risco, quando for o caso;

X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;

XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;

XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;

XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;

XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;

XIX - os casos de extinção.

Portanto, a minuta do contrato encontra-se com as cláusulas mínimas devidamente amparadas na Lei no 14.133/2021.

De mais a mais, a minuta do Edital do processo licitatório estabelece a modalidade de licitação para a contratação do objeto como sendo o pregão em sua forma eletrônica, o que se encontra em perfeita correção uma vez que o objeto se enquadra na categoria de

bens comuns, com padrões de qualidade e desempenho passíveis de descrição objetiva e usualmente encontrados no mercado, atendendo o disposto nos incisos XIII e XLI, do artigo 6º da Lei no 14.133/2021.

Isto posto, o critério de seleção da proposta como sendo o “menor preço por item”, do mesmo modo, mostram-se adequados para a modalidade determinada pelo legislador.

Destacamos ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, conforme determinam os art. 54, caput e §1º, e art. 94 da Lei no 14.133, de 2021.

Destacamos também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei no 14.133, de 2021.

Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, opina-se pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo.

É o parecer,

Ubiratã, 27 junho de 2024.

***Bruna Correa Malheiro***

**OAB/PR nº 88.976**

**Advogada Pública**



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 8B29-B628-AA96-5882

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



BRUNA CORREA MALHEIRO (CPF 063.XXX.XXX-23) em 27/06/2024 11:16:12 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/8B29-B628-AA96-5882>

**Proc. Administrativo 9- 6.192/2024**

**De:** Thaila O. - SEMAD-LICIT

**Para:** SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

**Data:** 28/06/2024 às 15:07:45

Segue edital assinado.

—

**Thaila Rodrigues Oliveira**

*Agente de Contratação*

**Anexos:**

A\_EDITAL\_ARTEFATOS\_ASSINADO.pdf

B\_TERMOS\_DE\_REFERENCIA.pdf

C\_ETP.pdf

D\_MINUTA\_ARP.pdf

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2024**

### **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6512/2024**

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**

**UASG 987933**

#### **OBJETO**

**REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE TAMPAS E TUBOS EM CONCRETO.**

#### **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

**R\$ 205.574,40 (DUZENTOS E CINCO MIL QUINHENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E QUARENTA CENTAVOS).**

#### **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

**Dia 12/07/2024 ÀS 08H15MIN (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF)**

#### **LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA**

**[HTTPS://WWW.GOV.BR/COMPRAS/PT-BR/](https://www.gov.br/compras/pt-br/)**

#### **CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**MENOR PREÇO POR ITEM**

#### **MODO DE DISPUTA**

**ABERTO**

#### **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

**LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA PARA O ITEM 05 E EXCLUSIVA PARA ME/EPP PARA OS DEMAIS ITENS**

#### **CONTATO**

**DUVIDASLICITACAO@UBIRATA.PR.GOV.BR**

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000

**[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)**



## SUMÁRIO

1.	DO OBJETO .....	3
2.	DO DETALHAMENTO DO OBJETO.....	3
3.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
4.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
5.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	6
6.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	7
7.	DA FASE DE JULGAMENTO .....	10
8.	DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	11
9.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	13
10.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....	13
11.	DOS RECURSOS.....	14
12.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	14
13.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	17
14.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	17

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2024**

Processo Administrativo nº 6512/2024

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, por meio da Divisão de Licitações e Contratos, realizará licitação, para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), dos Decretos Municipais nº 58/2022 e 32/2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE TAMPAS E TUBOS EM CONCRETO** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**2. DO DETALHAMENTO DO OBJETO**

2.1. O item objeto desta licitação será conforme disposto a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT R\$	V. TOTAL R\$
1	Tampa em concreto armado com ferro 5/16 - 0,90x0,90x0,06 cm.	80	Unidades	183,33	14.666,40
2	Tampa em concreto armado com ferro 5/16 - 1,20x0,70x0,06 cm.	120	Unidades	205,00	24.600,00
3	Tubo de concreto com encaixe, ponta e bolsa, sem ferragem, diâmetro de 40cm, comprimento de 1m.	200	Unidades	85,10	17.020,00
4	Tubo de concreto com encaixe, ponta e bolsa, sem ferragem, diâmetro de 60cm, comprimento 1m.	200	Unidades	152,31	30.462,00
5	Tubo de concreto, com encaixe ponta e bolsa, com armação, diâmetro de 100 cm, comprimento de 1m.	200	Unidades	594,13	118.826,00

2.2. Havendo divergência entre o descritivo do item previsto no edital e no Comprasgov, prevalecerá o do edital.

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5. Para o item 05, a licitação é destinada à ampla concorrência; para os demais itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).
- 3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 3.7. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.7.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicada ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora,

controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aqueles itens;

4.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema;

4.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Quantidade cotada.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta será de **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do estado do Paraná e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme critério de julgamento estabelecido.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,10 (dez centavos).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.
- 6.11. Adotado para o envio de lances o modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. Empresas brasileiras;

6.19.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



6.20.5. O modelo de proposta, contendo as informações mínimas obrigatórias, integra este edital na forma de anexo (Anexo I).

6.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.4. Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>);

7.1.5. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.5 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. Contiver vícios insanáveis;

- 7.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 7.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.2.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou em formato digital.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.9. É de responsabilidade de o licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.11. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.12.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.12.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.13. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.10.1.

8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, depois de concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 23 e art. 24 do Decreto municipal nº 32/2024.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 15 (quinze) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <http://www.ubirata.pr.gov.br/>.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. Fraudar a licitação

12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa;

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. As peculiaridades do caso concreto

12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail [duvidaslicitacao@ubirata.pr.gov.br](mailto:duvidaslicitacao@ubirata.pr.gov.br).
- 13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 13.4.2. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.
- 14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, do formalismo moderado, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.ubirata.pr.gov.br/>.
- 14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 14.11.1. ANEXO I – Modelo de Proposta
- 14.11.2. ANEXO II – Modelo de Declaração Unificada
- 14.11.3. ANEXO III – Termo de Referência
- 14.11.3.1. Apêndice do Anexo III – Estudo Técnico Preliminar



- 14.11.4. ANEXO IV – Minuta da Ata de Registro de Preços
- 14.11.5. ANEXO V – Minuta do Contrato

Ubiratã, Paraná, 28 de junho de 2024.

FABIO DE  
OLIVEIRA  
DALECIO:6007  
6020959

Assinado de forma  
digital por FABIO DE  
OLIVEIRA  
DALECIO:60076020959  
Dados: 2024.06.28  
09:32:06 -03'00'

**FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO**  
Prefeito de Ubatuba

**ANEXO I**

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2024**

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE

Nº DO CNPJ

Endereço, Cidade e Estado.

Nº do Telefone.

Endereço de e-mail.

1. Apresentamos e submetemos à apreciação nossa proposta de preços, a preços fixos, relativa à execução do objeto do Pregão em epígrafe:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL	MARCA

2. Se vencedora da Licitação, assinará a Ata de Registro de Preços, Contrato ou documento equivalente, na qualidade de representante legal o Senhor (a) (**Nome, CPF, RG, Endereço**).

3. Se vencedora da Licitação, o preposto da empresa para representá-la será o (a) Senhor (a) (**Nome, CPF, RG, Endereço, Telefone, e-mail**).

4. Os pagamentos deverão ser efetuados em conta corrente própria da Licitante, sendo (**Banco, Agência e Conta**).

5. Para fins de comunicação oficial junto ao Município de Ubatuba, informamos o e-mail (**e-mail**), para o qual poderá ser encaminhada qualquer correspondência oficial originada por este município e suas respectivas secretarias, como ordem de compras/serviços, nota de empenho, contratos, atas de registro de preços e termos aditivos para assinatura, documentos produzidos em processos administrativos sancionatórios, entre outros, sendo que nos comprometemos a comunicar o Município de Ubatuba em caso de modificação do e-mail indicado para contato.

6. Declaramos que nossa proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na presente data;

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal

**ANEXO II**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2024**

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TEL:

E-MAIL:

O signatário da presente declara, em nome da empresa supracitada e para todos os fins de direito:

- Que possuímos conhecimento bem como atendemos a todas as exigências relativas à habilitação no presente certame, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- Que inexistem fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a nossa idoneidade nos termos da lei e que não estamos suspensas de licitar e contratar com o Município de Ubatuba, tampouco inidônea em qualquer esfera da Administração Pública;
- Que não mantemos em nosso quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos - Lei nº 10.097/00 e art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- Que não possuímos em nosso quadro societário servidores públicos do Município de Ubatuba ou qualquer pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Prefeito, Vice-Prefeito ou com servidores públicos que desempenhem função na licitação ou atuem na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Aquisição de materiais para pontes, meio fio, boca de lobo, galerias pluviais, calçadas e cemitério, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote	Item	Descrição	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
1	1	Tampa em concreto armado com ferro 5/16 – 0,90x0,90x0,06 cm. Catmat nº 478301	80	UN.	183,3300	14.666,4000
1	2	Tampa em concreto armado com ferro 5/16 – 1,20x0,70x0,06 cm. Catmat nº 312099	120	UN.	205,0000	24.600,0000
1	3	Tubo de concreto com encaixe, ponta e bolsa, sem ferragem, diametro de 40cm, comprimento de 1m. Catmat nº 478060.	200	UN.	85,1000	17.020,0000
1	4	Tubo de concreto com encaixe, ponta e bolsa, sem ferragem, diametro de 60cm, comprimento 1m. Catmat nº 478066.	200	UN.	152,3100	30.462,0000
1	5	Tubo de concreto, com encaixe ponta e bolsa, com armação, diametro de 100 cm, comprimento de 1m. Catmat nº 478068.	200	TB	594,1300	118.826,0000

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 62, de 05 abril de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do (a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**Condições de Entrega**

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 dias, contados da solicitação de compra, de fracionada, conforme necessidade do município.

4.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

4.3. Os bens deverão ser entregues nos endereços descritos na solicitação de compra, dentro do perímetro do município de Ubiratã e no Distrito de Yolanda.

**5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Fiscalização**

5.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, o (a) senhor (a) José Antonio Torres dos Santos e Odilio Camargo Alves, ou pelos respectivos substitutos, o (a) senhor (a) Ailton Niza Camargo Alves e Rozeno Aparecido Silverio.

#### **Fiscalização Técnica**

5.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

5.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

5.7.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

5.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

5.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

#### **Fiscalização Administrativa**

5.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

5.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

#### **Gestor do Contrato**

5.9. O gestor do contrato, o (a) senhor (a) Ronaldo Felipe Maciel e Luiz Antonio Marafon, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

5.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

5.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

5.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

5.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso..

5.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

5.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

6.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

6.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, será efetuada a sua liquidação.

6.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 6.9.1. o prazo de validade;
- 6.9.2. a data da emissão;
- 6.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 6.9.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 6.9.5. o valor a pagar; e
- 6.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

- 6.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 6.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.
- 6.12. A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital e identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 6.13. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 6.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 6.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 6.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.

#### **Prazo de pagamento**

- 6.17. O pagamento será efetuado, contado da finalização da liquidação da despesa, até o décimo dia do mês subsequente, desde que o documento esteja em tempo hábil na Divisão de Tesouraria do Município.
- 6.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do INPC.

#### **Forma de pagamento**

- 6.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 6.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 6.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 6.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

- 7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

#### **Forma de fornecimento**

- 7.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

#### **Exigências de habilitação**

- 7.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

- 7.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

- 7.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 7.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 7.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 7.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 7.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 7.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).
- 7.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).
- 7.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 7.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 7.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 7.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 7.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 7.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 7.20. Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 7.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 7.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



## Qualificação Econômico-Financeira

7.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

## 8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 205.574,40 (Duzentos e cinco mil quinhentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

8.2. **Em caso de licitação para Registro de Preços**, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

8.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

8.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

8.2.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Ubiratã.

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0902	3274	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS		134.057,00
1002	3280	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS		71.517,40

9.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Ubiratã, 24 de junho de 2024.

\_\_\_\_\_  
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E PAVIMENTAÇÃO

\_\_\_\_\_  
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RURAIS

# Estudo Técnico Preliminar 149/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo:

## 2. Descrição da necessidade

Trata-se o presente documento de estudo técnico preliminar para aquisição de materiais de construção e artefatos de cimento, considerando a necessidade de aquisição de materiais para pontes, meio fio, boca de lobo, galerias pluviais, calçadas e cemitério, que precisão de manutenção e construções constantes em suas infraestruturas e a necessidade que deve ter em conservar e manter esses locais, a fim de propiciar ambientes adequados, para atendimento à população, buscando sempre preservar o patrimônio público.

A aquisição de materiais de construção é fundamental para a realização de obras de reparo, reforma e melhorias nos locais.

A necessidade de realizar esta licitação em forma de Registro de Preços é porque não se trata de somente obras previstas e planejadas, mas sim como forma de ficarmos amparados com esse tipo de material, para que, quando houver a necessidade de realizar serviços, já tenhamos o preço registrados, de forma a agilizar o processo de execução dos serviços, com a compra e quantidades fracionadas de cada item. Sendo fator relevante também, que os serviços a utilizar esse tipo de material podem serem oriundos de intempéries climáticas (chuvas, tempestades, erosões, alagamentos, etc.) que venham a danificar as estruturas existentes como calçadas, passeios, vias pavimentadas, galerias pluviais, bueiros e outros de saneamento básico (existente) ou oriundos de acidentes de trânsito (que podem danificar calçadas, meio fios, entre outros.) e também atender a necessidades de novos serviços que utilizam esses materiais.

A utilização das estradas destina-se para o escoamento da produção agrícola, acesso para a população local aos serviços disponíveis na área urbana, de educação, lazer, saúde, venda da produção agrícola, trabalho entre outros. Com o crescimento da participação do agricultor nos programas da avicultura em nosso município, há necessidade de disponibilizarmos melhores condições de tráfego a todos os produtores da área rural. Dessa forma, justifica-se a aquisição de materiais e tubos de concreto para a manutenção de pontes na área rural, colocação de bueiros e contenção da água pluvial.

Já os materiais de construção destinados ao cemitério municipal de Ubiratã e do Distrito de Yolanda, visa a execução de novas galerias, carneiras, tampas para túmulos, calçadas, fechamentos de túmulos e manutenção e conservação em geral dos mesmos.

Este estudo consiste na primeira etapa do planejamento de uma contratação, de modo a assegurar a viabilidade e embasar o termo de referência, conforme previsto na Lei 14.133/2021, art. 6º, inciso XX.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
secretaria de serviços urbanos	Ronaldo felipe Maciel
secretaria de Viação e serviços rurais	Luiz Antonio Marafon

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, não possui natureza continuada. Sendo assim, por meio desse Estudo Técnico Preliminar se pretende

escolher qual a solução que melhor responde às necessidades do município, sob os aspectos legais, técnicos, econômicos e ambientais em relação aos objetos a serem adquiridos. Uma das alternativas para a compra materiais de construção, seria a aquisição do objeto de reposição no momento de realização dos serviços. No entanto, essa forma de compra gera aumento de custos, visto que há grande variação dos preços em determinados períodos do ano a depender da demanda, além de causar demora na solução dos defeitos e reparos, demandaria muito tempo com pesquisa de preços e compra dos materiais.

Quanto aos aspectos ambientais, os materiais especificados nas listas de compras fazem parte de um processo de aquisição de produtos certificados e qualificados com selos de qualidade de acordo com as normas vigentes. Portanto as especificações contemplam além das características da matéria prima usada na confecção dos produtos, critérios para armazenagem e reciclagem. Desta forma a compra dos materiais integra aspectos ambientais e sociais com objetivo de gerar benefícios econômicos, reduzir impactos ao meio ambiente e à saúde humana.

A solução escolhida de Pregão Eletrônico prende-se inicialmente ao fato de se tratar de aquisição de bens comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. A utilização da modalidade pregão, na forma eletrônica, se demonstra técnica e economicamente viável ao município. Além da modalidade Pregão Eletrônico, deve-se realizar a licitação para elaboração de ata de registro de preços.

As empresas interessadas deverão comprovar sua qualificação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e econômica financeira, que serão comprovadas conforme previsto no artigo 62 da Lei 14.133 /2021.

## 5. Levantamento de Mercado

Conforme disposto no artigo 5º, incisos II, III e IV, da Instrução Normativa da Secretaria de Gestão (IN SEGES) nº 65 /2021 e Decreto nº 41 de 09 de março de 2023, que regulamenta sobre a pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, a metodologia adotada no levantamento de preços foi cuidadosamente selecionada para atender às particularidades dos itens em questão.

Adotou-se uma estratégia realizando o levantamento nos portais de contratação disponíveis do governo, a decisão de empregar essa abordagem foi respaldada por encontrar nos portais itens e várias licitações com objeto similares a nossa demanda, demonstrando a viabilidade da contratação em tela, resultando em êxito nas pesquisas realizadas nos portais. Foi também tomado como base de referência os valores dispostos na Tabela SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil. E por fim a realização de orçamento com empresas especializadas no ramo e orçamento pela internet, para calcular o preço final, dando ao item valor praticado em mercado.

## 6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta envolve a aquisição de materiais de construção e artefatos de cimentos, para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Ubitatã, proporcionando condições de realizarmos construções, reparos, manutenções corretivas e preventivas no cemitério municipal, calçadas, meio fio, galerias, pontes, preservando, mantendo o zelo e fazendo bom uso desses locais.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A relação dos itens necessários para contemplar a solução, bem como a estimativa das quantidades a serem contratadas são apresentadas na tabela a seguir:

Descrição	Qtd.	UN
Arame recozido Nº 18	150	KG
Areia lavada média	350	M3
Adesivo Plástico 75gr	20	UN.
Argamassa saco com 20 kg AC 3	50	SC
Aço CA-50, 6,3mm, vergalhão BR 12 metros	150	BR
Barra de Ferro de 12m3/8	300	BR
Barra de Ferro de 12m 1/4	100	BR
Barra de Ferro de 12m 4.2	200	BR
Barra de Ferro 5/16 de 12m	330	BR
Barra de Tubo soldável 1º linha 25mm x 6	80	BR
Bloco de Concreto 14x19x39cm	3.000	UN.
Cimento 50kg	1400	SC
Cal Virgem de 1A, 20kg	750	SC
Caibro de 5x5cm em pinho	1600	M
Chapa de maderite laminado 2,20x1, 10x14mm	100	UN.
Chapa de maderite laminado 2,20x1,10 10mm	30	UN.
Concreto Usinado MPA 25, convencional	64	TON.

Chapéu em concreto armado com ferro 5/16 para boca de lobo com parede interna de proteção de 1,00x0,17X,0,15	50	UN.
Chapéu em concreto armado com ferro 5/16 para boca de lobo com parede interna de proteção de 1,20x0,17X15	50	UN.
Disco diamantado de corte, para cortar asfalto e concreto. Diâmetro externo de 350mm e diâmetro do furo de 25,44mm. Tipo de corte refrigerado. Perfil do corte segmentado.	40	UN.
Grelha de Concreto para boca de lobo com base em concreto armado com ferro 1/4. base 72x52cm e grelha 60cm x 39cm.	50	UN.
Grelha de Concreto para boca de lobo com base em concreto armado com ferro 1/4. base 80/56 grelha 71,5x46	100	UN.
Joelho soldável 25mm 90°	40	UN.
Lona preta 100 micras com 4m de largura	1.000	M
Malha de Ferro 4,2 com espaçamento de 15x15 tamanho 3x2m	200	UN.
Mata junta de 3 metros de pinho	800	UN.
Prancha de Eucalipto 5cm x 30cm x 6m	80	UN.
Pedra britada nº1	250	M3
Pedrisco	100	M3
Prego polido com cabeça 22x48	20	KG
Prego polido com cabeça 25x72	50	KG
Prego polido com cabeça 12x12	20	KG

Prego polido com cabeça 18x30	45	KG
Prego polido com cabeça 17x21	50	KG
Prego polido com cabeça 18x24	50	KG
Ripão de 2,5x5cm com 3m em pinho	400	UN.
Revestimento cerâmico extra classificação "A", com absorção de máxima de Água 10%	50	M2
Silicone incolor 280g	30	UN.
Tábua madeira 2,5x25,0cm (1x9) tipo pinho	150	M
Tábua madeira 2,5x30,0cm (1x12) tipo pinho	1.110	M
Tábua madeira 15x2,5cm em pinho	400	M
tampa de concreto armado com ferro 5/16 0,90x090x0,06cm	80	UN.
Tampa em concreto armado com ferro 5/16 – 1,20x0,70x0,06 cm	120	UN.
Tubo de concreto com encaixe, ponto e bolsa, sem ferragem, diâmetro de 40cm, comprimento de 1m.	200	UN.
Tubo de concreto com encaixe, ponto e bolsa, sem ferragem, diâmetro de 60cm, comprimento de 1m.	200	UN.
Tubo de concreto com encaixe, ponto e bolsa, com armação, diâmetro de 80cm, comprimento de 1m.	100	UN.
Tubo de concreto com encaixe, ponto e bolsa, com armação, diâmetro de 100cm, comprimento de 1m.	200	UN.
Tee soldável de 25mm	40	UN.

Tijolo 6 furos 9x14x19cm	40.000	UN.
Tijolo maciço	5.000	UN.
Treliça leve de 6m	50	UN.
Treliça H 8 pesada com 6m	100	UN.
Torneira plástica para Jardim 3/4	50	UN.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 757.217,87

O valor estimado da licitação é de R\$ 757.217,87 (Setecentos e cinquenta e sete mil duzentos e dezessete reais e oitenta e sete centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do Artigo 40, da Lei n.º 14.133/2021, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

Considerando as especificidades do presente objeto a demanda será parcelada, haja vista, se comprovarem ser técnica e economicamente viável, com vistas a propiciar o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da Competitividade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A aquisição dos materiais está alinhada com o planejamento financeiro desta unidade administrativa, uma vez que a gestão busca garantir condições adequadas para a manutenção desses locais.

No âmbito do Planejamento das Contratações Públicas (PCA), destaca-se que o mesmo está sendo elaborado, visando sua implementação a partir do próximo ano.

Dessa forma, a contratação está alinhada com os objetivos e diretrizes do planejamento institucional, contribuindo para a melhoria da infraestrutura e qualidade dos serviços oferecidos à comunidade, conforme as necessidades identificadas e planejadas pela Administração Municipal.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Esta contratação busca preservar e zelar por diversos locais, mantendo-os funcionando adequadamente, proporcionar melhorias e assim gerar condições para que a Prefeitura cumpra com o seu dever Institucional e possa atender da melhor forma possível o seu público usuário.

Portanto, essa contratação não só trará benefícios diretos para a Administração em termos de economicidade, eficácia e eficiência, mas também terá impactos indiretos positivos no meio ambiente e na qualidade dos serviços que oferecemos à sociedade.

## 13. Providências a serem Adotadas

Algumas das providências a serem tomadas incluem:

1. **Elaboração do Termo de Referência:** Preparar um documento detalhado que descreva as especificações técnicas dos itens a serem adquiridos, quantidades necessárias, prazos de entrega, condições de pagamento, entre outros aspectos relevantes.

1. **Elaboração do edital:** Preparar o documento de licitação contendo todas as condições, critérios e requisitos necessários para a participação dos interessados, bem como os termos e condições contratuais.

1. **Realização do processo licitatório:** Publicar o edital de licitação e conduzir todas as etapas do processo licitatório, incluindo recebimento e análise das propostas, julgamento e adjudicação do objeto.

1. **Formalização do contrato:** Após a escolha do fornecedor vencedor, formalizar o contrato de acordo com as condições estabelecidas no edital e na proposta vencedora.

2. **Acompanhamento da entrega:** Monitorar o cumprimento dos prazos de entrega estabelecidos no contrato e garantir que os itens sejam entregues conforme as especificações técnicas e condições contratadas.

1. **Recebimento e aceitação dos itens pelo Fiscal do Contrato:** Realizar a conferência dos itens entregues e verificar se estão em conformidade com as especificações técnicas e condições contratadas. Caso estejam de acordo, proceder com o aceite formal dos itens.

1. **Pagamento:** Efetuar o pagamento ao fornecedor de acordo com as condições estabelecidas no contrato, após o recebimento e aceitação dos itens.

Essas providências garantirão uma execução contratual exitosa e a entrega dos itens dentro dos prazos e condições estabelecidos, atendendo assim às necessidades da Administração Pública.



## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Não se fez observar a existência de possíveis impactos ambientais, razão pela qual este item não será considerado no planejamento

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares evidenciam que a contratação da solução ora descrita, ou seja, de aquisição eventual e futura, através de sistema de registro de preços, de aquisição materiais de construção e artefatos de cimento, para atender às necessidades da Prefeitura de Ubiratã, mostra-se tecnicamente possível e fundamentadamente necessária.

Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ADRIANA CANDIDA SLUZOVSKI**

administrativo



Assinou eletronicamente em 16/05/2024 às 15:50:28.

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2024**

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, com sede no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Município de Ubatuba, Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.950.096/0001-10, neste ato representado pelo prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços nº 51/2024, Processo Administrativo nº 6511/2024, RESOLVE registrar os preços da (s) empresa (s) indicada (s) e qualificada (s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela (s) alcançada (s) e na (s) quantidade (s) cotada (s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 32, de 1º de março de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE TAMPAS E TUBOS EM CONCRETO**, especificados no Termo de Referência, anexo do Edital de Pregão Eletrônico nº 51/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
Item	Especificação	Unidade	Quantidade Máxima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

**3. ÓRGÃO GERENCIADOR**

3.1. O órgão gerenciador será o Município de Ubatuba, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

**4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

**Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

**5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão gerenciador por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.8.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital.

5.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.6, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.11. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2 aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.11.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.11.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.12. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

## **8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 22, § 2º, do Decreto Municipal nº 32, de 1º de março de 2024; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 8.4.1. Por razão de interesse público;
- 8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

## **9. DAS PENALIDADES**

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o fornecedor que:

- A. der causa à inexecução parcial do contrato;
- B. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- C. der causa à inexecução total do contrato;
- D. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- E. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- F. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- G. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- H. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao fornecedor que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- A. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- B. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- C. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- D. Multa:
  - 1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
  - 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 9.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
  - 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 9.1, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
  - 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 9.1, a multa será de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.
  - 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 9.1, a multa será de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
  - 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 9.1, a multa será de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

- 9.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 9.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 9.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- A. a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - B. as peculiaridades do caso concreto;
  - C. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - D. os danos que dela provierem para o Contratante;
  - E. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 9.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 9.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 9.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9.15. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.16. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

#### **10. CONDIÇÕES GERAIS**

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

**Proc. Administrativo 10- 6.192/2024**

**De:** Thaila O. - SEMAD-LICIT

**Para:** SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

**Data:** 01/07/2024 às 09:28:19

Segue publicações.

—

**Thaila Rodrigues Oliveira**  
*Agente de Contratação*

**Anexos:**

001.pdf

2024.pdf

Portal\_Nacional\_de\_Contratacoes\_Publicas.pdf

PREFEITURA\_MUNICIPAL\_DE\_UBIRATA\_Portal\_da\_Transparencia.pdf







# JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

## MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

SEXTA-FEIRA, 28 DE JUNHO DE 2024

EDIÇÃO SEMANAL 2.024- ANO: XIX

Página 1 de 7

[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)

### SUMÁRIO

ATOS DO PODER EXECUTIVO.....	1
EXTRATO DE RESCISÃO.....	1
PORTARIAS.....	1
PROCESSOS LICITATÓRIOS.....	1
ATOS DO PODER LEGISLATIVO.....	7

### ATOS DO PODER EXECUTIVO

#### EXTRATO DE RESCISÃO

**EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 01/2023 FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE UBIRATÃ E SR(A) JOAQUIM PEREIRA FAGUNDES.**  
PARTÍCIPES: Município de Ubatuba – CNPJ nº 76.950.096/0001-10 e JOAQUIM PEREIRA FAGUNDES, sob a matrícula 4248-0.  
OBJETO: rescisão de contrato de prestação de serviços de MOTORISTA, em 21/06/2024, nos termos da C.L.T.

#### PORTARIAS

##### PORTARIA Nº 457, DE 28 DE JUNHO DE 2024

Nomeia servidora para cargo em comissão.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 61 da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º Nomear Cassiana Conitioni para o cargo de Assistente Técnico IV, lotada na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Pavimentação, a partir de 01/07/2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

##### PORTARIA Nº 458, DE 28 DE JUNHO DE 2024

Concede diárias.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial as contidas na Lei nº 2826, de 4 de julho de 2023, RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Altair da Silva Pereira, ocupante do cargo de Chefe de Setor de Contratos, FG-04, lotado na Secretaria da Administração, 3 (três) diárias integrais com pernoite, perfazendo o valor total de R\$ 1.114,65 (um mil cento e quatorze reais e sessenta e cinco centavos), para custear despesa de viagem a Curitiba/PR, do dia 30/06/2024 a 03/07/2024, para participar do treinamento presencial “Elaboração e análise de planilhas de custos e formação de preços – de acordo com a IN nº 05/17 – SEGES/MPDG e suas alterações”, conforme requerimento de diária.

Art. 2º Conceder ao servidor Renan Felipe da Silva Lima, ocupante do cargo de Chefe de Setor de Pregão, FG-05, lotado na Secretaria da Administração, 3 (três) diárias integrais com pernoite, perfazendo o valor total de R\$ 1.114,65 (um mil cento e quatorze reais e sessenta e cinco centavos), para custear despesa de viagem a Curitiba/PR, do dia 30/06/2024 a 03/07/2024, para participar do treinamento presencial “Elaboração e análise de planilhas de custos e formação de preços – de acordo com a IN nº 05/17 – SEGES/MPDG e suas alterações”, conforme requerimento de diária.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

#### PROCESSOS LICITATÓRIOS

##### AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 50/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6511/2024

CONTRATANTE (UASG) (987933)

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TINTAS DESTINADAS A SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 483.876,50 (Quatrocentos e oitenta e três mil oitocentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos),

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 12/07/2024 às 08h15min (horário de Brasília)

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: [HTTPS://WWW.GOV.BR/COMPRAS/PT-BR/](https://www.gov.br/compras/pt-br/)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item

MODO DE DISPUTA: Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

AMPLA CONCORRÊNCIA PARA OS ITENS 02, 03, E 05.

EXCLUSIVA ME/EPP PARA OS ITENS 01 E 04.



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Município de Ubatuba. A Prefeitura Municipal Ubatuba - PR concede garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de [www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br), no link Jornal Oficial Online. Proc. Administrativo 6.192/2024 | Anexo: 2024.pdf (1/2)





# JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

## MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

SEXTA-FEIRA, 28 DE JUNHO DE 2024

EDIÇÃO SEMANAL 2.024- ANO: XIX

Página 2 de 7

[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)ESCLARECIMENTOS/IMPUGNAÇÕES: [duvidaslicitacao@ubirata.pr.gov.br](mailto:duvidaslicitacao@ubirata.pr.gov.br)Obtenção de edital e seus anexos, <https://www.gov.br/compras/pt-br>, <https://www.ubirata.pr.gov.br> e portal nacional de contratações públicas. Ubiratã, Paraná, 28 de junho de 2024.**AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6512/2024

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ UASG 987933

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE TAMPAS E TUBOS EM CONCRETO.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 205.574,40 (DUZENTOS E CINCO MIL QUINHENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E QUARENTA CENTAVOS).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 12/07/2024 ÀS 08H15MIN (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF)

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: [HTTPS://WWW.GOV.BR/COMPRAS/PT-BR/](https://www.gov.br/compras/pt-br/)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA PARA O ITEM 05 E EXCLUSIVA PARA ME/EPP PARA OS DEMAIS ITENS

CONTATO

ESCLARECIMENTOS/IMPUGNAÇÕES: [duvidaslicitacao@ubirata.pr.gov.br](mailto:duvidaslicitacao@ubirata.pr.gov.br)Obtenção de edital e seus anexos, <https://www.gov.br/compras/pt-br>, <https://www.ubirata.pr.gov.br> e portal nacional de contratações públicas.

Ubiratã, Paraná, 28 de junho de 2024.

**AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 37/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6515/2024.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADOS AS ESCOLAS E CMEIS.

VALOR: R\$ 300.138,90 (Trezentos mil cento e trinta e oito reais e noventa centavos).

DATA LIMITE PARA RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS: Dia 30/07/2024 às 08h30min (horário de Brasília/DF).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DOS DOCUMENTOS: Dia 30/07/2024 às 08h30min (horário de Brasília/DF).

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DOS DOCUMENTOS: Paço municipal prefeito Alberoni Bittencourt, na avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, Ubiratã-PR.

OBTENÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: [www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br) e <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

Ubiratã, Paraná, 28 de JUNHO de 2024.

**AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6516/2024

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ: UASG 987933

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, QUE IRÃO COMPOR OS ITENS DA MERENDA ESCOLAR DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO MUNICIPAIS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 144.109,22 (cento e quarenta e quatro mil cento e nove reais e vinte e dois centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 15/07/2024 às 08h15min (horário de Brasília/DF)

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item

MODO DE DISPUTA: Aberto

PREFERÊNCIA MEI/ME/EPP: Exclusiva para MEI/ME/EPP, com prioridade para empresas locais.

CONTATO: [duvidaslicitacao@ubirata.pr.gov.br](mailto:duvidaslicitacao@ubirata.pr.gov.br)

Ubiratã, Paraná 28 de junho de 2024

**EXTRATO DO 11º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 221/2024**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, pessoa jurídica inscrita no CNPJ 76.950.096/0001-10.

CONTRATADO: M R LINK INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.587.016/0001-91.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 4887/2020.

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada para implantação e prestação de serviços de monitoramento de alarme nos prédios públicos desta municipalidade, incluindo assistência técnica, monitoramento remoto 24 horas, instalação de centrais de alarme, sensores e demais equipamentos com instalações necessárias nas condições detalhadas no termo de referência do edital.

FINALIDADE DO ADITIVO: Prorrogar a vigência contratual pelo período de 12 meses, passando o término do contrato para 30 de junho de 2025, reajustando o valor unitário do item contratado em 3,335650%, conforme variação do INPC, estabelecendo-se o valor de R\$ 106.647,84 para consumo no período.

DATA DA ASSINATURA: 28/06/2024.

**APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 7/2023**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5933/2023

INEXIGIBILIDADE Nº 01/2023

3º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 7/2023 PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

1. OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresas para realização de consultas e plantões médicos.

2. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ 76.950.096/0001-10, com sede administrativa na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, na cidade de Ubiratã - Paraná, CEP 85.440-000, representada pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, residente e domiciliado nesta Cidade.

3. CONTRATADA: FRANZIN SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.081.601/0001-18, situada na Avenida Rio Branco, nº 624, sala 01, zona 05, na cidade de Maringá, Estado do Paraná.



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Município de Ubiratã. A Prefeitura Municipal Ubiratã - PR concede garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de [www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br), no link Jornal Oficial Online. Proc. Administrativo 6.192/2024 | Anexo: 2024.pdf (2/2)

[Home](#) > [Editais](#)

Edital nº 90051/2024

Acessar Contratação

Última atualização 01/07/2024

**Local:** Ubiratã/PR    **Órgão:** MUNICIPIO DE UBIRATA    **Unidade compradora:** 987933 - PREF.MUN.DE UBIRATA - PR

**Modalidade da contratação:** Pregão - Eletrônico    **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I    **Tipo:** Edital    **Modo de Disputa:** Aberto

**Registro de preço:** Sim

**Data de divulgação no PNCP:** 01/07/2024    **Situação:** Divulgada no PNCP

**Data de início de recebimento de propostas:** 01/07/2024 08:00 (horário de Brasília)

**Data fim de recebimento de propostas:** 12/07/2024 08:15 (horário de Brasília)

**Id contratação PNCP:** 76950096000110-1-000130/2024    **Fonte:** Compras.gov.br

**Objeto:**

Registro de preços visando a aquisição de tampas e tubos em concreto.

**Informação complementar:**

Para as respostas de esclarecimentos e impugnações deste edital acesse o link: <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/landing?destino=quadro-informativo&compra=98793305900512024>

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 205.574,40

ItensArquivosHistórico

Número ↕	Descrição ↕	Quantidade ↕	Valor unitário estimado ↕	Valor total estimado ↕	Detalhar
1	Tampa Bueiro	80	R\$ 183,33	R\$ 14.666,40	<a href="#">🔍</a>
2	Tampa bueiro	120	R\$ 205,00	R\$ 24.600,00	<a href="#">🔍</a>
3	Tubo concreto	200	R\$ 85,10	R\$ 17.020,00	<a href="#">🔍</a>
4	Tubo concreto	200	R\$ 152,31	R\$ 30.462,00	<a href="#">🔍</a>
5	Tubo concreto	200	R\$ 594,13	R\$ 118.826,00	<a href="#">🔍</a>

Exibir:

1-5 de 5 itens

Página

[<](#)[>](#)

[← Voltar](#)



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correitude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.economia.gov.br>

☎ [0800 978 9001](tel:08009789001)

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

6512

# BUSCA AVANÇADA

Início (<https://www.ingadigital.com.br/transparencia>) / Busca Avançada

 Ícones Encontrados

 Artigos Encontrados

## Processos Licitatórios ([https://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?id\\_cliente=46&sessao=da975916773mda](https://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?id_cliente=46&sessao=da975916773mda)) ¹

### PROCESSO LICITATÓRIO 6512/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO 51/2024

**Publicação:** 28/06/2024

**Abertura:** 12/07/2024 às 08:15

**Modalidade:** Pregão Eletrônico

**Valor Máximo:** R\$ 205.574,40 (DUZENTOS E CINCO MIL QUINHENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E QUARENTA CENTAVOS).

**Objeto:**

REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE TAMPAS E TUBOS EM CONCRETO

Anexos

**EDITAL**

 Fale Conosco

**Av. Nilza de Oliveira Pipino, 1852** - Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt

CEP: 85440-000 - Ubirata - Paraná

**(44) 3543-8000**

 **ubirata@ubirata.pr.gov.br**

**Voltar ao Site (<http://ubirata.pr.gov.br>)**

### **HORÁRIO DE ATENDIMENTO**

**Segunda à Sexta-feira: das 8h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h30min**



**Última Atualização: 01/07/2024 08:30:19**

**Proc. Administrativo 11- 6.192/2024**

**De:** Thaila O. - SEMAD-LICIT

**Para:** SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

**Data:** 01/07/2024 às 09:29:24

**Setores (CC):**

SEMAD-LICIT, SEMAD-LICIT-SP

Segue para julgamento.

—

**Thaila Rodrigues Oliveira**

*Agente de Contratação*

**Anexos:**

Portaria\_249\_PREGOEIROS\_2\_.pdf

Portaria\_69\_GESTORES\_2\_.pdf



**PORTARIA Nº 249, DE 3 DE ABRIL DE 2024**

Designa servidores para atuarem como Pregoeiros do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar os servidores **Renan Felipe da Silva Lima**, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Pregão, e **Thaila Rodrigues Oliveira**, ocupante do cargo Chefe Adjunta do Setor de Pregão, lotados na Secretaria da Administração, para atuarem como Pregoeiros nas licitações a serem promovidas pelo Poder Executivo do Município de Ubiratã, no período de 01/04/2024 a 31/03/2025.

**Art. 2º** Designar para integrarem equipe de apoio os servidores **Altair da Silva Pereira**, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Licitação, e **Thiago Dadalto Gimenez**, ocupante do cargo de Assistente de Administração, lotados na Secretaria da Administração.

**Art. 3º** Os trabalhos dos servidores designados serão executados conforme as disposições constantes no Decreto Municipal nº 40, de 9 de março de 2023.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/04/2024.

**FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO**



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: AE88-E65E-873A-6848

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO (CPF 600.XXX.XXX-59) em 03/04/2024 12:11:40 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/AE88-E65E-873A-6848>

**PORTARIA Nº 69, DE 25 DE JANEIRO DE 2024**

Designa gestores dos contratos administrativos firmados pelo Município de Ubiratã, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, e dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, e

**CONSIDERANDO** o disposto nos arts. 104, 117 e 140 da Lei nº 14.133/2021, que impõem à administração o dever de fiscalização e recebimento formal e adequado dos objetos contratuais;

**CONSIDERANDO** o disposto no Decreto nº 40, de 09 de março de 2023, que dispõe sobre as regras para atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito do Poder Executivo do Município de Ubiratã;

**CONSIDERANDO** a necessidade do acompanhamento da qualidade, economia e minimização de riscos na execução contratual;

**CONSIDERANDO** a necessidade de a administração pública adotar as cautelas necessárias para evitar o recebimento de bens, produtos e serviços que não atendam às necessidades do município ou estejam em desacordo com o licitado; e

**CONSIDERANDO** que o município deve acompanhar a efetivação dos serviços contratados assim como o recebimento dos bens e produtos adquiridos para garantir a adequação às exigências legais, contratuais e técnicas dentro de um determinado setor,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar os servidores abaixo relacionados, para, no uso de suas atribuições, atuarem em seu respectivo órgão como gestores dos contratos administrativos firmados pelo Município de Ubiratã, pelo período de 23/01/2024 a 30/12/2024:

Gabinete do Prefeito  
**Geraldo José dos Santos**

Secretaria da Coordenação Geral do Governo  
**Maria Inês Bento**

Secretaria da Administração  
**Claudinei Edson Dalla Corte**

Secretaria de Serviços Urbanos e Pavimentação  
**Ronaldo Felipe Maciel**

Secretaria da Assistência Social  
**Claudineia de Souza Lazaretti**

Secretaria do Desenvolvimento Econômico  
**Neusa Aparecida de Angeli Dalvi**

Secretaria das Finanças e Planejamento  
**Sergio Ricardo Sequeira**

Secretaria de Viação e Serviços Rurais  
**Luiz Antônio Marafon**

Secretaria da Saúde  
**Lilian Welz Trindade**

Secretaria da Educação e Cultura  
**Elcia Godinho de Moraes da Silva**

Secretaria de Obras  
**Guilherme Santa Rosa**

Secretaria de Esportes e Lazer  
**Rafael de Mello Bartz**

Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
**Thiago Munhoz D'alécio**

**Parágrafo único.** As atribuições do Gestor de Contrato são aquelas estabelecidas no art. 20 do Decreto nº 40, de 09 de março de 2023.

**Art. 2º** A substituição de algum membro se dará mediante desligamento do serviço público, justificativa plausível ou inexecução de suas atribuições.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO**



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0310-0829-077E-00F5

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO (CPF 600.XXX.XXX-59) em 25/01/2024 12:33:54 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/0310-0829-077E-00F5>

**De:** Renan L. - SEMAD-LICIT-SP

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 12/07/2024 às 11:22:31

Proposta e habilitação MG PASTRO, itens 01, 02 e 05.

Atenciosamente,

Renan Felipe

Agente de Contratação.

**Anexos:**

A\_PROPOSTA.pdf

B\_HABILITACAO.pdf

M G LOPES PASTRO  
CNPJ: 35.568.345/0001-20  
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 90833404-33

ANEXO I

PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2024

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE: M G LOPES PASTRO  
Nº DO CNPJ: 35.568.345/0001-20  
Endereço: Avenida João Medeiros, 1181, Centro, CEP 85.440-000, Ubiratã - Paraná.  
Nº do Telefone: (44) 3543-1636  
Endereço de e-mail: mlopespastro@gmail.com

1. Apresentamos e submetemos à apreciação nossa proposta de preços, a preços fixos, relativa à execução do objeto do Pregão epígrafe:

Lote	Item	Descrição	Qtd	Un	Marca/ Fabricante	Modelo/ Versão	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	1	Tampa em concreto armado com ferro 5/16 – 0,90x0,90x0,06 cm. Catmat nº 478301	80	UN	ART LAJES	TAMPA EM CONCRETO	154,90	12.392,00
1	2	Tampa em concreto armado com ferro 5/16 – 1,20x0,70x0,06 cm. Catmat nº 312099	120	UN	ART LAJES	TAMPA BUEIRO	173,90	20.868,00
1	5	Tubo de concreto, com encaixe ponta e bolsa, com armação, diametro de 100 cm, comprimento de 1m. Catmat nº 478068.	200	TB	ART LAJES	TUBO 1MT	359,90	71.980,00

1.1 O valor global para a execução do objeto acima é de R\$ 105.240,00 (cento e cinco mil e duzentos e quarenta reais);

1.2 O prazo de validade da proposta será de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação;

2. Se vencedora da Licitação, assinará a Ata de Registro de Preços, Contrato ou documento equivalente, na qualidade de representante legal a Senhora Maria Gabriela Lopes Pastro, inscrita

Avenida João Medeiros, 1181, Centro, CEP 85.440-000  
Ubiratã - Paraná.  
Telefone: (44) 3543 - 1636  
E-mail: [mlopespastro@gmail.com](mailto:mlopespastro@gmail.com)

**M G LOPES PASTRO**  
**CNPJ: 35.568.345/0001-20**  
**INSCRIÇÃO ESTADUAL: 90833404-33**

no CPF sob nº 077.669.449-95, portadora da Carteira de Identidade nº 13.018.743-9 SESP-PR, residente e domiciliada à Rua das Araucárias, 75, Condomínio Paineiras, CEP 85.440-000, na cidade de Ubatã, Estado do Paraná;

3. Se vencedora da Licitação, o preposto da empresa para representá-la será a Senhora Maria Gabriela Lopes Pastro, inscrita no CPF sob nº 077.669.449-95, portadora da Carteira de Identidade nº 13.018.743-9 SESP-PR, residente e domiciliada à Rua das Araucárias, 75, Condomínio Paineiras, CEP 85.440-000, na cidade de Ubatã, Estado do Paraná. Telefone nº (44) 3543-1636, e-mail: [mlopespastro@gmail.com](mailto:mlopespastro@gmail.com).

4. Os pagamentos deverão ser efetuados em conta corrente própria da Licitante, sendo Banco Sicoob, Agência 4340, Conta Corrente nº 158787-0.

5. Para fins de comunicação oficial junto ao Município de Ubatã, informamos o e-mail [mlopespastro@gmail.com](mailto:mlopespastro@gmail.com), para o qual poderá ser encaminhada qualquer correspondência oficial originada por este município e suas respectivas secretarias, como ordem de compras/serviços, nota de empenho, contratos, atas de registro de preços e termos aditivos para assinatura, documentos produzidos em processos administrativos sancionatórios, entre outros, sendo que nos comprometemos a comunicar o Município de Ubatã em caso de modificação do e-mail indicado para contato;

6. Declaramos que nossa proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na presente data.

M G LOPES  
PASTRO:3556  
8345000120

Assinado de forma digital  
por M G LOPES  
PASTRO:35568345000120  
Dados: 2024.07.12  
09:43:46 -03'00'

Ubatã-PR, 12 de julho de 2024.

---

**MARIA GABRIELA LOPES PASTRO**  
**CPF: 077.669.449-95**  
**RG: 13.018.743-9 SESP-PR**

**Avenida João Medeiros, 1181, Centro, CEP 85.440-000**  
**Ubatã - Paraná.**  
**Telefone: (44) 3543 - 1636**  
**E-mail: [mlopespastro@gmail.com](mailto:mlopespastro@gmail.com)**





## TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

### Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

**Consulta realizada em:** 12/07/2024 09:53:44

#### Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **M G LOPES PASTRO**  
CNPJ: **35.568.345/0001-20**

#### Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**  
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**  
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



## Consulta de Impedidos de Licitar

CNPJ: 35568345000120

NENHUM ITEM ENCONTRADO!



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**  
**CERTIDÃO NEGATIVA**  
**DE**  
**LICITANTES INIDÔNEOS**

Nome completo: **M G LOPES PASTRO**

CPF/CNPJ: **35.568.345/0001-20**

**O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).**

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 09:54:16 do dia 12/07/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio  
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: 1U8Z120724095416

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**  
**CERTIDÃO NEGATIVA**  
**DE**  
**LICITANTES INIDÔNEOS**

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **MARIA GABRIELA LOPES PASTRO**

CPF/CNPJ: **077.669.449-95**

**O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).**

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 09:54:42 do dia 12/07/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio  
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: NEVA120724095442

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 35.568.345/0001-20 DUNS®: 925735182  
Razão Social: M G LOPES PASTRO  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 18/02/2025  
Natureza Jurídica: EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)  
MEI: Não  
Porte da Empresa: Micro Empresa

#### Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta  
Impedimento de Licitar: Nada Consta  
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta  
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

#### Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

##### I - Credenciamento

##### II - Habilitação Jurídica

##### III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	16/12/2024	Automática
FGTS	Validade:	26/07/2024	Automática
Trabalhista ( <a href="http://www.tst.jus.br/certidao">http://www.tst.jus.br/certidao</a> )	Validade:	05/01/2025	Automática

##### IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	04/10/2024
Receita Municipal	Validade:	07/08/2024

##### V - Qualificação Técnica

##### VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2025



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Relatório de Credenciamento

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 35.568.345/0001-20 DUNS®: 925735182  
Razão Social: M G LOPES PASTRO  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 18/02/2025

#### Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

#### Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: Micro Empresa  
Natureza Jurídica: EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL) MEI: Não  
Capital Social: R\$ 60.000,00 Data de Abertura da Empresa: 20/11/2019  
CNAE Primário: 2330-3/02 - FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NA CONSTRUÇÃO  
CNAE Secundário 1: 2512-8/00 - FABRICAÇÃO DE ESQUADRIAS DE METAL  
CNAE Secundário 2: 2542-0/00 - FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE SERRALHERIA, EXCETO  
CNAE Secundário 3: 4743-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE VIDROS  
CNAE Secundário 4: 4744-0/99 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

#### Dados para Contato

CEP: 85.440-000  
Endereço: AVENIDA JOAO MEDEIROS, 1181 - CENTRO  
Município / UF: Ubitatã / Paraná  
Telefone: (44) 35431636  
E-mail: Mlopespastro@gmail.com

#### Dados do Responsável Legal

CPF: 077.669.449-95  
Nome: MARIA GABRIELA LOPES PASTRO

#### Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF: 077.669.449-95  
Nome: MARIA GABRIELA LOPES PASTRO  
E-mail: Mlopespastro@gmail.com

# Relatório de Credenciamento

## Linhas Fornecimento

### Materiais

5620 - VIDROS, TELHAS, TIJOLOS E BLOCOS PARA CONSTRUÇÃO
5630 - TUBOS E CONDUTOS, NÃO METÁLICOS, PARA CONSTRUÇÃO
5670 - COMPONENTES PRÉ-FABRICADOS PARA CONSTRUÇÃO
5680 - MATERIAIS DIVERSOS PARA CONSTRUÇÃO

# INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL M G LOPES PASTRO

Folha: 1 de 2

**MARIA GABRIELA LOPES PASTRO**, brasileira, maior e capaz, solteira, estudante, natural de Cascavel - PR, nascida em 24/04/1998, inscrita no CPF sob nº 077.669.449-95, portadora da carteira de identidade RG nº 13.018.743-9/SESP-PR, e CNH/DETRAN/PR nº 07360441224, emitida em 30/10/2019, residente e domiciliada na Rua das Araucárias, 75, Condomínio Paineiras, na cidade de Ubatã – PR, CEP: 85.440-000.

Resolve constituir-se como Empresário Individual, mediante as seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira - DO NOME EMPRESARIAL:** O Empresário Individual adotará como nome empresarial a seguinte denominação **M G LOPES PASTRO**.

**Cláusula Segunda - DO CAPITAL:** O capital é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), dividido em 60.000 (sessenta mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas, neste ato, em moeda corrente do País.

**Cláusula Terceira - DA SEDE:** O Empresário Individual terá sua sede no seguinte endereço: **Avenida João Medeiros, 1181, Centro, na cidade de Ubatã – PR, CEP: 85.440-000.**

**Cláusula Quarta - DO OBJETO:** O Empresário Individual terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas:

- 1) **Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção. (2330-3/02)**
- 2) **Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias. (2542-0/00)**
- 3) **Comércio varejista de vidros. (4743-1/00)**
- 4) **Comércio varejista de materiais de construção. (4744-0/99)**
- 5) **Fabricação de esquadrias de metal. (2512-8/00)**

**Cláusula Quinta - DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO:** O empresário declara, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária e não possuir outro registro como Empresário Individual no País.

**Cláusula Sexta - DAS FILIAIS:** Poderá abrir ou fechar filial, ou qualquer dependência, mediante alteração deste ato constitutivo, na forma da lei, devidamente assinado pelo Empresário Individual.



## INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL M G LOPES PASTRO

Folha: 2 de 2

**Cláusula Sétima - DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO:** A empresa iniciará suas atividades no ato do registro deste e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

**Cláusula Oitava - DO ENQUADRAMENTO:** O empresário declara que:

- a) A atividade se enquadra na situação de microempresa;
- b) O valor da receita bruta anual, no presente exercício, não excederá o limite fixado no inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006, observado o disposto no § 2º do mesmo artigo;
- c) Não se enquadra em quaisquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mesma Lei.

**Cláusula Nona - DO FORO:** Fica eleito o foro de Ubatã - PR para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste Instrumento de Inscrição.

E, por estar assim constituído, assino o presente instrumento.

Ubatã – PR, 18 de Novembro de 2019.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital

Secretaria de Governo Digital

Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa M G LOPES PASTRO consta assinado digitalmente por:

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF/CNPJ	Nome
07766944995	MARIA GABRIELA LOPES PASTRO



CERTIFICO O REGISTRO EM 20/11/2019 16:05 SOB N° 41108726383.  
PROTOCOLO: 197152635 DE 20/11/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11905346983. NIRE: 41108726383.  
M G LOPES PASTRO

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 20/11/2019  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 35.568.345/0001-20 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 20/11/2019</div>	
<div>NOME EMPRESARIAL M G LOPES PASTRO</div>			
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****</div>	<div>PORTE ME</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 23.30-3-02 - Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 25.12-8-00 - Fabricação de esquadrias de metal 25.42-0-00 - Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias 47.43-1-00 - Comércio varejista de vidros 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)</div>			
<div>LOGRADOURO AV JOAO MEDEIROS</div>	<div>NÚMERO 1181</div>	<div>COMPLEMENTO *****</div>	
<div>CEP 85.440-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CENTRO</div>	<div>MUNICÍPIO UBIRATA</div>	<div>UF PR</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO</div>	<div>TELEFONE (44) 3543-1636</div>		
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>			
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 20/11/2019</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>			
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 08/07/2024 às 13:35:52 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Relatório Nível III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

#### Dados do Fornecedor

CNPJ:	35.568.345/0001-20	DUNS®:	925735182
Razão Social:	M G LOPES PASTRO		
Nome Fantasia:			
Situação do Fornecedor:	Credenciado	Data de Vencimento do Cadastro:	18/02/2025

#### Dados do Nível

Situação do Nível:	Cadastrado
--------------------	------------

#### Comprovante de Regularidade da Receita Federal e PGFN

Tipo de Comprovante:	Certidão	Data de Validade:	16/12/2024
Código de Controle:	E2BEF3E47D268232		

#### Comprovante de Regularidade do FGTS

Tipo de Comprovante:	Certidão	Data de Validade:	26/07/2024
Código de Controle:	2024062720585415762807		

#### Comprovante de Regularidade do TST

Tipo de Comprovante:	Certidão	Data de Validade:	05/01/2025
Código de Controle:	478128562024		



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Relatório Nível IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 35.568.345/0001-20 DUNS®: 925735182  
Razão Social: M G LOPES PASTRO  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: Credenciado

#### Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

#### Inscrição Estadual e Municipal

Inscrição Estadual: 9083340433  
Inscrição Municipal: 94930

#### Comprovante de Regularidade Estadual/Distrital

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 04/10/2024  
Código de Controle: 033730262-79

#### Comprovante de Regularidade Municipal

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 07/08/2024  
Código de Controle: 4633/2024



Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
90833404-33	35.568.345/0001-20	11/2019

Empresa / Estabelecimento	
Nome Empresarial	M G LOPES PASTRO
Título do Estabelecimento	
Endereço do Estabelecimento	AV JOAO MEDEIROS, 1181 - CENTRO - CEP 85440-000 FONE: (44) 3543-1636
Município de Instalação	UBIRATA - PR, DESDE 11/2019 ( Estabelecimento Matriz )

Qualificação	
Situação Atual	ATIVO - SIMPLES NACIONAL / SIMPLES NACIONAL - DIA 03 DO MES+2, DESDE 06/2021
Natureza Jurídica	213-5 - EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)
Atividade Econômica Principal do Estabelecimento	2330-3/02 - FABRICACAO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NA CONSTRUCAO
	2512-8/00 - FABRICACAO DE ESQUADRIAS DE METAL
	2542-0/00 - FABRICACAO DE ARTIGOS DE SERRALHERIA, EXCETO ESQUADRIAS
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento	4743-1/00 - COMERCIO VAREJISTA DE VIDROS
	4744-0/99 - COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL

Quadro Societário			
Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	077.669.449-95	MARIA GABRIELA LOPES PASTRO	EMPRESÁRIO

Este CICAD tem validade até 08/08/2024.

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet [www.fazenda.pr.gov.br](http://www.fazenda.pr.gov.br)



Estado do Paraná  
Secretaria de Estado da Fazenda  
Receita Estadual do Paraná

**CAD/ICMS Nº 90833404-33**

Emitido Eletronicamente via Internet  
**09/07/2024 16:04:43**

Dados transmitidos de forma segura  
Tecnologia CELEPAR



ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBIRATÃ  
SECRETARIA DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO  
Divisão de Cadastro e Tributação 16732  
CADASTRO N°. : 94930

ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

A Prefeitura Municipal de Ubiratã, por força da Lei Municipal nº 950/95, 1269/02, concede o presente ALVARÁ DE LICENÇA, LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO, de acordo com o despacho exarado na declaração para fins de inscrições nos cadastros de:

NOME/RAZÃO SOCIAL

M G LOPES PASTRO

ENDEREÇO

AV JOÃO MEDEIROS  
CENTRO

1181

ATIVIDADE

FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO  
NA CONSTRUÇÃO

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

CNPJ/CPF: 35.568.345/0001-20

INSCRIÇÃO ESTADUAL N°.:

UBIRATÃ/PR, 18/06/2024

Data de Validade deste Alvará:

31/01/2025

SECRETARIA DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO

Sérgio Ricardo Sequelra  
Secretário de Finanças e Planejamento



\* FIXAR EM LOCAL VISÍVEL



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
Secretaria do Ofício Distribuidor e Anexos de UBIRATÃ

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO – FINS GERAIS – CÍVEIS – FALÊNCIA – NEGATIVA

Certifico que revendo os livros, sistemas e arquivos de distribuição CÍVEIS, especificamente: FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL desta Secretaria, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

M G LOPES PASTRO  
CNPJ: 35.568.345/0001-20  
Local da Sede: Ubitatã - PR

Informações complementares

Ofício Único do Distribuidor desta Comarca de Ubitatã-PR  
Custas: R\$-42,95

Orientações:

Esta certidão NÃO APONTA ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome pesquisado figura como Autor(a). São apontados os feitos em tramitação cadastrados no Sistema Informatizado referente à comarca de UBIRATÃ. Não existe qualquer conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais.

Considera-se NEGATIVA a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do art. 8º, §2º da Resolução CNJ 121/2010.

A presente certidão menciona somente o registro de distribuição, para dados complementares do procedimento, deve-se dirigir até a Secretaria para onde foi distribuído e solicitar uma CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ.

A Busca de MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL e EMPRESÁRIO INDIVIDUAL abrange também a pessoa física.

UBIRATÃ, 14 de junho de 2024



Crislainy Marcelo  
Auxiliar Juramentada - Portaria 20/2022





**M G LOPES PASTRO**  
**CNPJ: 35.568.345/0001-20**  
**INSCRIÇÃO ESTADUAL: 90833404-33**

**ANEXO II**

**DECLARAÇÃO UNIFICADA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2024**

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE: M G LOPES PASTRO

CNPJ: 35.568.345/0001-20

Endereço: Avenida João Medeiros, 1181, Centro, CEP 85.440-000, Ubatã - Paraná.

Telefone: (44) 3543-1636

E-mail: mlopespastro@gmail.com

O signatário da presente declara, em nome da empresa supracitada e para todos os fins de direito:

- Que possuímos conhecimento bem como atendemos a todas as exigências relativas à habilitação no presente certame, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- Que inexistem fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a nossa idoneidade nos termos da lei e que não estamos suspensas de licitar e contratar com o Município de Ubatã, tampouco inidônea em qualquer esfera da Administração Pública;
- Que não mantemos em nosso quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos - Lei nº 10.097/00 e art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;

**Avenida João Medeiros, 1181, Centro, CEP 85.440-000**  
**Ubatã - Paraná.**  
**Telefone: (44) 3543 - 1636**  
**E-mail: Mlopespastro@gmail.com**

**M G LOPES PASTRO**  
**CNPJ: 35.568.345/0001-20**  
**INSCRIÇÃO ESTADUAL: 90833404-33**

- Que não possuímos em nosso quadro societário servidores públicos do Município de Ubatã ou qualquer pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Prefeito, Vice-Prefeito ou com servidores públicos que desempenhem função na licitação ou atuem na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Ubatã-PR, 09 de julho de 2024.

---

**MARIA GABRIELA LOPES PASTRO**  
**CPF: 077.669.449-95**  
**RG: 13.018.743-9 SESP-PR**

**Avenida João Medeiros, 1181, Centro, CEP 85.440-000**  
**Ubatã - Paraná.**  
**Telefone: (44) 3543 - 1636**  
**E-mail: Mlopespastro@gmail.com**

**De:** Renan L. - SEMAD-LICIT-SP

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 12/07/2024 às 11:23:22

Proposta e habilitação W2M CONSTRUTORA, itens 03 e 04.

Atenciosamente,

Renan Felipe

Agente de Contratação.

**Anexos:**

A\_PROPOSTA.pdf

B\_HABILITACAO.pdf

**ANEXO I**

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

RAZÃO SOCIAL: **W2M CONSTRUTORA LTDA**  
CNPJ: **18.020.262/0001-83**  
ENDEREÇO: **AVENIDA RIO GRANDE DO SUL N° 484, CENTRO DE CORBÉLIA**  
TELEFONE: **(45) 9961-9011**  
EMAIL: **perfutech@gmail.com**

ITEM	DESCRIÇÃO	QNTD	UND	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
3	Tubo de concreto com encaixe, ponta e bolsa, sem ferragem, diâmetro de 40cm, comprimento de 1m.	200	UND	R\$50,00	R\$10.000,00
4	Tubo de concreto com encaixe, ponta e bolsa, sem ferragem, diâmetro de 60cm, comprimento 1m.	200	UND	R\$80,00	R\$16.000,00
<b>TOTAL R\$</b>					<b>26.000,00</b>

2. Se vencedora da Licitação, assinará a Ata de Registro de Preços, Contrato ou documento equivalente, na qualidade de representante legal o Senhor (a) **WILSON DOMINGUES DE MATOS**, CPF 048.318.189-76, RG 85897969, AVENIDA RIO GRANDE DO SUL N° 484 CENTRO DE CORBÉLIA.

3. Se vencedora da Licitação, o preposto da empresa para representá-la será o (a) Senhor (a) **WILSON DOMINGUES DE MATOS**, CPF N° 048.318.189-76, RG N°85897969, Endereço AVENIDA RIO GRANDE DO SUL N° 484, CENTRO DE CORBÉLIA, Telefone (45) 9961-9011, e-mail [perfutech@gmail.com](mailto:perfutech@gmail.com)

4. Os pagamentos deverão ser efetuados em conta corrente própria da Licitante, sendo

Banco: **Caixa Econômica Federal**

Agencia: **1261**

Conta: **2081-5**

5. Para fins de comunicação oficial junto ao Município de Ubitatã, informamos o e-mail [perfutech@gmail.com](mailto:perfutech@gmail.com), para o qual poderá ser encaminhada qualquer correspondência oficial originada por este município e suas respectivas secretarias, como ordem de compras/serviços, nota de empenho, contratos, atas de registro de preços e termos aditivos para assinatura, documentos produzidos em processos administrativos sancionatórios, entre outros, sendo que nos comprometemos a comunicar o Município de Ubitatã em caso de modificação do e-mail indicado para

contato.

6. Declaramos que nossa proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na presente data;

Corbélia-PR, 12 de Julho de 2024.

WILSON	Assinado de forma
DOMINGUES	digital por WILSON
DE	DOMINGUES DE
MATOS:0483	MATOS:048318189
1818976	76
	Dados: 2024.07.12
	09:36:23 -03'00'

---

WILSON DOMINGUES DE MATOS  
CPF: 048.318.189-76  
ADMINISTRADOR



## TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

### Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

**Consulta realizada em:** 12/07/2024 10:57:00

#### Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **W2M CONSTRUTORA LTDA**  
CNPJ: **18.020.262/0001-83**

#### Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**  
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**  
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



## Consulta de Impedidos de Licitar

CNPJ: 18020262000183

NENHUM ITEM ENCONTRADO!



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**  
**CERTIDÃO NEGATIVA**  
**DE**  
**LICITANTES INIDÔNEOS**

Nome completo: **W2M CONSTRUTORA LTDA**

CPF/CNPJ: **18.020.262/0001-83**

**O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).**

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 10:58:11 do dia 12/07/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio  
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: 8E34120724105811

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**  
**CERTIDÃO NEGATIVA**  
**DE**  
**LICITANTES INIDÔNEOS**

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **MAURICIO DOMINGUES DE MATOS**

CPF/CNPJ: **836.986.399-04**

**O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).**

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 10:58:41 do dia 12/07/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio  
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: UC41120724105841

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**  
**CERTIDÃO NEGATIVA**  
**DE**  
**LICITANTES INIDÔNEOS**

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **WILSON DOMINGUES DE MATOS**

CPF/CNPJ: **048.318.189-76**

**O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).**

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 10:59:04 do dia 12/07/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio  
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: H8XK120724105904

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 18.020.262/0001-83 DUNS®: 903849874  
Razão Social: W2M CONSTRUTORA LTDA  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 14/03/2025  
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA  
MEI: Não  
Porte da Empresa: Empresa de Pequeno

#### Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta  
Impedimento de Licitar: Nada Consta  
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta  
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

#### Níveis cadastrados:

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

##### I - Credenciamento

##### II - Habilitação Jurídica (Possui Pendência)

##### III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	07/09/2024	Automática
FGTS	Validade:	26/07/2024	Automática
Trabalhista ( <a href="http://www.tst.jus.br/certidao">http://www.tst.jus.br/certidao</a> )	Validade:	07/01/2025	Automática

##### IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	26/10/2024
Receita Municipal	Validade:	09/09/2024

##### V - Qualificação Técnica

##### VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2025



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Relatório de Credenciamento

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 18.020.262/0001-83 DUNS®: 903849874  
Razão Social: W2M CONSTRUTORA LTDA  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 14/03/2025

#### Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

#### Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: Empresa de Pequeno Porte  
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA MEI: Não  
Capital Social: R\$ 100.000,00 Data de Abertura da Empresa: 24/04/2013  
CNAE Primário: 4744-0/99 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL  
  
CNAE Secundário 1: 2330-3/01 - FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS PRÉ-MOLDADAS DE  
CNAE Secundário 2: 2330-3/02 - FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NA  
CNAE Secundário 3: 4120-4/00 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS  
CNAE Secundário 4: 4211-1/01 - CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS  
CNAE Secundário 5: 4213-8/00 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS  
CNAE Secundário 6: 4399-1/99 - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO NÃO

#### Dados para Contato

CEP: 85.420-000  
Endereço: AVENIDA RIO GRANDE DO SUL, 484 - TERREO - CENTRO  
Município / UF: Corbélia / Paraná  
Telefone: (45) 32421303  
E-mail: engenharia@megalajes.com

#### Dados do Responsável Legal

CPF: 048.318.189-76  
Nome: WILSON DOMINGUES DE MATOS

# Relatório de Credenciamento

## Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF: 048.318.189-76  
Nome: WILSON DOMINGUES DE MATOS  
E-mail: engenharia@megalajes.com

## Sócios / Administradores

### Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: 836.986.399-04 Participação Societária: 50,00%  
Nome: MAURICIO DOMINGUES DE MATOS  
Número do Documento: Órgão Expedidor:  
Data de Expedição: Data de Nascimento: 04/03/1974  
Filiação Materna: DINA DOMINGUES DE MATOS  
Estado Civil:  
CEP: 85.420-000  
Endereço: AVENIDA MINAS GERAIS, 27 - CASA - CENTRO  
Município / UF: Corbélia / Paraná  
Telefone: (45) 32421261  
E-mail:

### Dados do Sócio/Administrador 2

CPF: 048.318.189-76 Participação Societária: 50,00%  
Nome: WILSON DOMINGUES DE MATOS  
Número do Documento: Órgão Expedidor:  
Data de Expedição: Data de Nascimento: 06/08/1985  
Filiação Materna: DINA DOMINGUES DE MATOS  
Estado Civil:  
CEP: 85.420-000  
Endereço: RUA MIOSOSTIS, 2318 - CASA - CENTRO  
Município / UF: Corbélia / Paraná  
Telefone: (45) 32422111  
E-mail: engenharia@megalajes.com

**W2M CONSTRUTORA LTDA.**

**CNPJ Nº 18.020.262/0001-83**

**TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**NIRE: Nº 41207595856**

**MAURO DOMINGUES DE MATOS**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido na cidade de Corbélia, Estado do Paraná, em 14/06/1980, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob nº 029.584.789-12 e no RG. nº 5.816.583-2, Órgão Emissor e Unidade da Federação SSP-PR, data de expedição em 18/02/2016 e residente e domiciliado na cidade de Corbélia, Estado do Paraná, à Rua Miosótis, nº 2318, casa, Centro, CEP: 85.420-000 e **WILSON DOMINGUES DE MATOS**, brasileiro, solteiro, empresário, nascido 06/08/1985, na cidade de Corbélia, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob nº 048.318.189-76, portador da Cédula de Identidade Civil Registro Geral sob nº 8.589.796-9, Órgão Emissor e Unidade da Federação SSP-PR, residente e domiciliado na cidade de Corbélia, Estado do Paraná, à Av. Rio Grande do Sul, 484, 1º Andar, Centro, CEP: 85.420-000, sócios da sociedade empresária limitada que gira sob a denominação empresarial de **W2M CONSTRUTORA LTDA**, com sede e domiciliado na cidade de Corbélia, Estado do Paraná, à Av. Rio Grande do Sul, 484, Térreo, Centro, CEP: 85.420-000, com contrato social devidamente registrado na Junta Comercial sob o nº 41207595856, por despacho em sessão de 24/04/2013, e inscrita no CNPJ sob nº 18.020.262/0001-83, resolvem por este instrumento particular de alteração contratual modificar o seu contrato primitivo de acordo com as cláusulas seguintes:

**CLAUSULA PRIMEIRA:** ingressa na sociedade a Sr. **MAURICIO DOMINGUES DE MATOS**, brasileiro, empresário, casado em comunhão parcial de bens, natural de Corbélia, Estado do Paraná, nascido em 04/03/1974, portador da Carteira nacional de Habilitação CNH nº 02436723773 DNT – PR, expedida em 06/04/1992 e do CPF nº 836.986.399-04, residente e domiciliada na cidade de Corbélia, Estado do Paraná, à Av. Rio Grande do Sul, nº 484, 1º Andar, Centro, CEP: 85.420-000.

**CLAUSULA SEGUNDA:** O sócio ingressante a Sr. **MAURICIO DOMINGUES DE MATOS**, declara conhecer a situação econômico-financeira da sociedade ficando subrogada nos direitos e obrigações decorrentes do presente instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O sócio da sociedade o Sr. **MAURO DOMINGUES DE MATOS**, com 10.000 (dez mil) cotas, no valor de R\$1,00 (hum real) cada, no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), retira-se da sociedade, vende e transfere a totalidade de

**W2M CONSTRUTORA LTDA.**

**CNPJ Nº 18.020.262/0001-83**

**TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**NIRE: Nº 41207595856**

suas cotas de forma onerosa dando rasa e plena quitação, 10.000 (dez mil cotas) para o sócio ingressante o Sr. **MAURICIO DOMINGUES DE MATOS**.

**CLAUSULA QUARTA:** O sócio da sociedade o SR. **WILSON DOMINGUES DE MATOS** com 90.000 (noventa mil), cotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada, no valor de, R\$90.000,00 (noventa mil reais), vende e transfere partes de suas cotas 40.000 (quarenta mil cotas), no valor de R\$40.000,00 (quarenta mil reais), para o sócio ingressante o Sr. **MAURICIO DOMINGUES DE MATOS**.

**CLÁUSULA QUINTA:** O Capital social da empresa de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) dividido em 100.000 (cem mil cotas) de R\$1,00 (um real) cada uma, fica assim distribuído entre os sócios na seguinte proporção:

**1- WILSON DOMINGUES DE MATOS** com 50.000 (cinquenta mil cotas) no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais).

**2- MAURICIO DOMINGUES DE MATOS** com 50.000 (cinquenta mil cotas) no valor de 50.000,00 (cinquenta mil reais).

**CLAUSULA SEXTA:** O capital Social da empresa no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais) fica assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	%	CAPITAL R\$
<b>WILSON DOMINGUES DE MATOS</b>	<b>50.000</b>	<b>50</b>	<b>50.000,00</b>
<b>MAURICIO DOMINGUES DE MATOS</b>	<b>50.000</b>	<b>50</b>	<b>50.000,00</b>
<b>TOTAL:</b>	<b>100.000</b>	<b>100</b>	<b>100.000,00</b>

FF  
Wilson D. Matos  
Mauricio D. de Matos

**W2M CONSTRUTORA LTDA.**

**CNPJ Nº 18.020.262/0001-83**

**TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**NIRE: Nº 41207595856**

**CLÁUSULA SÉTIMA: CONSOLIDA-SE O CONTRATO SOCIAL COM A SEGUINTE REDAÇÃO:**

**CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO**

**W2M CONSTRUTORA LTDA**

**CNPJ 18.020.262/0001-83**

**WILSON DOMINGUES DE MATOS**, brasileiro, solteiro, empresário, nascido 06/08/1985, na cidade de Corbélia, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob nº 048.318.189-76, portador da Cédula de Identidade Civil Registro Geral sob nº 8.589.796-9, Órgão Emissor e Unidade da Federação SSP-PR, residente e domiciliado na cidade de Corbélia, Estado do Paraná, à Av. Rio Grande do Sul, 484, 1º Andar, Centro, CEP: 85.420-000 e **MAURICIO DOMINGUES DE MATOS**, brasileiro, empresário, casado em comunhão parcial de bens, natural de Corbélia, Estado do Paraná, nascido em 04/03/1974, portador da Carteira nacional de Habilitação CNH nº 02436723773 DNT - expedida em 06/04/1992 e do CPF nº 836.986.399-04, residente e domiciliada na cidade de Corbélia, Estado do Paraná, à Av. Rio Grande do Sul, nº 484, 1º Andar, Centro, CEP: 85.420-000, sócios da sociedade empresária limitada que gira sob a denominação empresarial de: **W2M CONSTRUTORA LTDA**, com sede e domiciliado na cidade de Corbélia, Estado do Paraná, à Av. Rio Grande do Sul, 484, Térreo, Centro, CEP: 85.420-000, com contrato social devidamente registrado na Junta Comercial sob o nº 41207595856, por despacho em sessão de 24/04/2013, e inscrita no CNPJ sob nº 18.020.262/0001-83, resolvem por este instrumento particular consolidar o contrato social de acordo com a lei 10406 de 10/01/2002 e subsidiariamente pela Lei 6404/76, conforme cláusula abaixo:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** A sociedade gira sob o nome empresarial de **W2M CONSTRUTORA LTDA**.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** A sociedade tem sua sede em Corbélia, Estado do Paraná, à Av. Rio Grande do Sul, nº 484, Térreo, Centro, CEP: 85420-000.

**CLAUSULA TERCEIRA:** A sociedade tem como objeto social a exploração do ramo: COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO. SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL. FABRICAÇÃO DE PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO



**W2M CONSTRUTORA LTDA.**

**CNPJ Nº 18.020.262/0001-83**

**TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**NIRE: Nº 41207595856**

ARMADO EM SÉRIE E SOB ENCOMENDA. FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NA CONSTRUÇÃO. OBRAS DE URBANIZAÇÃO: RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS. CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS. CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS.

**CLÁUSULA QUARTA:** O Capital Social da empresa é de R\$100.000,00(cent mil reais) dividido em 100.000(cent mil cotas) no valor nominal de R\$1,00(Hum real) cada, totalmente integralizados em moeda corrente do país, pelos sócios:

- 1) – **MAURICIO DOMINGUES DE MATOS:-** Com 50.000(cinquenta mil) cotas de R\$1,00 (hum real) cada, perfazendo um montante no valor de R\$50.000,00(cinquenta mil reais).
- 2) – **WILSON DOMINGUES DE MATOS:-** Com 50.000(cinquenta mil) cotas de R\$1,00 ( hum real) cada, perfazendo um montante no valor de R\$50.000,00(cinquenta mil reais).

**CLÁUSULA QUINTA:** O Capital Social da empresa no valor de R\$100.000,00 (cent mil reais) fica assim distribuídos entre o sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	%	CAPITAL R\$
<b>MAURICIO DOMINGUES DE MATOS</b>	<b>50.000</b>	<b>50</b>	<b>50.000,00</b>
<b>WILSON DOMINGUES DE MATOS</b>	<b>50.000</b>	<b>50</b>	<b>50.000,00</b>
<b>TOTAL:</b>	<b>100.000</b>	<b>100</b>	<b>100.000,00</b>

**CLÁUSULA SEXTA:** Os sócios declaram que a empresa é enquadrada como EPP de acordo com a Lei, de 14/12/2006.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** A sociedade iniciou suas atividades em 01 de Maio de 2013 e seu prazo de duração é indeterminado.

FF  
Wilson Domingues de Matos  
Mauricio Domingues de Matos

W2M CONSTRUTORA LTDA.

CNPJ Nº 18.020.262/0001-83

TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

NIRE: Nº 41207595856

**CLÁUSULA OITAVA:** As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para sua aquisição.

**CLÁUSULA NONA:** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

**CLÁUSULA DÉCIMA:** A sociedade é administrada, pelo sócio administrador: **WILSON DOMINGUES DE MATOS**, já qualificada, aos quais compete **privativa e individualmente ou em conjunto o uso da firma** e a representação ativa e passiva, em juízo, ou fora dele, estando a mesma dispensada da prestação de caução, podendo praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social, sendo-lhe, no entanto, vedado o uso do nome da Sociedade, sob qualquer pretexto ou modalidade, em operações ou negócios estranhos ao objeto social, bem como a prestação de fiança ou aval, e o comprometimento dos mesmo em atos de liberalidade ou de favor, podendo passar poderes para terceiros por procuração.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** O balanço geral será levantado em 31 de dezembro de cada ano, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** Fica eleito o foro de Corbélia, Estado do Paraná para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** Os Administradores declaram, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

FF  
Wilson Domingues de Matos  
Mauricio P. de Matos

**W2M CONSTRUTORA LTDA.**

**CNPJ Nº 18.020.262/0001-83**

**TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**NIRE: Nº 41207595856**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou estes ou Inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

**CLAUSULA DÉCIMA QUINTA:** Permanecem inalteradas as demais clausula vigentes que não colidirem com o presente instrumento.

E, por estarem assim justos e contratados, lavram o presente instrumento em via única, para arquivamento na Junta Comercial do Estado do Paraná.

Corbélia-Pr. 19 de Março de 2020.

  
**MAURO DOMINGUES DE MATOS**  
**CPF: Nº 029.584.789-12**

  
**WILSON DOMINGUES DE MATOS**  
**CPF: Nº 048.318.189-76**

  
**MAURICIO DOMINGUES DE MATOS**  
**CPF: Nº 836.986.399-04**



# TABELIONATO DE NOTAS DE CORBÉLIA-PR

Mary Arlete Zancanaro

RUA IPÊ AMARELO, 1516 - SALA 01 - CENTRO - CEP 85420 000 - FONE: (45) 3242-1033  
cantoribocorbélia@hotmail.com

Corbélia

OMARCA DE CORBÉLIA-PR  
Escritório Autorizada  
Portaria 011/2017  
Daiane Caroline Dal Maso

Reconheço e dou fé a(s) firma(s) Assinada(s) por VERDADEIRA(S) de:

[0016536]-MAURO DOMINGUES DE MATOS  
[0015122]-WILSON DOMINGUES DE MATOS  
[0004198]-MAURICIO DOMINGUES DE MATOS

Corbélia-PR, 20/05/2020. Em test., de verdade

DAIANE CAROLINE DALMASO

DAIANE CAROLINE DALMASO-ESCREVENTE

Selo: M375H. 83YmT. 6wzYL - qTcfu. n8FCr

Valide esse selo em <http://funarpen.com.br>



CERTIFICO O REGISTRO EM 22/05/2020 10:59 SOB Nº 20201501180.  
PROTOCOLO: 201501180 DE 21/05/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
12002056704. NIRE: 41207595856.  
W2M CONSTRUTORA LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 22/05/2020  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Relatório Nível III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 18.020.262/0001-83 DUNS®: 903849874  
Razão Social: W2M CONSTRUTORA LTDA  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 14/03/2025

#### Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

#### Comprovante de Regularidade da Receita Federal e PGFN

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 07/09/2024  
Código de Controle: 310B336DB00BACB7

#### Comprovante de Regularidade do FGTS

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 26/07/2024  
Código de Controle: 2024062719232043490317

#### Comprovante de Regularidade do TST

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 07/01/2025  
Código de Controle: 484140952024



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Relatório Nível IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 18.020.262/0001-83 DUNS®: 903849874  
Razão Social: W2M CONSTRUTORA LTDA  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: Credenciado

#### Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

#### Inscrição Estadual e Municipal

Inscrição Estadual: 9062852663  
Inscrição Municipal: 2840

#### Comprovante de Regularidade Estadual/Distrital

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 26/10/2024  
Código de Controle: N° 033906469-02

#### Comprovante de Regularidade Municipal

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 09/09/2024  
Código de Controle: N° 1770/2024



Estado do Paraná  
Secretaria de Estado da Fazenda  
Receita Estadual do Paraná

**Certidão Negativa**  
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual  
**Nº 033025899-21**

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **18.020.262/0001-83**

Nome: **W2M CONSTRUTORA LTDA EPP**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

**Válida até 09/07/2024 - Fornecimento Gratuito**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet

[www.fazenda.pr.gov.br](http://www.fazenda.pr.gov.br)



# MUNICÍPIO DE CORBÉLIA

Secretaria da Fazenda / Departamento de Arrecadação

Rua Amor Perfeito - 1616 - Centro - Corbélia - PR - Fone: (45) 3242 - 8800  
CNPJ 76.208.826/0001-02 | www.corbelia.pr.gov.br | tributacao@corbelia.pr.gov.br



## CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS Nº 676/2024

<b>CADASTRO</b> 2840	<b>CERTIDÃO</b> Número: 676	<b>ALVARÁ Nº</b>	<b>CNPJ/CPF</b> 18.020.262/0001-83
-------------------------	--------------------------------	------------------	---------------------------------------

<b>RAZÃO SOCIAL/NOME</b> W2M CONSTRUTORA LTDA - EPP
--

<b>SITUADO À:</b> Avenida RIO GRANDE DO SUL, 484, CENTRO II - CEP: 85.420-000 Complemento:
--

<b>NOME FANTASIA:</b> W2M CONSTRUTORA
--

<b>SITUAÇÃO DO CADASTRO:</b> Normal	<b>INÍCIO DA ATIVIDADE:</b> 02/05/2013	<b>ENCERRAMENTO DA ATIVIDADE:</b>
--	---	-----------------------------------

<b>RAMO DA ATIVIDADE:</b> COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL
---

<b>OBSERVAÇÕES</b>
--------------------

<b>CÓDIGO DE AUTENTICIDADE</b> WGT221203-4139-RMIJNZSYOBFQF-9
--

O **MUNICÍPIO DE CORBÉLIA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa localizada na Rua Amor Perfeito, 1616, Centro Cívico, na cidade de Corbélia-PR, inscrito no CNPJ sob Nº 76.208.826/0001-02, **CERTIFICA**, que o referido cadastro tem débitos perante esta municipalidade, os quais foram objeto de moratória, cujas parcelas encontram-se regulares, razão pela qual expede-se a presente Certidão Positiva com Efeito Negativa.

A presente Certidão servirá para fins de

E por ser expressão da verdade e para que produza os efeitos legais, vai abaixo devidamente assinada.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORBÉLIA - ESTADO DO PARANÁ, AOS 08 de março de 2024.

**A PRESENTE CERTIDÃO TERÁ VALIDADE ATÉ 07/05/2024**  
**EMITIDA POR: CESAR AUGUSTO BANDIERA**

Corbélia, 08 de março de 2024.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**COMARCA DE CORBÉLIA**  
**Cartório do Contador, Partidor, Distribuidor**  
**Depositário e Avaliador Judicial**

**Marta da Luz Lira**  
*Oficial*

**Danielli Lourenço Assunção**  
*Funcionária Juramentada*

---

**PEDIDO DE CERTIDÃO**

**W2M CONSTRUTORA LTDA**

**18.020.262/0001-83**

**Nesta Comarca de Corbélia – Pr.**

**CERTIDÃO NEGATIVA**

**Marta da Luz Lira, Oficial do Cartório do Distribuidor, Contador, Partidor, Depositário e Avaliador Judicial da Comarca de Corbélia, Estado do Paraná, na forma da lei etc...**

**CERTIFICA, atendendo a pedido verbal de parte interessada, que revendo os fichários de Distribuições e Registros a partir de 24/ fevereiro/ 1.978, até a presente data, que não consta distribuições de **Falência e Concordata**, contra o requerente.**

**Dada e passada nesta Cidade e Comarca de Corbélia, Estado do Paraná,  
aos 07 dias do mês de junho (06) do ano de 2024.**

**Buscas procedidas nos últimos 42 anos.**

**O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.**

Assinado de  
forma digital por  
MARTA DA LUZ  
LIRA:0227397991  
6

Dados:  
2024.06.07  
15:07:56 -03'00'

**Marta da Luz Lira**  
*Oficial*

**ANEXO II**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**

**RAZÃO SOCIAL: W2M CONSTRUTORA LTDA**  
**CNPJ: 18.020.262/0001-83**  
**ENDEREÇO: AVENIDA RIO GRANDE DO SUL Nº 484 CENTRO DE CORBÉLIA-PR**  
**TEL: (45) 9961-9011**  
**E-MAIL: [perfutech@gmail.com](mailto:perfutech@gmail.com)**

O signatário da presente declara, em nome da empresa supracitada e para todos os fins de direito:

- Que possuímos conhecimento bem como atendemos a todas as exigências relativas à habilitação no presente certame, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- Que inexistem fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a nossa idoneidade nos termos da lei e que não estamos suspensas de licitar e contratar com o Município de Ubatã, tampouco inidônea em qualquer esfera da Administração Pública;
- Que não mantemos em nosso quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos - Lei nº 10.097/00 e art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- Que não possuímos em nosso quadro societário servidores públicos do Município de Ubatã ou qualquer pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Prefeito, Vice-Prefeito ou com servidores públicos que desempenhem função na licitação ou atuem na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Corbélia-PR, 12 de Julho de 2024

**WILSON**  
**DOMINGUES**  
**DE**  
**MATOS:048318**  
**18976**

Assinado de forma digital por WILSON DOMINGUES DE MATOS:04831818976  
Dados: 2024.07.11 09:39:02 -03'00'

---

WILSON DOMINGUES DE MATOS  
CPF: 048.318.189-76  
ADMINISTRADOR

**De:** Renan L. - SEMAD-LICIT-SP

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 12/07/2024 às 11:23:54

Relatórios de Julgamento.

Atenciosamente,

Renan Felipe

Agente de Contratação.

**Anexos:**

RELATORIO\_DE\_JULGAMENTO.pdf

---

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Renan Felipe da Silva Lima	12/07/2024 11:24:28	ICP-Brasil	RENAN FELIPE DA SILVA LIMA CPF 065.XXX.XXX-5...

Para verificar as assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **1805-50D6-22EC-7373**



TERMO DE JULGAMENTO  
UASG 987933 - PREF.MUN.DE UBIRATA - PR  
PREGÃO 90051/2024

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021  
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto  
Compra emergencial: Não  
Objeto da compra: Registro de preços visando a aquisição de tampas e tubos em concreto.  
Entrega de propostas: De 01/07/2024 às 08:00 até 12/07/2024 às 08:15  
Abertura da sessão pública: Dia 12/07/2024 às 08:15 (horário de Brasília)

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	12/07/2024 às 08:15:00	A sessão pública está aberta. Até 5 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 12:00 e entre 13:30 e 16:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	12/07/2024 às 09:21:35	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	12/07/2024 às 11:04:58	Senhores, os documentos de habilitação das empresas obtidos no SICAF constam no Portal da Transparência do Município, caso desejem verificá-los.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
12/07/2024 às 08:15:00	Abertura da sessão pública
12/07/2024 às 09:21:35	Início da etapa de julgamento de propostas



Item 1 - Tampa Bueiro

Tampa Bueiro Material: Concreto Armado , Tipo: Liso , Espessura: 5 CM, Comprimento: 80 CM, Largura: 80 C

Valor estimado:	R\$ 183,3300	Critério de julgamento:	Menor Preço
Quantidade:	80	Unidade de fornecimento:	Unidade
Intervalo mínimo entre lances:	R\$ 0,1000		
Tratamento Diferenciado	Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)		
Situação:	Aguardando adjudicação		

Aceito e Habilitado por CPF \*\*\*.130.\*\*\*-1 - RENAN FELIPE DA SILVA LIMA para M G LOPES PASTRO, CNPJ 35.568.345/0001-20, melhor lance: R\$ 154,9000

Propostas do Item 1

(D) Declarante MeEpp/Equiparada (Art. 3ª da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006)

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
35.568.345/0001-20 - M G LOPES PASTRO Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 154,9000	Fornecedor habilitado
Marca/Fabricante: ART LAJES Modelo/versão: TAMPA EM CONCRETO Valor proposta: R\$ 183,3300      Valor negociado: Não informado      Quantidade ofertada: 80		
17.155.411/0001-59 - MACANEIRO & GONZAGA LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 174,8000	-
Marca/Fabricante: PROPRIA Modelo/versão: ARMADA Valor proposta: R\$ 183,3300      Valor negociado: Não informado      Quantidade ofertada: 80		
18.020.262/0001-83 - W2M CONSTRUTORA LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 155,0000	-
Marca/Fabricante: PRÓPRIA Modelo/versão: PRÓPRIA Valor proposta: R\$ 180,0000      Valor negociado: Não informado      Quantidade ofertada: 80		
49.649.839/0001-44 - MWV DISTRIBUIDORA LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 200,0000	-
Marca/Fabricante: m Modelo/versão: m Valor proposta: R\$ 200,0000      Valor negociado: Não informado      Quantidade ofertada: 80		

Lances do Item 1

Data/hora	Participante	Lance
12/07/2024 08:15:18	35.568.345/0001-20	R\$ 179,9000
12/07/2024 08:15:40	17.155.411/0001-59	R\$ 179,8000
12/07/2024 08:15:45	35.568.345/0001-20	R\$ 179,7000
12/07/2024 08:15:56	18.020.262/0001-83	R\$ 179,6000
12/07/2024 08:16:15	35.568.345/0001-20	R\$ 179,5000
12/07/2024 08:16:32	17.155.411/0001-59	R\$ 179,4000

Data/hora	Participante	Lance
12/07/2024 08:16:54	18.020.262/0001-83	R\$ 179,0000
12/07/2024 08:17:04	35.568.345/0001-20	R\$ 178,9000
12/07/2024 08:20:07	18.020.262/0001-83	R\$ 175,0000
12/07/2024 08:20:15	35.568.345/0001-20	R\$ 174,9000
12/07/2024 08:20:27	17.155.411/0001-59	R\$ 174,8000
12/07/2024 08:20:55	18.020.262/0001-83	R\$ 170,0000
12/07/2024 08:21:00	35.568.345/0001-20	R\$ 169,9000
12/07/2024 08:21:23	18.020.262/0001-83	R\$ 165,0000
12/07/2024 08:21:57	35.568.345/0001-20	R\$ 164,9000
12/07/2024 08:22:12	18.020.262/0001-83	R\$ 160,0000
12/07/2024 08:22:44	35.568.345/0001-20	R\$ 159,9000
12/07/2024 08:23:58	18.020.262/0001-83	R\$ 158,0000
12/07/2024 08:24:07	35.568.345/0001-20	R\$ 157,9000
12/07/2024 08:25:27	18.020.262/0001-83	R\$ 155,0000
12/07/2024 08:25:33	35.568.345/0001-20	R\$ 154,9000

Mensagens do chat do Item 1

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	12/07/2024 08:15:00	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	12/07/2024 08:27:34	O item 1 está encerrado.
Sistema para o participante 35.568.345/0001-20	12/07/2024 09:22:06	Sr. Fornecedor M G LOPES PASTRO, CNPJ 35.568.345/0001-20, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 11:25:00 do dia 12/07/2024. Justificativa: Proposta itens 1 e 2..
Sistema para o participante 35.568.345/0001-20	12/07/2024 09:22:29	Senhor fornecedor, favor encaminhar proposta para os itens 1 e 2.
Sistema para o participante 35.568.345/0001-20	12/07/2024 09:23:31	Desculpe, itens 1, 2 e 5.
pelo participante 35.568.345/0001-20	12/07/2024 09:48:51	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 09:48:51 de 12/07/2024. 6 anexos foram enviados pelo fornecedor M G LOPES PASTRO, CNPJ 35.568.345/0001-20.
Sistema	12/07/2024 09:51:14	O item 1 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 12/07/2024 10:01:14.
Sistema	12/07/2024 10:07:17	O item 1 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 12/07/2024 10:17:17.

Eventos do Item 1

Data/Hora	Descrição
12/07/2024 08:15:00	Item aberto para lances.
12/07/2024 08:27:34	Item com etapa aberta encerrada.

12/07/2024 11:19

Data/Hora	Descrição
12/07/2024 08:27:34	Item encerrado para lances.
12/07/2024 09:22:06	Fornecedor M G LOPES PASTRO, CNPJ 35.568.345/0001-20 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 12/07/2024 11:25:00. Motivo: Proposta itens 1 e 2..
12/07/2024 09:48:51	Fornecedor M G LOPES PASTRO, CNPJ 35.568.345/0001-20 finalizou o envio de anexo.
12/07/2024 09:51:14	Fornecedor M G LOPES PASTRO, CNPJ 35.568.345/0001-20 teve a proposta aceita, melhor lance: R\$ 154,9000.
12/07/2024 10:07:17	Fornecedor M G LOPES PASTRO, CNPJ 35.568.345/0001-20 foi habilitado.
12/07/2024 11:19:10	Encerramento da sessão 1 de julgamento / habilitação.



# TERMO DE JULGAMENTO

UASG 987933 - PREF.MUN.DE UBIRATA - PR

PREGÃO 90051/2024

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021  
Característica: SRP - Registro de Preço  
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto  
Modo de disputa: Aberto  
Compra emergencial: Não  
Objeto da compra: Registro de preços visando a aquisição de tampas e tubos em concreto.  
Entrega de propostas: De 01/07/2024 às 08:00 até 12/07/2024 às 08:15  
Abertura da sessão pública: Dia 12/07/2024 às 08:15 (horário de Brasília)

## Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	12/07/2024 às 08:15:00	A sessão pública está aberta. Até 5 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 12:00 e entre 13:30 e 16:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	12/07/2024 às 09:21:35	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	12/07/2024 às 11:04:58	Senhores, os documentos de habilitação das empresas obtidos no SICAF constam no Portal da Transparência do Município, caso desejem verificá-los.

## Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
12/07/2024 às 08:15:00	Abertura da sessão pública
12/07/2024 às 09:21:35	Início da etapa de julgamento de propostas





Item 2 - Tampa bueiro

Tampa Bueiro Material: Concreto Armado , Tipo: Boca De Lobo , Espessura: 7 MM, Comprimento: 110 CM, Largura: 70 CM, Características Adicionais: Padrão Pmsp		
Valor estimado:	R\$ 205,0000	Critério de julgamento: Menor Preço
Quantidade:	120	Unidade de fornecimento: Unidade
Intervalo mínimo entre lances:	R\$ 0,1000	
Tratamento Diferenciado	Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)	
Situação:	Aguardando adjudicação	

Aceito e Habilitado por CPF \*\*\*.130.\*\*\*-1 - RENAN FELIPE DA SILVA LIMA para M G LOPES PASTRO, CNPJ 35.568.345/0001-20, melhor lance: R\$ 173,9000

Propostas do Item 2

(D) Declarante MeEpp/Equiparada (Art. 3ª da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006)

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
35.568.345/0001-20 - M G LOPES PASTRO Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 173,9000	Fornecedor habilitado
Marca/Fabricante: ART LAJES Modelo/versão: TAMPA BUEIRO Valor proposta: R\$ 205,0000      Valor negociado: Não informado      Quantidade ofertada: 120		
17.155.411/0001-59 - MACANEIRO & GONZAGA LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 174,0000	-
Marca/Fabricante: PROPRIA Modelo/versão: ARMADA Valor proposta: R\$ 205,0000      Valor negociado: Não informado      Quantidade ofertada: 120		
18.020.262/0001-83 - W2M CONSTRUTORA LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 178,0000	-
Marca/Fabricante: PRÓPRIA Modelo/versão: PRÓPRIA Valor proposta: R\$ 200,0000      Valor negociado: Não informado      Quantidade ofertada: 120		
49.649.839/0001-44 - MWV DISTRIBUIDORA LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 250,0000	-
Marca/Fabricante: n Modelo/versão: n Valor proposta: R\$ 250,0000      Valor negociado: Não informado      Quantidade ofertada: 120		

Lances do Item 2

Data/hora	Participante	Lance
12/07/2024 08:15:22	35.568.345/0001-20	R\$ 199,9000
12/07/2024 08:15:48	17.155.411/0001-59	R\$ 199,8000
12/07/2024 08:15:52	35.568.345/0001-20	R\$ 199,7000
12/07/2024 08:16:41	17.155.411/0001-59	R\$ 199,6000
12/07/2024 08:16:49	18.020.262/0001-83	R\$ 199,0000

Data/hora	Participante	Lance
12/07/2024 08:17:09	35.568.345/0001-20	R\$ 198,9000
12/07/2024 08:20:11	18.020.262/0001-83	R\$ 195,0000
12/07/2024 08:20:18	35.568.345/0001-20	R\$ 194,9000
12/07/2024 08:20:43	17.155.411/0001-59	R\$ 194,8000
12/07/2024 08:20:56	35.568.345/0001-20	R\$ 194,7000
12/07/2024 08:20:59	18.020.262/0001-83	R\$ 190,0000
12/07/2024 08:21:04	35.568.345/0001-20	R\$ 189,9000
12/07/2024 08:21:30	18.020.262/0001-83	R\$ 185,0000
12/07/2024 08:21:45	17.155.411/0001-59	R\$ 184,9000
12/07/2024 08:22:04	35.568.345/0001-20	R\$ 184,8000
12/07/2024 08:22:15	18.020.262/0001-83	R\$ 180,0000
12/07/2024 08:22:51	35.568.345/0001-20	R\$ 179,9000
12/07/2024 08:22:56	17.155.411/0001-59	R\$ 179,8000
12/07/2024 08:23:06	35.568.345/0001-20	R\$ 179,7000
12/07/2024 08:23:36	17.155.411/0001-59	R\$ 179,6000
12/07/2024 08:23:56	35.568.345/0001-20	R\$ 179,5000
12/07/2024 08:24:56	17.155.411/0001-59	R\$ 179,4000
12/07/2024 08:25:08	35.568.345/0001-20	R\$ 179,3000
12/07/2024 08:25:34	18.020.262/0001-83	R\$ 178,0000
12/07/2024 08:25:39	35.568.345/0001-20	R\$ 177,9000
12/07/2024 08:25:49	17.155.411/0001-59	R\$ 177,8000
12/07/2024 08:26:54	35.568.345/0001-20	R\$ 177,7000
12/07/2024 08:27:16	17.155.411/0001-59	R\$ 177,6000
12/07/2024 08:27:51	35.568.345/0001-20	R\$ 177,5000
12/07/2024 08:28:12	17.155.411/0001-59	R\$ 177,4000
12/07/2024 08:28:19	35.568.345/0001-20	R\$ 177,3000
12/07/2024 08:29:07	17.155.411/0001-59	R\$ 177,2000
12/07/2024 08:29:24	35.568.345/0001-20	R\$ 177,1000
12/07/2024 08:30:23	17.155.411/0001-59	R\$ 177,0000
12/07/2024 08:31:14	35.568.345/0001-20	R\$ 176,9000
12/07/2024 08:31:25	17.155.411/0001-59	R\$ 176,8000
12/07/2024 08:31:31	35.568.345/0001-20	R\$ 176,7000
12/07/2024 08:32:06	17.155.411/0001-59	R\$ 176,6000
12/07/2024 08:32:10	35.568.345/0001-20	R\$ 176,5000
12/07/2024 08:32:21	17.155.411/0001-59	R\$ 176,4000

Assinado por: RENAN FELIPE DA SILVA LIMA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://tribuna1.doc.com.br/verificacao/180550D6-22EC-7373> e informe o código 1805-5036-22EC-7373

Data/hora	Participante	Lance
12/07/2024 08:32:38	35.568.345/0001-20	R\$ 176,3000
12/07/2024 08:33:11	17.155.411/0001-59	R\$ 175,0000
12/07/2024 08:33:37	35.568.345/0001-20	R\$ 174,9000
12/07/2024 08:34:11	17.155.411/0001-59	R\$ 174,8000
12/07/2024 08:34:21	35.568.345/0001-20	R\$ 174,7000
12/07/2024 08:35:00	17.155.411/0001-59	R\$ 174,6000
12/07/2024 08:35:15	35.568.345/0001-20	R\$ 174,5000
12/07/2024 08:36:06	17.155.411/0001-59	R\$ 174,4000
12/07/2024 08:36:16	35.568.345/0001-20	R\$ 174,3000
12/07/2024 08:38:06	17.155.411/0001-59	R\$ 174,2000
12/07/2024 08:38:12	35.568.345/0001-20	R\$ 174,1000
12/07/2024 08:39:06	17.155.411/0001-59	R\$ 174,0000
12/07/2024 08:39:10	35.568.345/0001-20	R\$ 173,9000

Mensagens do chat do Item 2

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	12/07/2024 08:15:00	O item 2 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	12/07/2024 08:41:11	O item 2 está encerrado.
Sistema	12/07/2024 09:51:30	O item 2 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 12/07/2024 10:01:30.
Sistema	12/07/2024 10:07:27	O item 2 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 12/07/2024 10:17:27.

Eventos do Item 2

Data/Hora	Descrição
12/07/2024 08:15:00	Item aberto para lances.
12/07/2024 08:41:11	Item com etapa aberta encerrada.
12/07/2024 08:41:11	Item encerrado para lances.
12/07/2024 09:51:30	Fornecedor M G LOPES PASTRO, CNPJ 35.568.345/0001-20 teve a proposta aceita, melhor lance: R\$ 173,9000.
12/07/2024 10:07:27	Fornecedor M G LOPES PASTRO, CNPJ 35.568.345/0001-20 foi habilitado.
12/07/2024 11:19:10	Encerramento da sessão 1 de julgamento / habilitação.



Assinado por 1 pessoa: RENAN FELIPE DA SILVA LIMA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://brasil.veficacao.com.br/verificacao/180550D622EC73732C2870E7> e informe o código 1805-50D6-22EC-7373



TERMO DE JULGAMENTO  
UASG 987933 - PREF.MUN.DE UBIRATA - PR  
PREGÃO 90051/2024

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021  
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto  
Compra emergencial: Não  
Objeto da compra: Registro de preços visando a aquisição de tampas e tubos em concreto.  
Entrega de propostas: De 01/07/2024 às 08:00 até 12/07/2024 às 08:15  
Abertura da sessão pública: Dia 12/07/2024 às 08:15 (horário de Brasília)

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	12/07/2024 às 08:15:00	A sessão pública está aberta. Até 5 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 12:00 e entre 13:30 e 16:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	12/07/2024 às 09:21:35	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	12/07/2024 às 11:04:58	Senhores, os documentos de habilitação das empresas obtidos no SICAF constam no Portal da Transparência do Município, caso desejem verificá-los.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
12/07/2024 às 08:15:00	Abertura da sessão pública
12/07/2024 às 09:21:35	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 3 - Tubo concreto

Tubo Concreto Diâmetro Nominal: 400 MM, Comprimento: 1 M, Espessura: 40 MM, Tipo: Vibro-Prensagem M, Aplicação: Sistema Saneamento Básico Águas Pluviais C

Valor estimado:	R\$ 85,1000	Critério de julgamento:	Menor Preço
Quantidade:	200	Unidade de fornecimento:	Unidade
Intervalo mínimo entre lances:	R\$ 0,1000		
Tratamento Diferenciado	Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)		
Situação:	Aguardando adjudicação		

Aceito e Habilitado por CPF \*\*\*.130.\*\*\*-1 - RENAN FELIPE DA SILVA LIMA para W2M CONSTRUTORA LTDA, CNPJ 18.020.262/0001-83, melhor lance: R\$ 50,0000

Propostas do Item 3

(D) Declarante MeEpp/Equiparada (Art. 3ª da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006)

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
18.020.262/0001-83 - W2M CONSTRUTORA LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 50,0000	Fornecedor habilitado
Marca/Fabricante: PRÓPRIA Modelo/versão: PRÓPRIA Valor proposta: R\$ 84,0000      Valor negociado: Não informado      Quantidade ofertada: 200		
35.568.345/0001-20 - M G LOPES PASTRO Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 50,9000	-
Marca/Fabricante: ART LAJES Modelo/versão: TUBO 40CM Valor proposta: R\$ 85,1000      Valor negociado: Não informado      Quantidade ofertada: 200		
17.155.411/0001-59 - MACANEIRO & GONZAGA LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 74,8000	-
Marca/Fabricante: PROPRIA Modelo/versão: PONTA BOLSA Valor proposta: R\$ 85,1000      Valor negociado: Não informado      Quantidade ofertada: 200		
49.649.839/0001-44 - MWV DISTRIBUIDORA LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 100,0000	-
Marca/Fabricante: m Modelo/versão: m Valor proposta: R\$ 100,0000      Valor negociado: Não informado      Quantidade ofertada: 200		

Lances do Item 3

Data/hora	Participante	Lance
12/07/2024 08:15:27	35.568.345/0001-20	R\$ 83,5000
12/07/2024 08:15:55	17.155.411/0001-59	R\$ 83,4000
12/07/2024 08:16:01	35.568.345/0001-20	R\$ 83,3000
12/07/2024 08:16:35	18.020.262/0001-83	R\$ 83,2000
12/07/2024 08:16:57	17.155.411/0001-59	R\$ 83,3000

Assinado por: RENAN FELIPE DA SILVA LIMA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://udrata.1doc.com.br/verificacao/1805-50D6-22EC-7373> e informe o código: 1805-50D6-22EC-7373



Data/hora	Participante	Lance
12/07/2024 08:17:05	17.155.411/0001-59	R\$ 83,1000
12/07/2024 08:17:12	35.568.345/0001-20	R\$ 83,0000
12/07/2024 08:17:29	18.020.262/0001-83	R\$ 80,0000
12/07/2024 08:17:35	35.568.345/0001-20	R\$ 79,9000
12/07/2024 08:17:49	18.020.262/0001-83	R\$ 79,8000
12/07/2024 08:17:55	35.568.345/0001-20	R\$ 79,7000
12/07/2024 08:18:15	18.020.262/0001-83	R\$ 79,5000
12/07/2024 08:18:19	35.568.345/0001-20	R\$ 79,4000
12/07/2024 08:18:43	18.020.262/0001-83	R\$ 78,0000
12/07/2024 08:19:02	35.568.345/0001-20	R\$ 77,9000
12/07/2024 08:19:10	18.020.262/0001-83	R\$ 77,0000
12/07/2024 08:19:27	35.568.345/0001-20	R\$ 76,9000
12/07/2024 08:20:17	18.020.262/0001-83	R\$ 76,0000
12/07/2024 08:20:24	35.568.345/0001-20	R\$ 75,9000
12/07/2024 08:20:47	18.020.262/0001-83	R\$ 75,0000
12/07/2024 08:20:51	35.568.345/0001-20	R\$ 74,9000
12/07/2024 08:20:55	17.155.411/0001-59	R\$ 74,8000
12/07/2024 08:21:03	18.020.262/0001-83	R\$ 70,0000
12/07/2024 08:21:21	35.568.345/0001-20	R\$ 69,9000
12/07/2024 08:21:35	18.020.262/0001-83	R\$ 68,0000
12/07/2024 08:22:08	35.568.345/0001-20	R\$ 67,9000
12/07/2024 08:22:20	18.020.262/0001-83	R\$ 67,0000
12/07/2024 08:22:37	35.568.345/0001-20	R\$ 66,9000
12/07/2024 08:22:52	18.020.262/0001-83	R\$ 66,0000
12/07/2024 08:23:10	35.568.345/0001-20	R\$ 65,9000
12/07/2024 08:23:37	18.020.262/0001-83	R\$ 65,0000
12/07/2024 08:24:03	35.568.345/0001-20	R\$ 64,9000
12/07/2024 08:24:13	18.020.262/0001-83	R\$ 64,5000
12/07/2024 08:24:38	35.568.345/0001-20	R\$ 64,4000
12/07/2024 08:24:50	18.020.262/0001-83	R\$ 64,0000
12/07/2024 08:25:02	35.568.345/0001-20	R\$ 63,9000
12/07/2024 08:25:20	18.020.262/0001-83	R\$ 63,5000
12/07/2024 08:25:23	35.568.345/0001-20	R\$ 63,4000
12/07/2024 08:25:39	18.020.262/0001-83	R\$ 63,0000
12/07/2024 08:25:43	35.568.345/0001-20	R\$ 62,9000

Assinado por: **RENAN FELIPE DA SILVA LIMA**  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://tribalata.1doc.com.br/verificacao/180550D622EC73732C2870E7>

Data/hora	Participante	Lance
12/07/2024 08:26:02	18.020.262/0001-83	R\$ 62,0000
12/07/2024 08:26:58	35.568.345/0001-20	R\$ 61,9000
12/07/2024 08:27:18	18.020.262/0001-83	R\$ 61,8000
12/07/2024 08:27:55	35.568.345/0001-20	R\$ 61,7000
12/07/2024 08:28:24	18.020.262/0001-83	R\$ 61,6000
12/07/2024 08:28:43	35.568.345/0001-20	R\$ 61,5000
12/07/2024 08:29:12	18.020.262/0001-83	R\$ 61,4000
12/07/2024 08:29:28	35.568.345/0001-20	R\$ 61,3000
12/07/2024 08:29:35	18.020.262/0001-83	R\$ 61,2000
12/07/2024 08:29:41	35.568.345/0001-20	R\$ 61,1000
12/07/2024 08:30:24	18.020.262/0001-83	R\$ 61,0000
12/07/2024 08:31:15	35.568.345/0001-20	R\$ 60,9000
12/07/2024 08:31:20	18.020.262/0001-83	R\$ 60,8000
12/07/2024 08:31:27	35.568.345/0001-20	R\$ 60,7000
12/07/2024 08:31:39	18.020.262/0001-83	R\$ 60,5000
12/07/2024 08:31:54	35.568.345/0001-20	R\$ 60,4000
12/07/2024 08:32:02	18.020.262/0001-83	R\$ 60,0000
12/07/2024 08:32:06	35.568.345/0001-20	R\$ 59,9000
12/07/2024 08:32:33	18.020.262/0001-83	R\$ 59,0000
12/07/2024 08:32:44	35.568.345/0001-20	R\$ 58,9000
12/07/2024 08:32:50	18.020.262/0001-83	R\$ 58,0000
12/07/2024 08:33:34	35.568.345/0001-20	R\$ 57,9000
12/07/2024 08:33:47	18.020.262/0001-83	R\$ 57,0000
12/07/2024 08:33:54	35.568.345/0001-20	R\$ 56,9000
12/07/2024 08:33:59	18.020.262/0001-83	R\$ 56,0000
12/07/2024 08:34:16	35.568.345/0001-20	R\$ 55,9000
12/07/2024 08:34:29	18.020.262/0001-83	R\$ 55,0000
12/07/2024 08:35:08	35.568.345/0001-20	R\$ 54,9000
12/07/2024 08:35:17	18.020.262/0001-83	R\$ 54,0000
12/07/2024 08:35:28	35.568.345/0001-20	R\$ 53,9000
12/07/2024 08:35:32	18.020.262/0001-83	R\$ 53,0000
12/07/2024 08:35:50	35.568.345/0001-20	R\$ 52,9000
12/07/2024 08:36:03	18.020.262/0001-83	R\$ 52,0000
12/07/2024 08:36:08	35.568.345/0001-20	R\$ 51,9000
12/07/2024 08:36:18	18.020.262/0001-83	R\$ 51,0000

Assinado por: RENAN FELIPE DA SILVA LIMA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://brasil.1doc.com.br/verificacao/180550D622EC73732C2870E7>



Data/hora	Participante	Lance
12/07/2024 08:36:26	35.568.345/0001-20	R\$ 50,9000
12/07/2024 08:36:30	18.020.262/0001-83	R\$ 50,0000

Mensagens do chat do Item 3

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	12/07/2024 08:15:00	O item 3 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	12/07/2024 08:38:31	O item 3 está encerrado.
Sistema para o participante 18.020.262/0001-83	12/07/2024 09:22:51	Sr. Fornecedor W2M CONSTRUTORA LTDA, CNPJ 18.020.262/0001-83, você foi convocado para enviar anexos para o item 3. Prazo para encerrar o envio: 11:25:00 do dia 12/07/2024. Justificativa: Proposta itens 3 e 4..
Sistema para o participante 18.020.262/0001-83	12/07/2024 09:23:09	Senhor fornecedor, favor encaminhar proposta para os itens 3 e 4.
pelo participante 18.020.262/0001-83	12/07/2024 09:37:54	pode ser anexado o anexo só em um item? ou precisa ser colocado nos dois itens?
Sistema para o participante 18.020.262/0001-83	12/07/2024 09:38:38	Uma única proposta para todos os itens. Anexe no item convocado, por gentileza.
Sistema para o participante 18.020.262/0001-83	12/07/2024 10:48:11	Senhor fornecedor, vai conseguir encaminhar a proposta?
pelo participante 18.020.262/0001-83	12/07/2024 10:50:37	ja foram anexados
Sistema para o participante 18.020.262/0001-83	12/07/2024 10:52:01	Então envie, por gentileza.
pelo participante 18.020.262/0001-83	12/07/2024 10:54:19	O item 3 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 10:54:19 de 12/07/2024. 2 anexos foram enviados pelo fornecedor W2M CONSTRUTORA LTDA, CNPJ 18.020.262/0001-83.
pelo participante 18.020.262/0001-83	12/07/2024 10:54:35	Enviado
Sistema	12/07/2024 10:55:07	O item 3 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 12/07/2024 11:05:07.
Sistema	12/07/2024 11:05:56	O item 3 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 12/07/2024 11:15:56.

Eventos do Item 3

Data/Hora	Descrição
12/07/2024 08:15:00	Item aberto para lances.
12/07/2024 08:38:31	Item com etapa aberta encerrada.
12/07/2024 08:38:31	Item encerrado para lances.
12/07/2024 09:22:51	Fornecedor W2M CONSTRUTORA LTDA, CNPJ 18.020.262/0001-83 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerramento: 12/07/2024 11:25:00. Motivo: Proposta itens 3 e 4..
12/07/2024 10:54:19	Fornecedor W2M CONSTRUTORA LTDA, CNPJ 18.020.262/0001-83 finalizou o envio de anexo.
12/07/2024 10:55:07	Fornecedor W2M CONSTRUTORA LTDA, CNPJ 18.020.262/0001-83 teve a proposta aceita, melhor lance: R\$ 50,0000.

12/07/2024 11:19





Data/Hora	Descrição
12/07/2024 11:05:56	Fornecedor W2M CONSTRUTORA LTDA, CNPJ 18.020.262/0001-83 foi habilitado.
12/07/2024 11:19:10	Encerramento da sessão 1 de julgamento / habilitação.



TERMO DE JULGAMENTO  
UASG 987933 - PREF.MUN.DE UBIRATA - PR  
PREGÃO 90051/2024

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021  
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto  
Compra emergencial: Não  
Objeto da compra: Registro de preços visando a aquisição de tampas e tubos em concreto.  
Entrega de propostas: De 01/07/2024 às 08:00 até 12/07/2024 às 08:15  
Abertura da sessão pública: Dia 12/07/2024 às 08:15 (horário de Brasília)

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	12/07/2024 às 08:15:00	A sessão pública está aberta. Até 5 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 12:00 e entre 13:30 e 16:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	12/07/2024 às 09:21:35	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	12/07/2024 às 11:04:58	Senhores, os documentos de habilitação das empresas obtidos no SICAF constam no Portal da Transparência do Município, caso desejem verificá-los.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
12/07/2024 às 08:15:00	Abertura da sessão pública
12/07/2024 às 09:21:35	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 4 - Tubo concreto

Tubo Concreto Diâmetro Nominal: 600 MM, Comprimento: 1 M, Espessura: 60 MM, Tipo: Vibro-Prensagem , Aplicação: Sistema Saneamento Básico Águas Pluviais		
Valor estimado:	R\$ 152,3100	Critério de julgamento: Menor Preço
Quantidade:	200	Unidade de fornecimento: Unidade
Intervalo mínimo entre lances:	R\$ 0,1000	
Tratamento Diferenciado	Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)	
Situação:	Aguardando adjudicação	

Aceito e Habilitado por CPF \*\*\*.130.\*\*\*-1 - RENAN FELIPE DA SILVA LIMA para W2M CONSTRUTORA LTDA, CNPJ 18.020.262/0001-83, melhor lance: R\$ 80,0000

Propostas do Item 4

(D) Declarante MeEpp/Equiparada (Art. 3ª da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006)

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
18.020.262/0001-83 - W2M CONSTRUTORA LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 80,0000	Fornecedor habilitado
Marca/Fabricante: PRÓPRIA Modelo/versão: PRÓPRIA Valor proposta: R\$ 149,0000      Valor negociado: Não informado      Quantidade ofertada: 200		
35.568.345/0001-20 - M G LOPES PASTRO Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 80,9000	-
Marca/Fabricante: ART LAJES Modelo/versão: TUBO 60CM Valor proposta: R\$ 152,3100      Valor negociado: Não informado      Quantidade ofertada: 200		
49.649.839/0001-44 - MWV DISTRIBUIDORA LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 200,0000	-
Marca/Fabricante: m Modelo/versão: m Valor proposta: R\$ 200,0000      Valor negociado: Não informado      Quantidade ofertada: 200		
17.155.411/0001-59 - MACANEIRO & GONZAGA LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 127,9000	-
Marca/Fabricante: PROPRIA Modelo/versão: PONTA BOLSA Valor proposta: R\$ 152,3100      Valor negociado: Não informado      Quantidade ofertada: 200		

Lances do Item 4

Data/hora	Participante	Lance
12/07/2024 08:15:31	35.568.345/0001-20	R\$ 148,9000
12/07/2024 08:16:03	17.155.411/0001-59	R\$ 148,8000
12/07/2024 08:16:07	35.568.345/0001-20	R\$ 148,7000
12/07/2024 08:16:23	18.020.262/0001-83	R\$ 148,6000
12/07/2024 08:17:17	35.568.345/0001-20	R\$ 148,5000

Data/hora	Participante	Lance
12/07/2024 08:17:24	17.155.411/0001-59	R\$ 148,4000
12/07/2024 08:17:28	35.568.345/0001-20	R\$ 148,3000
12/07/2024 08:17:34	18.020.262/0001-83	R\$ 148,0000
12/07/2024 08:17:39	35.568.345/0001-20	R\$ 147,9000
12/07/2024 08:17:54	18.020.262/0001-83	R\$ 147,8000
12/07/2024 08:18:05	35.568.345/0001-20	R\$ 147,7000
12/07/2024 08:18:47	18.020.262/0001-83	R\$ 146,0000
12/07/2024 08:18:52	35.568.345/0001-20	R\$ 145,9000
12/07/2024 08:19:06	18.020.262/0001-83	R\$ 145,0000
12/07/2024 08:19:30	35.568.345/0001-20	R\$ 144,9000
12/07/2024 08:20:21	18.020.262/0001-83	R\$ 144,0000
12/07/2024 08:20:29	35.568.345/0001-20	R\$ 143,9000
12/07/2024 08:20:38	18.020.262/0001-83	R\$ 143,0000
12/07/2024 08:20:42	35.568.345/0001-20	R\$ 142,9000
12/07/2024 08:20:50	18.020.262/0001-83	R\$ 142,0000
12/07/2024 08:21:03	17.155.411/0001-59	R\$ 141,9000
12/07/2024 08:21:07	18.020.262/0001-83	R\$ 140,0000
12/07/2024 08:21:28	35.568.345/0001-20	R\$ 139,9000
12/07/2024 08:21:44	18.020.262/0001-83	R\$ 137,0000
12/07/2024 08:22:15	35.568.345/0001-20	R\$ 136,9000
12/07/2024 08:22:27	18.020.262/0001-83	R\$ 135,0000
12/07/2024 08:22:28	17.155.411/0001-59	R\$ 136,8000
12/07/2024 08:22:37	17.155.411/0001-59	R\$ 134,9000
12/07/2024 08:22:58	18.020.262/0001-83	R\$ 133,0000
12/07/2024 08:23:11	17.155.411/0001-59	R\$ 132,9000
12/07/2024 08:23:18	35.568.345/0001-20	R\$ 132,8000
12/07/2024 08:23:22	18.020.262/0001-83	R\$ 130,0000
12/07/2024 08:23:39	35.568.345/0001-20	R\$ 129,9000
12/07/2024 08:23:44	18.020.262/0001-83	R\$ 129,0000
12/07/2024 08:23:51	35.568.345/0001-20	R\$ 128,9000
12/07/2024 08:24:00	17.155.411/0001-59	R\$ 128,8000
12/07/2024 08:24:12	35.568.345/0001-20	R\$ 128,7000
12/07/2024 08:24:19	18.020.262/0001-83	R\$ 128,0000
12/07/2024 08:24:30	17.155.411/0001-59	R\$ 127,9000
12/07/2024 08:24:34	35.568.345/0001-20	R\$ 127,8000

Assinado por: RENAN FELIPE DA SILVA LIMA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://tribuna1.doc.com.br/verificacao/180550D6-22EC-7373> e informe o código 1805-5036-22EC-7373

Data/hora	Participante	Lance
12/07/2024 08:24:41	18.020.262/0001-83	R\$ 127,0000
12/07/2024 08:24:48	35.568.345/0001-20	R\$ 126,9000
12/07/2024 08:24:54	18.020.262/0001-83	R\$ 126,0000
12/07/2024 08:24:57	35.568.345/0001-20	R\$ 125,9000
12/07/2024 08:25:14	18.020.262/0001-83	R\$ 125,0000
12/07/2024 08:25:20	35.568.345/0001-20	R\$ 124,9000
12/07/2024 08:25:45	18.020.262/0001-83	R\$ 124,0000
12/07/2024 08:25:51	35.568.345/0001-20	R\$ 123,9000
12/07/2024 08:26:06	18.020.262/0001-83	R\$ 120,0000
12/07/2024 08:27:05	35.568.345/0001-20	R\$ 119,9000
12/07/2024 08:27:11	18.020.262/0001-83	R\$ 119,0000
12/07/2024 08:27:59	35.568.345/0001-20	R\$ 118,9000
12/07/2024 08:28:16	18.020.262/0001-83	R\$ 118,8000
12/07/2024 08:28:48	35.568.345/0001-20	R\$ 118,7000
12/07/2024 08:29:19	18.020.262/0001-83	R\$ 118,5000
12/07/2024 08:29:31	35.568.345/0001-20	R\$ 118,4000
12/07/2024 08:29:39	18.020.262/0001-83	R\$ 118,0000
12/07/2024 08:30:18	35.568.345/0001-20	R\$ 117,9000
12/07/2024 08:30:29	18.020.262/0001-83	R\$ 117,0000
12/07/2024 08:31:17	35.568.345/0001-20	R\$ 116,9000
12/07/2024 08:31:24	18.020.262/0001-83	R\$ 116,0000
12/07/2024 08:31:39	35.568.345/0001-20	R\$ 115,9000
12/07/2024 08:31:42	18.020.262/0001-83	R\$ 115,0000
12/07/2024 08:31:47	35.568.345/0001-20	R\$ 114,9000
12/07/2024 08:31:53	18.020.262/0001-83	R\$ 114,0000
12/07/2024 08:31:59	35.568.345/0001-20	R\$ 113,9000
12/07/2024 08:32:08	18.020.262/0001-83	R\$ 113,0000
12/07/2024 08:32:48	35.568.345/0001-20	R\$ 112,9000
12/07/2024 08:32:50	18.020.262/0001-83	R\$ 112,0000
12/07/2024 08:33:32	35.568.345/0001-20	R\$ 111,9000
12/07/2024 08:33:42	18.020.262/0001-83	R\$ 111,0000
12/07/2024 08:33:51	35.568.345/0001-20	R\$ 110,9000
12/07/2024 08:33:54	18.020.262/0001-83	R\$ 110,0000
12/07/2024 08:34:08	35.568.345/0001-20	R\$ 109,9000
12/07/2024 08:34:19	18.020.262/0001-83	R\$ 109,0000

Assinado por: RENAN FELIPE DA SILVA LIMA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://tribuna1.doc.com.br/verificacao/180550D6-22EC-7373> e informe o código 1805-5036-22EC-7373

Data/hora	Participante	Lance
12/07/2024 08:35:04	35.568.345/0001-20	R\$ 108,9000
12/07/2024 08:35:11	18.020.262/0001-83	R\$ 108,0000
12/07/2024 08:35:31	35.568.345/0001-20	R\$ 107,9000
12/07/2024 08:35:36	18.020.262/0001-83	R\$ 107,0000
12/07/2024 08:35:43	35.568.345/0001-20	R\$ 106,9000
12/07/2024 08:35:48	18.020.262/0001-83	R\$ 106,0000
12/07/2024 08:35:58	35.568.345/0001-20	R\$ 105,9000
12/07/2024 08:36:09	18.020.262/0001-83	R\$ 105,0000
12/07/2024 08:36:32	35.568.345/0001-20	R\$ 104,9000
12/07/2024 08:36:37	18.020.262/0001-83	R\$ 103,0000
12/07/2024 08:36:56	35.568.345/0001-20	R\$ 102,9000
12/07/2024 08:37:06	18.020.262/0001-83	R\$ 102,0000
12/07/2024 08:37:13	35.568.345/0001-20	R\$ 101,9000
12/07/2024 08:37:18	18.020.262/0001-83	R\$ 101,0000
12/07/2024 08:37:22	35.568.345/0001-20	R\$ 100,9000
12/07/2024 08:37:28	18.020.262/0001-83	R\$ 100,0000
12/07/2024 08:37:37	35.568.345/0001-20	R\$ 99,9000
12/07/2024 08:37:43	18.020.262/0001-83	R\$ 99,0000
12/07/2024 08:38:31	35.568.345/0001-20	R\$ 98,9000
12/07/2024 08:38:48	18.020.262/0001-83	R\$ 98,0000
12/07/2024 08:38:56	35.568.345/0001-20	R\$ 97,9000
12/07/2024 08:39:14	18.020.262/0001-83	R\$ 97,0000
12/07/2024 08:39:40	35.568.345/0001-20	R\$ 97,6000
12/07/2024 08:39:49	35.568.345/0001-20	R\$ 96,9000
12/07/2024 08:40:00	18.020.262/0001-83	R\$ 96,8000
12/07/2024 08:40:04	35.568.345/0001-20	R\$ 96,7000
12/07/2024 08:40:12	18.020.262/0001-83	R\$ 96,6000
12/07/2024 08:40:16	35.568.345/0001-20	R\$ 96,5000
12/07/2024 08:40:20	18.020.262/0001-83	R\$ 96,0000
12/07/2024 08:40:24	35.568.345/0001-20	R\$ 95,9000
12/07/2024 08:40:28	18.020.262/0001-83	R\$ 95,0000
12/07/2024 08:40:36	35.568.345/0001-20	R\$ 94,9000
12/07/2024 08:40:40	18.020.262/0001-83	R\$ 94,0000
12/07/2024 08:40:43	35.568.345/0001-20	R\$ 93,9000
12/07/2024 08:40:48	18.020.262/0001-83	R\$ 93,0000

Assinado por: RENAN FELIPE DA SILVA LIMA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://tribalata.1doc.com.br/verificacao/180550D6-22EC-7373> e informe o código 1805-50D6-22EC-7373

Data/hora	Participante	Lance
12/07/2024 08:41:25	35.568.345/0001-20	R\$ 92,9000
12/07/2024 08:41:36	18.020.262/0001-83	R\$ 92,0000
12/07/2024 08:41:54	35.568.345/0001-20	R\$ 91,9000
12/07/2024 08:41:58	18.020.262/0001-83	R\$ 91,0000
12/07/2024 08:42:03	35.568.345/0001-20	R\$ 90,0000
12/07/2024 08:42:13	18.020.262/0001-83	R\$ 89,9000
12/07/2024 08:42:25	35.568.345/0001-20	R\$ 89,8000
12/07/2024 08:42:30	18.020.262/0001-83	R\$ 89,7000
12/07/2024 08:42:37	35.568.345/0001-20	R\$ 87,6000
12/07/2024 08:42:45	18.020.262/0001-83	R\$ 87,0000
12/07/2024 08:42:58	35.568.345/0001-20	R\$ 86,9000
12/07/2024 08:43:15	18.020.262/0001-83	R\$ 86,0000
12/07/2024 08:43:20	35.568.345/0001-20	R\$ 85,9000
12/07/2024 08:43:27	18.020.262/0001-83	R\$ 85,0000
12/07/2024 08:43:32	35.568.345/0001-20	R\$ 84,9000
12/07/2024 08:43:36	18.020.262/0001-83	R\$ 84,0000
12/07/2024 08:43:39	35.568.345/0001-20	R\$ 83,9000
12/07/2024 08:43:46	18.020.262/0001-83	R\$ 83,0000
12/07/2024 08:43:50	35.568.345/0001-20	R\$ 82,9000
12/07/2024 08:44:01	18.020.262/0001-83	R\$ 82,0000
12/07/2024 08:44:08	35.568.345/0001-20	R\$ 81,9000
12/07/2024 08:44:12	18.020.262/0001-83	R\$ 81,0000
12/07/2024 08:44:16	35.568.345/0001-20	R\$ 80,9000
12/07/2024 08:44:25	18.020.262/0001-83	R\$ 80,0000

Mensagens do chat do Item 4

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	12/07/2024 08:15:00	O item 4 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	12/07/2024 08:46:26	O item 4 está encerrado.
Sistema	12/07/2024 10:55:25	O item 4 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 12/07/2024 11:05:25.
Sistema	12/07/2024 11:06:10	O item 4 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 12/07/2024 11:16:10.

Eventos do Item 4

Data/Hora	Descrição
-----------	-----------

Data/Hora	Descrição
12/07/2024 08:15:00	Item aberto para lances.
12/07/2024 08:46:26	Item com etapa aberta encerrada.
12/07/2024 08:46:26	Item encerrado para lances.
12/07/2024 10:55:25	Fornecedor W2M CONSTRUTORA LTDA, CNPJ 18.020.262/0001-83 teve a proposta aceita, melhor lance: R\$ 80,0000.
12/07/2024 11:06:10	Fornecedor W2M CONSTRUTORA LTDA, CNPJ 18.020.262/0001-83 foi habilitado.
12/07/2024 11:19:10	Encerramento da sessão 1 de julgamento / habilitação.





TERMO DE JULGAMENTO  
UASG 987933 - PREF.MUN.DE UBIRATA - PR  
PREGÃO 90051/2024

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021  
Característica: SRP - Registro de Preço  
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto  
Modo de disputa: Aberto  
Compra emergencial: Não  
Objeto da compra: Registro de preços visando a aquisição de tampas e tubos em concreto.  
Entrega de propostas: De 01/07/2024 às 08:00 até 12/07/2024 às 08:15  
Abertura da sessão pública: Dia 12/07/2024 às 08:15 (horário de Brasília)

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	12/07/2024 às 08:15:00	A sessão pública está aberta. Até 5 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 12:00 e entre 13:30 e 16:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	12/07/2024 às 09:21:35	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	12/07/2024 às 11:04:58	Senhores, os documentos de habilitação das empresas obtidos no SICAF constam no Portal da Transparência do Município, caso desejem verificá-los.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
12/07/2024 às 08:15:00	Abertura da sessão pública
12/07/2024 às 09:21:35	Início da etapa de julgamento de propostas



Item 5 - Tubo concreto

Tubo Concreto Diâmetro Nominal: 1.000 MM, Comprimento: 1 M, Espessura: 80 MM, Tipo: Vibro-Prensagem , Aplicação: Sistema Saneamento Básico Águas Pluviais

Valor estimado:R\$ 594,1300

Critério de julgamento:Menor Preço

Quantidade:200

Unidade de fornecimento:Unidade

Intervalo mínimo entre lances:R\$ 0,1000

Situação:Aguardando adjudicação

Aceito e Habilitado por CPF \*\*\*.130.\*\*\*-1 - RENAN FELIPE DA SILVA LIMA para M G LOPES PASTRO, CNPJ 35.568.345/0001-20, melhor lance: R\$ 359,9000

Propostas do Item 5

(D) Declarante MeEpp/Equiparada (Art. 3ª da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006)

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
35.568.345/0001-20 - M G LOPES PASTRO Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 359,9000	Fornecedor habilitado
Marca/Fabricante: ART LAJES Modelo/versão: TUBO 1MT Valor proposta: R\$ 594,1300	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 200
17.155.411/0001-59 - MACANEIRO & GONZAGA LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 456,0000	-
Marca/Fabricante: PROPRIA Modelo/versão: PONTA BOLSA Valor proposta: R\$ 594,1300	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 200
49.649.839/0001-44 - MWV DISTRIBUIDORA LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 599,0000	-
Marca/Fabricante: m Modelo/versão: m Valor proposta: R\$ 599,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 200
18.020.262/0001-83 - W2M CONSTRUTORA LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 360,0000	-
Marca/Fabricante: PRÓPRIA Modelo/versão: PRÓPRIA Valor proposta: R\$ 590,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 200

Lances do Item 5

Data/hora	Participante	Lance
12/07/2024 08:15:39	35.568.345/0001-20	R\$ 589,5000
12/07/2024 08:16:11	17.155.411/0001-59	R\$ 589,4000
12/07/2024 08:16:18	18.020.262/0001-83	R\$ 589,3000
12/07/2024 08:16:26	35.568.345/0001-20	R\$ 589,2000
12/07/2024 08:17:01	18.020.262/0001-83	R\$ 589,0000

Data/hora	Participante	Lance
12/07/2024 08:17:22	35.568.345/0001-20	R\$ 588,9000
12/07/2024 08:17:35	17.155.411/0001-59	R\$ 588,8000
12/07/2024 08:17:41	18.020.262/0001-83	R\$ 588,0000
12/07/2024 08:17:44	35.568.345/0001-20	R\$ 587,9000
12/07/2024 08:18:02	18.020.262/0001-83	R\$ 587,8000
12/07/2024 08:18:13	35.568.345/0001-20	R\$ 587,7000
12/07/2024 08:18:52	18.020.262/0001-83	R\$ 585,0000
12/07/2024 08:18:57	35.568.345/0001-20	R\$ 584,9000
12/07/2024 08:19:14	18.020.262/0001-83	R\$ 584,0000
12/07/2024 08:19:37	35.568.345/0001-20	R\$ 583,9000
12/07/2024 08:20:31	18.020.262/0001-83	R\$ 583,0000
12/07/2024 08:20:35	35.568.345/0001-20	R\$ 582,9000
12/07/2024 08:20:42	18.020.262/0001-83	R\$ 582,0000
12/07/2024 08:20:46	35.568.345/0001-20	R\$ 581,9000
12/07/2024 08:21:13	17.155.411/0001-59	R\$ 581,8000
12/07/2024 08:21:16	18.020.262/0001-83	R\$ 570,0000
12/07/2024 08:21:37	35.568.345/0001-20	R\$ 569,9000
12/07/2024 08:21:50	18.020.262/0001-83	R\$ 565,0000
12/07/2024 08:22:25	35.568.345/0001-20	R\$ 564,9000
12/07/2024 08:22:33	18.020.262/0001-83	R\$ 564,0000
12/07/2024 08:22:43	17.155.411/0001-59	R\$ 563,9000
12/07/2024 08:23:03	18.020.262/0001-83	R\$ 560,0000
12/07/2024 08:23:21	17.155.411/0001-59	R\$ 559,9000
12/07/2024 08:23:26	18.020.262/0001-83	R\$ 550,0000
12/07/2024 08:23:35	35.568.345/0001-20	R\$ 549,9000
12/07/2024 08:23:50	18.020.262/0001-83	R\$ 549,0000
12/07/2024 08:24:15	17.155.411/0001-59	R\$ 548,9000
12/07/2024 08:24:22	35.568.345/0001-20	R\$ 548,8000
12/07/2024 08:24:23	18.020.262/0001-83	R\$ 548,0000
12/07/2024 08:24:28	35.568.345/0001-20	R\$ 547,9000
12/07/2024 08:24:35	18.020.262/0001-83	R\$ 547,0000
12/07/2024 08:24:52	35.568.345/0001-20	R\$ 546,9000
12/07/2024 08:25:02	18.020.262/0001-83	R\$ 546,0000
12/07/2024 08:25:17	17.155.411/0001-59	R\$ 545,9000
12/07/2024 08:25:28	35.568.345/0001-20	R\$ 545,8000

Assinado por: RENAN FELIPE DA SILVA LIMA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://brasil.1doc.com.br/verificacao/180550D622EC73732C2870E7>

Data/hora	Participante	Lance
12/07/2024 08:25:37	17.155.411/0001-59	R\$ 545,7000
12/07/2024 08:25:50	18.020.262/0001-83	R\$ 542,0000
12/07/2024 08:26:07	17.155.411/0001-59	R\$ 541,9000
12/07/2024 08:26:12	18.020.262/0001-83	R\$ 541,0000
12/07/2024 08:26:41	17.155.411/0001-59	R\$ 540,9000
12/07/2024 08:26:49	18.020.262/0001-83	R\$ 540,0000
12/07/2024 08:27:09	35.568.345/0001-20	R\$ 539,9000
12/07/2024 08:27:24	18.020.262/0001-83	R\$ 539,8000
12/07/2024 08:27:33	17.155.411/0001-59	R\$ 539,7000
12/07/2024 08:27:44	18.020.262/0001-83	R\$ 539,6000
12/07/2024 08:28:03	35.568.345/0001-20	R\$ 539,5000
12/07/2024 08:28:09	18.020.262/0001-83	R\$ 539,0000
12/07/2024 08:28:45	17.155.411/0001-59	R\$ 538,9000
12/07/2024 08:28:57	35.568.345/0001-20	R\$ 538,7000
12/07/2024 08:29:28	18.020.262/0001-83	R\$ 538,6000
12/07/2024 08:29:36	35.568.345/0001-20	R\$ 538,5000
12/07/2024 08:29:43	18.020.262/0001-83	R\$ 538,0000
12/07/2024 08:29:45	17.155.411/0001-59	R\$ 535,0000
12/07/2024 08:29:52	18.020.262/0001-83	R\$ 530,0000
12/07/2024 08:30:01	17.155.411/0001-59	R\$ 529,9000
12/07/2024 08:30:34	18.020.262/0001-83	R\$ 529,0000
12/07/2024 08:30:46	17.155.411/0001-59	R\$ 528,0000
12/07/2024 08:30:52	18.020.262/0001-83	R\$ 527,0000
12/07/2024 08:31:22	35.568.345/0001-20	R\$ 526,9000
12/07/2024 08:31:30	18.020.262/0001-83	R\$ 526,0000
12/07/2024 08:31:43	35.568.345/0001-20	R\$ 525,9000
12/07/2024 08:31:46	17.155.411/0001-59	R\$ 525,0000
12/07/2024 08:31:50	35.568.345/0001-20	R\$ 524,9000
12/07/2024 08:31:57	18.020.262/0001-83	R\$ 524,0000
12/07/2024 08:32:03	35.568.345/0001-20	R\$ 523,9000
12/07/2024 08:32:17	18.020.262/0001-83	R\$ 523,0000
12/07/2024 08:32:46	17.155.411/0001-59	R\$ 522,5000
12/07/2024 08:32:55	35.568.345/0001-20	R\$ 522,4000
12/07/2024 08:32:56	18.020.262/0001-83	R\$ 522,0000
12/07/2024 08:33:28	35.568.345/0001-20	R\$ 521,9000

Assinado por: RENAN FELIPE DA SILVA LIMA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://tribuna1.doc.com.br/verificacao/180550D6-22EC-7373> e informe o código 1805-5036-22EC-7373

Data/hora	Participante	Lance
12/07/2024 08:33:37	18.020.262/0001-83	R\$ 521,0000
12/07/2024 08:33:44	35.568.345/0001-20	R\$ 520,9000
12/07/2024 08:33:51	18.020.262/0001-83	R\$ 520,0000
12/07/2024 08:33:58	17.155.411/0001-59	R\$ 519,9000
12/07/2024 08:34:03	35.568.345/0001-20	R\$ 519,8000
12/07/2024 08:34:24	18.020.262/0001-83	R\$ 519,0000
12/07/2024 08:34:24	17.155.411/0001-59	R\$ 519,7000
12/07/2024 08:34:31	17.155.411/0001-59	R\$ 518,9000
12/07/2024 08:34:37	18.020.262/0001-83	R\$ 515,0000
12/07/2024 08:34:48	35.568.345/0001-20	R\$ 514,9000
12/07/2024 08:34:54	18.020.262/0001-83	R\$ 514,0000
12/07/2024 08:34:59	35.568.345/0001-20	R\$ 513,9000
12/07/2024 08:35:07	18.020.262/0001-83	R\$ 513,0000
12/07/2024 08:35:28	17.155.411/0001-59	R\$ 512,9000
12/07/2024 08:35:37	35.568.345/0001-20	R\$ 512,8000
12/07/2024 08:35:40	18.020.262/0001-83	R\$ 512,0000
12/07/2024 08:35:46	35.568.345/0001-20	R\$ 511,9000
12/07/2024 08:35:54	18.020.262/0001-83	R\$ 510,0000
12/07/2024 08:36:03	35.568.345/0001-20	R\$ 509,9000
12/07/2024 08:36:24	18.020.262/0001-83	R\$ 505,0000
12/07/2024 08:37:00	35.568.345/0001-20	R\$ 504,9000
12/07/2024 08:37:23	18.020.262/0001-83	R\$ 503,0000
12/07/2024 08:37:26	35.568.345/0001-20	R\$ 502,9000
12/07/2024 08:37:33	18.020.262/0001-83	R\$ 502,0000
12/07/2024 08:37:42	35.568.345/0001-20	R\$ 501,9000
12/07/2024 08:37:49	18.020.262/0001-83	R\$ 500,0000
12/07/2024 08:38:20	17.155.411/0001-59	R\$ 499,9000
12/07/2024 08:38:25	18.020.262/0001-83	R\$ 499,0000
12/07/2024 08:38:35	35.568.345/0001-20	R\$ 498,9000
12/07/2024 08:38:43	17.155.411/0001-59	R\$ 498,8000
12/07/2024 08:38:52	35.568.345/0001-20	R\$ 498,7000
12/07/2024 08:38:54	18.020.262/0001-83	R\$ 498,0000
12/07/2024 08:39:03	35.568.345/0001-20	R\$ 497,9000
12/07/2024 08:39:19	18.020.262/0001-83	R\$ 497,0000
12/07/2024 08:39:30	17.155.411/0001-59	R\$ 496,9000

Assinado por: RENAN FELIPE DA SILVA LIMA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://brasil.1doc.com.br/verificacao/180550D6-22EC-7373> e informe o código 1805-5036-22EC-7373

Data/hora	Participante	Lance
12/07/2024 08:39:36	18.020.262/0001-83	R\$ 496,0000
12/07/2024 08:39:54	35.568.345/0001-20	R\$ 495,9000
12/07/2024 08:39:59	17.155.411/0001-59	R\$ 495,8000
12/07/2024 08:40:07	18.020.262/0001-83	R\$ 495,5000
12/07/2024 08:40:07	35.568.345/0001-20	R\$ 495,7000
12/07/2024 08:40:12	35.568.345/0001-20	R\$ 495,4000
12/07/2024 08:40:16	18.020.262/0001-83	R\$ 495,0000
12/07/2024 08:40:20	35.568.345/0001-20	R\$ 494,9000
12/07/2024 08:40:24	18.020.262/0001-83	R\$ 494,0000
12/07/2024 08:40:32	35.568.345/0001-20	R\$ 493,0000
12/07/2024 08:40:36	18.020.262/0001-83	R\$ 492,0000
12/07/2024 08:40:39	17.155.411/0001-59	R\$ 492,9000
12/07/2024 08:40:40	35.568.345/0001-20	R\$ 491,0000
12/07/2024 08:40:44	18.020.262/0001-83	R\$ 490,0000
12/07/2024 08:40:57	17.155.411/0001-59	R\$ 489,9000
12/07/2024 08:41:12	18.020.262/0001-83	R\$ 489,0000
12/07/2024 08:41:30	35.568.345/0001-20	R\$ 488,9000
12/07/2024 08:41:43	18.020.262/0001-83	R\$ 488,0000
12/07/2024 08:41:59	35.568.345/0001-20	R\$ 487,9000
12/07/2024 08:42:04	18.020.262/0001-83	R\$ 487,0000
12/07/2024 08:42:12	17.155.411/0001-59	R\$ 486,9000
12/07/2024 08:42:18	18.020.262/0001-83	R\$ 486,0000
12/07/2024 08:42:30	35.568.345/0001-20	R\$ 485,9000
12/07/2024 08:42:35	18.020.262/0001-83	R\$ 485,0000
12/07/2024 08:42:42	17.155.411/0001-59	R\$ 484,0000
12/07/2024 08:42:51	18.020.262/0001-83	R\$ 483,0000
12/07/2024 08:42:51	35.568.345/0001-20	R\$ 483,9000
12/07/2024 08:42:55	35.568.345/0001-20	R\$ 482,9000
12/07/2024 08:43:01	18.020.262/0001-83	R\$ 482,0000
12/07/2024 08:43:07	35.568.345/0001-20	R\$ 481,9000
12/07/2024 08:43:11	17.155.411/0001-59	R\$ 481,8000
12/07/2024 08:43:17	35.568.345/0001-20	R\$ 481,7000
12/07/2024 08:43:20	18.020.262/0001-83	R\$ 481,0000
12/07/2024 08:43:26	35.568.345/0001-20	R\$ 480,9000
12/07/2024 08:43:32	18.020.262/0001-83	R\$ 480,0000

Assinado por: RENAN FELIPE DA SILVA LIMA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://tribuna1.doc.com.br/verificacao/180550D6-22EC-7373> e informe o código 1805-5036-22EC-7373



Data/hora	Participante	Lance
12/07/2024 08:43:37	35.568.345/0001-20	R\$ 479,9000
12/07/2024 08:43:41	18.020.262/0001-83	R\$ 478,0000
12/07/2024 08:43:46	35.568.345/0001-20	R\$ 477,9000
12/07/2024 08:43:51	18.020.262/0001-83	R\$ 477,0000
12/07/2024 08:43:52	17.155.411/0001-59	R\$ 477,5000
12/07/2024 08:44:01	17.155.411/0001-59	R\$ 476,5000
12/07/2024 08:44:05	35.568.345/0001-20	R\$ 476,4000
12/07/2024 08:44:08	18.020.262/0001-83	R\$ 476,0000
12/07/2024 08:44:13	35.568.345/0001-20	R\$ 475,9000
12/07/2024 08:44:20	18.020.262/0001-83	R\$ 475,0000
12/07/2024 08:44:25	35.568.345/0001-20	R\$ 474,9000
12/07/2024 08:44:41	18.020.262/0001-83	R\$ 474,0000
12/07/2024 08:44:47	35.568.345/0001-20	R\$ 473,9000
12/07/2024 08:44:53	18.020.262/0001-83	R\$ 473,0000
12/07/2024 08:44:58	35.568.345/0001-20	R\$ 472,9000
12/07/2024 08:45:08	18.020.262/0001-83	R\$ 470,0000
12/07/2024 08:45:20	35.568.345/0001-20	R\$ 469,9000
12/07/2024 08:45:25	18.020.262/0001-83	R\$ 469,0000
12/07/2024 08:45:37	35.568.345/0001-20	R\$ 468,9000
12/07/2024 08:45:44	18.020.262/0001-83	R\$ 468,0000
12/07/2024 08:45:47	17.155.411/0001-59	R\$ 465,0000
12/07/2024 08:45:52	18.020.262/0001-83	R\$ 464,0000
12/07/2024 08:46:06	35.568.345/0001-20	R\$ 463,9000
12/07/2024 08:46:16	17.155.411/0001-59	R\$ 462,0000
12/07/2024 08:46:21	35.568.345/0001-20	R\$ 461,9000
12/07/2024 08:46:30	18.020.262/0001-83	R\$ 460,0000
12/07/2024 08:46:44	35.568.345/0001-20	R\$ 459,9000
12/07/2024 08:46:50	18.020.262/0001-83	R\$ 459,0000
12/07/2024 08:46:58	35.568.345/0001-20	R\$ 458,9000
12/07/2024 08:47:03	18.020.262/0001-83	R\$ 458,0000
12/07/2024 08:47:07	35.568.345/0001-20	R\$ 457,9000
12/07/2024 08:47:15	18.020.262/0001-83	R\$ 457,0000
12/07/2024 08:47:19	17.155.411/0001-59	R\$ 456,0000
12/07/2024 08:47:21	35.568.345/0001-20	R\$ 456,9000
12/07/2024 08:47:24	35.568.345/0001-20	R\$ 455,9000

Assinado por: RENAN FELIPE DA SILVA LIMA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://brasil.1doc.com.br/verificacao/180550D622EC73732C2870E7>

Data/hora	Participante	Lance
12/07/2024 08:47:34	18.020.262/0001-83	R\$ 455,0000
12/07/2024 08:47:38	35.568.345/0001-20	R\$ 454,9000
12/07/2024 08:47:42	18.020.262/0001-83	R\$ 454,0000
12/07/2024 08:47:50	35.568.345/0001-20	R\$ 453,9000
12/07/2024 08:47:55	18.020.262/0001-83	R\$ 450,0000
12/07/2024 08:48:02	35.568.345/0001-20	R\$ 449,9000
12/07/2024 08:48:06	18.020.262/0001-83	R\$ 449,0000
12/07/2024 08:48:17	35.568.345/0001-20	R\$ 448,9000
12/07/2024 08:48:22	18.020.262/0001-83	R\$ 448,0000
12/07/2024 08:48:26	35.568.345/0001-20	R\$ 447,9000
12/07/2024 08:48:34	18.020.262/0001-83	R\$ 447,0000
12/07/2024 08:48:41	35.568.345/0001-20	R\$ 446,9000
12/07/2024 08:48:44	18.020.262/0001-83	R\$ 446,0000
12/07/2024 08:48:50	35.568.345/0001-20	R\$ 445,9000
12/07/2024 08:48:57	18.020.262/0001-83	R\$ 445,0000
12/07/2024 08:49:03	35.568.345/0001-20	R\$ 444,9000
12/07/2024 08:49:11	18.020.262/0001-83	R\$ 440,0000
12/07/2024 08:49:16	35.568.345/0001-20	R\$ 439,9000
12/07/2024 08:49:19	18.020.262/0001-83	R\$ 435,0000
12/07/2024 08:49:26	35.568.345/0001-20	R\$ 434,9000
12/07/2024 08:49:31	18.020.262/0001-83	R\$ 430,0000
12/07/2024 08:49:36	35.568.345/0001-20	R\$ 429,9000
12/07/2024 08:51:07	18.020.262/0001-83	R\$ 429,0000
12/07/2024 08:51:13	35.568.345/0001-20	R\$ 428,9000
12/07/2024 08:51:22	18.020.262/0001-83	R\$ 428,0000
12/07/2024 08:51:28	35.568.345/0001-20	R\$ 427,9000
12/07/2024 08:51:34	18.020.262/0001-83	R\$ 425,0000
12/07/2024 08:51:37	35.568.345/0001-20	R\$ 424,9000
12/07/2024 08:51:43	18.020.262/0001-83	R\$ 424,0000
12/07/2024 08:51:53	35.568.345/0001-20	R\$ 423,9000
12/07/2024 08:51:55	18.020.262/0001-83	R\$ 423,0000
12/07/2024 08:52:01	35.568.345/0001-20	R\$ 422,9000
12/07/2024 08:52:03	18.020.262/0001-83	R\$ 422,0000
12/07/2024 08:52:09	35.568.345/0001-20	R\$ 421,9000
12/07/2024 08:52:12	18.020.262/0001-83	R\$ 421,0000

Assinado por: RENAN FELIPE DA SILVA LIMA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://tribuna1.doc.com.br/verificacao/180550D6-22EC-7373> e informe o código 1805-5036-22EC-7373



Data/hora	Participante	Lance
12/07/2024 08:52:19	35.568.345/0001-20	R\$ 420,9000
12/07/2024 08:52:24	18.020.262/0001-83	R\$ 420,0000
12/07/2024 08:52:34	35.568.345/0001-20	R\$ 419,9000
12/07/2024 08:52:39	18.020.262/0001-83	R\$ 419,0000
12/07/2024 08:52:43	35.568.345/0001-20	R\$ 418,9000
12/07/2024 08:52:47	18.020.262/0001-83	R\$ 418,0000
12/07/2024 08:52:51	35.568.345/0001-20	R\$ 417,9000
12/07/2024 08:52:54	18.020.262/0001-83	R\$ 415,0000
12/07/2024 08:52:59	35.568.345/0001-20	R\$ 414,9000
12/07/2024 08:53:03	18.020.262/0001-83	R\$ 410,0000
12/07/2024 08:53:09	35.568.345/0001-20	R\$ 409,9000
12/07/2024 08:53:25	18.020.262/0001-83	R\$ 405,0000
12/07/2024 08:53:30	35.568.345/0001-20	R\$ 404,9000
12/07/2024 08:53:35	18.020.262/0001-83	R\$ 400,0000
12/07/2024 08:53:49	35.568.345/0001-20	R\$ 399,9000
12/07/2024 08:53:53	18.020.262/0001-83	R\$ 399,0000
12/07/2024 08:53:59	35.568.345/0001-20	R\$ 398,9000
12/07/2024 08:54:08	18.020.262/0001-83	R\$ 395,0000
12/07/2024 08:54:19	35.568.345/0001-20	R\$ 394,9000
12/07/2024 08:54:24	18.020.262/0001-83	R\$ 394,0000
12/07/2024 08:54:27	35.568.345/0001-20	R\$ 393,9000
12/07/2024 08:54:34	18.020.262/0001-83	R\$ 393,0000
12/07/2024 08:54:41	35.568.345/0001-20	R\$ 392,0000
12/07/2024 08:54:46	18.020.262/0001-83	R\$ 390,0000
12/07/2024 08:54:51	35.568.345/0001-20	R\$ 389,9000
12/07/2024 08:55:19	18.020.262/0001-83	R\$ 389,0000
12/07/2024 08:55:36	35.568.345/0001-20	R\$ 388,9000
12/07/2024 08:57:17	18.020.262/0001-83	R\$ 388,0000
12/07/2024 08:57:32	35.568.345/0001-20	R\$ 387,9000
12/07/2024 08:59:22	18.020.262/0001-83	R\$ 387,0000
12/07/2024 09:00:24	35.568.345/0001-20	R\$ 386,9000
12/07/2024 09:00:37	18.020.262/0001-83	R\$ 386,0000
12/07/2024 09:01:37	35.568.345/0001-20	R\$ 385,9000
12/07/2024 09:02:32	18.020.262/0001-83	R\$ 385,0000
12/07/2024 09:02:40	35.568.345/0001-20	R\$ 384,9000

Assinado por: RENAN FELIPE DA SILVA LIMA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://tribuna1.doc.com.br/verificacao/180550D6-22EC-7373> e informe o código 1805-50D6-22EC-7373

Data/hora	Participante	Lance
12/07/2024 09:02:47	18.020.262/0001-83	R\$ 384,0000
12/07/2024 09:02:52	35.568.345/0001-20	R\$ 383,9000
12/07/2024 09:02:56	18.020.262/0001-83	R\$ 383,0000
12/07/2024 09:03:01	35.568.345/0001-20	R\$ 382,9000
12/07/2024 09:03:05	18.020.262/0001-83	R\$ 380,0000
12/07/2024 09:03:19	35.568.345/0001-20	R\$ 379,9000
12/07/2024 09:04:05	18.020.262/0001-83	R\$ 379,0000
12/07/2024 09:04:19	35.568.345/0001-20	R\$ 378,9000
12/07/2024 09:04:26	18.020.262/0001-83	R\$ 378,0000
12/07/2024 09:04:31	35.568.345/0001-20	R\$ 377,9000
12/07/2024 09:06:17	18.020.262/0001-83	R\$ 377,0000
12/07/2024 09:07:25	35.568.345/0001-20	R\$ 376,9000
12/07/2024 09:07:48	18.020.262/0001-83	R\$ 376,0000
12/07/2024 09:07:53	35.568.345/0001-20	R\$ 375,9000
12/07/2024 09:08:28	18.020.262/0001-83	R\$ 375,0000
12/07/2024 09:09:22	35.568.345/0001-20	R\$ 374,9000
12/07/2024 09:09:29	18.020.262/0001-83	R\$ 374,0000
12/07/2024 09:10:01	35.568.345/0001-20	R\$ 373,9000
12/07/2024 09:11:51	18.020.262/0001-83	R\$ 373,0000
12/07/2024 09:12:08	35.568.345/0001-20	R\$ 372,9000
12/07/2024 09:12:12	18.020.262/0001-83	R\$ 372,0000
12/07/2024 09:12:26	35.568.345/0001-20	R\$ 371,9000
12/07/2024 09:12:27	18.020.262/0001-83	R\$ 371,0000
12/07/2024 09:12:31	35.568.345/0001-20	R\$ 370,9000
12/07/2024 09:12:34	18.020.262/0001-83	R\$ 370,0000
12/07/2024 09:12:53	35.568.345/0001-20	R\$ 369,9000
12/07/2024 09:12:59	18.020.262/0001-83	R\$ 369,0000
12/07/2024 09:13:03	35.568.345/0001-20	R\$ 368,9000
12/07/2024 09:13:09	18.020.262/0001-83	R\$ 368,0000
12/07/2024 09:13:13	35.568.345/0001-20	R\$ 367,9000
12/07/2024 09:13:17	18.020.262/0001-83	R\$ 367,0000
12/07/2024 09:13:24	35.568.345/0001-20	R\$ 366,9000
12/07/2024 09:13:25	18.020.262/0001-83	R\$ 366,0000
12/07/2024 09:13:32	35.568.345/0001-20	R\$ 365,9000
12/07/2024 09:13:36	18.020.262/0001-83	R\$ 365,0000

Assinado por: RENAN FELIPE DA SILVA LIMA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://tribuna1.doc.com.br/verificacao/180550D6-22EC-7373> e informe o código 1805-5036-22EC-7373

Data/hora	Participante	Lance
12/07/2024 09:13:45	35.568.345/0001-20	R\$ 364,9000
12/07/2024 09:15:25	18.020.262/0001-83	R\$ 364,0000
12/07/2024 09:15:40	35.568.345/0001-20	R\$ 363,9000
12/07/2024 09:17:04	18.020.262/0001-83	R\$ 363,8000
12/07/2024 09:17:14	35.568.345/0001-20	R\$ 363,7000
12/07/2024 09:17:21	18.020.262/0001-83	R\$ 363,0000
12/07/2024 09:17:34	35.568.345/0001-20	R\$ 362,9000
12/07/2024 09:17:45	18.020.262/0001-83	R\$ 362,0000
12/07/2024 09:17:50	35.568.345/0001-20	R\$ 361,9000
12/07/2024 09:18:01	18.020.262/0001-83	R\$ 361,0000
12/07/2024 09:18:09	35.568.345/0001-20	R\$ 360,9000
12/07/2024 09:18:16	18.020.262/0001-83	R\$ 360,0000
12/07/2024 09:18:23	35.568.345/0001-20	R\$ 359,9000

Mensagens do chat do Item 5

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	12/07/2024 08:15:00	O item 5 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	12/07/2024 09:20:24	O item 5 está encerrado.
Sistema	12/07/2024 09:51:49	O item 5 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 12/07/2024 10:01:49.
Sistema	12/07/2024 10:07:39	O item 5 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 12/07/2024 10:17:39.

Eventos do Item 5

Data/Hora	Descrição
12/07/2024 08:15:00	Item aberto para lances.
12/07/2024 09:20:24	Item com etapa aberta encerrada.
12/07/2024 09:20:24	Item encerrado para lances.
12/07/2024 09:51:49	Fornecedor M G LOPES PASTRO, CNPJ 35.568.345/0001-20 teve a proposta aceita, melhor lance: R\$ 359,9000.
12/07/2024 10:07:39	Fornecedor M G LOPES PASTRO, CNPJ 35.568.345/0001-20 foi habilitado.
12/07/2024 11:19:10	Encerramento da sessão 1 de julgamento / habilitação.





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 1805-50D6-22EC-7373

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



RENAN FELIPE DA SILVA LIMA (CPF 065.XXX.XXX-51) em 12/07/2024 11:24:18 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: AC Certisign RFB G5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5  
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/1805-50D6-22EC-7373>

**De:** Renan L. - SEMAD-LICIT-SP

**Para:** SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

**Data:** 12/07/2024 às 11:25:20

Na condição de Agente de Contratação do Município de Ubatã, encaminho o presente procedimento à Divisão de Licitação propondo sua adjudicação e homologação, conforme Relatório de Julgamento constante na Nota Interna anterior. Declaro que o julgamento da licitação, ato este sob minha responsabilidade, atendeu todos os requisitos estabelecidos pela legislação.

Atenciosamente,

Renan Felipe

Agente de Contratação

**Proc. Administrativo 13- 6.192/2024**

**De:** Diego B. - SEMAD-LICIT

**Para:** PGM-ASSEJUR - Assessoria Jurídica

**Data:** 12/07/2024 às 14:01:39

Solicito emissão de parecer jurídico conclusivo referente ao presente processo.

—

**Diego da Silva Bezerra**

Divisão de Licitação

## Proc. Administrativo 14- 6.192/2024

**De:** Bruna M. - PGM-ASSEJUR

**Para:** SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

**Data:** 16/07/2024 às 11:21:00

**Setores envolvidos:**

GP, PGM-ASSEJUR, SEMAD-LICIT, SEMFIP, SEMSUP, SEMVIS, SEMAD-LICIT-SP, SEMAD-SP, SEMFIP -CONT, CGM-AL

### Requisição 168 - Artefatos de cimento

Segue parecer conclusivo.

Att

—

**Bruna Correa Malheiro**  
*Advogada Pública*

**Anexos:**

PJC\_168.pdf

**PARECER JURIDICO CONCLUSIVO**

Submete-se a análise, o processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico cujo objeto é a aquisição de materiais para pontes, meio fio, boca de lobo, galerias pluviais, calçadas e cemitério.

Concluída a Sessão do Pregão Eletrônico, o procedimento licitatório foi encaminhado a assessoria jurídica para emissão de parecer jurídico conclusivo.

Antes, porém, é necessário frisar que, em momento anterior, esta assessoria jurídica, em atendimento ao Artigo 53 da Lei nº 14.133/21, examinou e aprovou a minuta de Edital e Contrato, bem como considerou regular o procedimento administrativo até aquela ocasião, nos exatos termos do parecer prévio transcrito anteriormente.

Após a manifestação supratranscrita, deu-se início à fase externa do certame e providenciou a publicação do Edital, convocando os interessados a apresentarem suas propostas. Saliente-se que entre a publicação e a abertura das propostas fora observado o prazo mínimo.

O edital do pregão eletrônico vem detalhando o objeto, o prazo de entrega, a fase de proposta, habilitação, julgamento e análise dos documentos, julgamento do recurso, documento aplicável, obrigações da contratada, e disposições gerais, bem como, amparada pela Lei 14.133/21.

No dia e horas designados para a seleção de proposta mais vantajosa as empresas encaminharam exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

Cumprindo todos os atos legais neste momento a advogada pública emite o seu parecer favorável em todo o processo de licitação em que os procedimentos de regularidade e a legalidade foram cumpridos, deva se dar prosseguimento homologando-o e efetivando a contratação do licitante vencedor.

Esse é o nosso parecer.

Ubiratã, 16 de julho de 2024.

Bruna Correa Malheiro  
Advogada Pública  
OAB-PR 88.976





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 505E-E3E1-7BF1-86A0

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



BRUNA CORREA MALHEIRO (CPF 063.XXX.XXX-23) em 16/07/2024 11:21:22 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/505E-E3E1-7BF1-86A0>

**Proc. Administrativo 15- 6.192/2024**

**De:** Diego B. - SEMAD-LICIT

**Para:** SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

**Data:** 16/07/2024 às 15:17:17

Segue termo de adjudicação e homologação assinado pela autoridade competente.

—

**Diego da Silva Bezerra**

Divisão de Licitação

**Anexos:**

TERMO6512.pdf

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Prefeito de Ubatuba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores, resolve **ADJUDICAR E HOMOLOGAR** a presente licitação nos termos abaixo, conforme comprovações constantes nos autos do processo licitatório respectivo:

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6512/2024.
2. PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 51/2024.
3. OBJETO DA LICITAÇÃO: **AQUISIÇÃO DE TAMPAS E TUBOS EM CONCRETO.**

4. FORNECEDORES:

4.1. **M G LOPES PASTRO**, inscrita no CNPJ nº 35.568.345/0001-20, estabelecida à Avenida João Medeiros, no nº 1181, CEP nº 85440-000, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná.

VALOR: R\$ 105.240,00 (cento e cinco mil e duzentos e quarenta reais).

4.2. **W2M CONSTRUTORA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 18.020.262/0001-83, estabelecida à Avenida Rio Grande do Sul, no nº 484, CEP nº 85420-000, na cidade de Corbélia, Estado do Paraná.

VALOR: R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais).

5. DATA DA ADJUDICAÇÃO: 16/07/2024.
6. DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 16/07/2024.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 16 de julho de 2024.

FABIO DE  
OLIVEIRA  
DALECIO:60  
076020959

Assinado de forma  
digital por FABIO DE  
OLIVEIRA  
DALECIO:6007602095  
9  
Dados: 2024.07.16  
15:16:43 -03'00'

**FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO**  
Prefeito de Ubatuba

**De:** Diego B. - SEMAD-LICIT

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 16/07/2024 às 15:18:58

Prezados,

Segue anexa a ata para assinatura. Abaixo, estão as orientações para o procedimento de assinatura:

Clique no ícone indicado como "Assinar Online". Caso necessite de orientação sobre o processo de assinatura digital, consulte o artigo de ajuda disponível ou envie a ata assinada como anexo para o e-mail [licitacao@ubirata.pr.gov.br](mailto:licitacao@ubirata.pr.gov.br).

Observações importantes:

Leia cuidadosamente todos os itens da ata, incluindo suas descrições, unidades de medida, valores unitários e valor global. Verifique os dados do fornecedor e do representante legal da empresa.

Estamos à disposição para qualquer esclarecimento adicional.

Atenciosamente,

—

**Diego da Silva Bezerra**

Divisão de Licitação

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº152/2024**

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, com sede no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Município de Ubatuba, Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.950.096/0001-10, neste ato representado pelo prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica nº 51/2024, para Registro de Preços, Processo Administrativo nº 6512/2024, RESOLVE registrar os preços da (s) empresa (s) indicada (s) e qualificada (s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela (s) alcançada (s) e na (s) quantidade (s) cotada (s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 32, de 1º de março de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE TAMPAS E TUBOS EM CONCRETO**, especificados no Termo de Referência, anexo do Edital de Pregão Eletrônico nº 51/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

<b>M G LOPES PASTRO</b> , inscrita no CNPJ nº 35.568.345/0001-20, estabelecida à Avenida João Medeiros, no nº 1181, CEP nº 85440-000, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, Telefone nº (44) 3543-1636, e-mail: <a href="mailto:mlopespastro@gmail.com">mlopespastro@gmail.com</a> , neste ato representado por Maria Gabriela Lopes Pastro.							
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL	MARCA
1	1	Tampa em concreto armado com ferro 5/16 – 0,90x0,90x0,06 cm.	80	UN.	154,90	12.392,00	ARTLAJES
1	2	Tampa em concreto armado com ferro 5/16 – 1,20x0,70x0,06 cm.	120	UN.	173,90	20.868,00	ARTLAJES
1	5	Tubo de concreto, com encaixe ponta e bolsa, com armação, diametro de 100 cm, comprimento de 1m	200	TB	359,90	71.980,00	ARTLAJES
VALOR TOTAL R\$ 105.240,00 (cento e cinco mil e duzentos e quarenta reais).							

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

**3. ÓRGÃO GERENCIADOR**

3.1. O órgão gerenciador será o Município de Ubatuba, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

**4. DA ADESIÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

**Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

**5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão gerenciador por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.8.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital.

5.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.6, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.11. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2 aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.11.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.11.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.12. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

## **8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 22, § 2º, do Decreto Municipal nº 32, de 1º de março de 2024; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 8.4.1. Por razão de interesse público;
- 8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

## **9. DAS PENALIDADES**

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o fornecedor que:

- A. der causa à inexecução parcial do contrato;
- B. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- C. der causa à inexecução total do contrato;
- D. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- E. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- F. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- G. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- H. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao fornecedor que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- A. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- B. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- C. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- D. Multa:
  - 1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
  - 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 9.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
  - 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 9.1, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
  - 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 9.1, a multa será de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.
  - 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 9.1, a multa será de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
  - 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 9.1, a multa será de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.



- 9.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 9.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 9.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- A. a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - B. as peculiaridades do caso concreto;
  - C. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - D. os danos que dela provierem para o Contratante;
  - E. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 9.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 9.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 9.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9.15. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.16. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

## **10. CONDIÇÕES GERAIS**

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Ubiratã, Paraná, 16 de julho de 2024.

FABIO DE  
OLIVEIRA  
DALECIO:600  
76020959

Assinado de forma  
digital por FABIO DE  
OLIVEIRA  
DALECIO:60076020959  
Dados: 2024.07.16  
15:17:17 -03'00'

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**  
Representante legal do órgão gerenciador

**M G LOPES PASTRO**  
Representante legal do fornecedor registrado

**De:** Diego B. - SEMAD-LICIT

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 16/07/2024 às 15:21:24

Prezados,

Segue anexa a ata para assinatura. Abaixo, estão as orientações para o procedimento de assinatura:

Clique no ícone indicado como "Assinar Online". Caso necessite de orientação sobre o processo de assinatura digital, consulte o artigo de ajuda disponível ou envie a ata assinada como anexo para o e-mail [licitacao@ubirata.pr.gov.br](mailto:licitacao@ubirata.pr.gov.br).

Observações importantes:

Leia cuidadosamente todos os itens da ata, incluindo suas descrições, unidades de medida, valores unitários e valor global. Verifique os dados do fornecedor e do representante legal da empresa.

Estamos à disposição para qualquer esclarecimento adicional.

Atenciosamente,

—

**Diego da Silva Bezerra**

Divisão de Licitação

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº153/2024**

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, com sede no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Município de Ubiratã, Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.950.096/0001-10, neste ato representado pelo prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica nº 51/2024, para Registro de Preços, Processo Administrativo nº 6512/2024, RESOLVE registrar os preços da (s) empresa (s) indicada (s) e qualificada (s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela (s) alcançada (s) e na (s) quantidade (s) cotada (s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 32, de 1º de março de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE TAMPAS E TUBOS EM CONCRETO**, especificados no Termo de Referência, anexo do Edital de Pregão Eletrônico nº 51/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

<b>W2M CONSTRUTORA LTDA</b> , inscrita no CNPJ nº 18.020.262/0001-83, estabelecida à Avenida Rio Grande do Sul, no nº 484, CEP nº 85420-000, na cidade de Corbélia, Estado do Paraná, Telefone nº (45) 9961-9011, e-mail <a href="mailto:perfutech@gmail.com">perfutech@gmail.com</a> , neste ato representado por Wilson Domingues de Matos.							
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL	MARCA
1	3	Tubo de concreto com encaixe, ponta e bolsa, sem ferragem, diametro de 40cm, comprimento de 1m.	200	UN.	50,00	10.000,00	Propria
1	4	Tubo de concreto com encaixe, ponta e bolsa, sem ferragem , diametro de 60cm, comprimento 1m.	200	UN.	80,00	16.000,00	Propria
VALOR TOTAL R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais).							

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

**3. ÓRGÃO GERENCIADOR**

3.1. O órgão gerenciador será o Município de Ubiratã, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

**4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

**Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

**5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão gerenciador por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 5.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.
- 5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 5.8.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital.
- 5.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.6, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.11. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2 aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 5.11.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.11.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.12. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

## **8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 22, § 2º, do Decreto Municipal nº 32, de 1º de março de 2024; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 8.4.1. Por razão de interesse público;
- 8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

## **9. DAS PENALIDADES**

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o fornecedor que:

- A. der causa à inexecução parcial do contrato;
- B. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- C. der causa à inexecução total do contrato;
- D. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- E. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- F. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- G. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- H. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao fornecedor que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- A. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- B. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- C. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- D. Multa:
  - 1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
  - 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 9.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
  - 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 9.1, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
  - 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 9.1, a multa será de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.
  - 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 9.1, a multa será de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
  - 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 9.1, a multa será de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

- 9.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 9.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 9.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- A. a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - B. as peculiaridades do caso concreto;
  - C. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - D. os danos que dela provierem para o Contratante;
  - E. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 9.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 9.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 9.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.



9.15. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.16. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

## **10. CONDIÇÕES GERAIS**

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Ubiratã, Paraná, 16 de julho de 2024.

FABIO DE  
OLIVEIRA  
DALECIO:60  
076020959

Assinado de forma  
digital por FABIO  
DE OLIVEIRA  
DALECIO:6007602  
0959  
Dados: 2024.07.16  
15:17:52 -03'00'

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**  
Representante legal do órgão gerenciador

**W2M CONSTRUTORA LTDA**  
Representante legal do fornecedor registrado

**Proc. Administrativo 16- 6.192/2024**

**De:** W2M CONSTRUTORA LTDA

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 16/07/2024 às 17:15:01

boa tarde

segue ata assinada

att

Mauricio

**Anexos:**

ATA\_N\_153\_2024\_assinada.pdf

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº153/2024**

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, com sede no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Município de Ubatuba, Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.950.096/0001-10, neste ato representado pelo prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica nº 51/2024, para Registro de Preços, Processo Administrativo nº 6512/2024, RESOLVE registrar os preços da (s) empresa (s) indicada (s) e qualificada (s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela (s) alcançada (s) e na (s) quantidade (s) cotada (s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 32, de 1º de março de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE TAMPAS E TUBOS EM CONCRETO**, especificados no Termo de Referência, anexo do Edital de Pregão Eletrônico nº 51/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

<b>W2M CONSTRUTORA LTDA</b> , inscrita no CNPJ nº 18.020.262/0001-83, estabelecida à Avenida Rio Grande do Sul, no nº 484, CEP nº 85420-000, na cidade de Corbélia, Estado do Paraná, Telefone nº (45) 9961-9011, e-mail <a href="mailto:perfutech@gmail.com">perfutech@gmail.com</a> , neste ato representado por Wilson Domingues de Matos.							
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL	MARCA
1	3	Tubo de concreto com encaixe, ponta e bolsa, sem ferragem, diametro de 40cm, comprimento de 1m.	200	UN.	50,00	10.000,00	Propria
1	4	Tubo de concreto com encaixe, ponta e bolsa, sem ferragem , diametro de 60cm, comprimento 1m.	200	UN.	80,00	16.000,00	Propria
VALOR TOTAL R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais).							

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

**3. ÓRGÃO GERENCIADOR**

3.1. O órgão gerenciador será o Município de Ubatuba, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

**4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

**Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

**5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão gerenciador por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 5.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.
- 5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 5.8.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital.
- 5.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.6, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.11. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2 aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 5.11.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.11.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.12. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

## **8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 22, § 2º, do Decreto Municipal nº 32, de 1º de março de 2024; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 8.4.1. Por razão de interesse público;
- 8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

## **9. DAS PENALIDADES**

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o fornecedor que:

- A. der causa à inexecução parcial do contrato;
- B. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- C. der causa à inexecução total do contrato;
- D. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- E. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- F. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- G. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- H. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao fornecedor que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- A. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- B. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- C. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- D. Multa:
  - 1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
  - 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 9.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
  - 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 9.1, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
  - 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 9.1, a multa será de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.
  - 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 9.1, a multa será de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
  - 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 9.1, a multa será de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

- 9.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 9.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 9.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- A. a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - B. as peculiaridades do caso concreto;
  - C. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - D. os danos que dela provierem para o Contratante;
  - E. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 9.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 9.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 9.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9.15. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.16. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

## **10. CONDIÇÕES GERAIS**

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Ubiratã, Paraná, 16 de julho de 2024.

FABIO DE  
OLIVEIRA  
DALECIO:60  
076020959

Assinado de forma  
digital por FABIO  
DE OLIVEIRA  
DALECIO:6007602  
0959  
Dados: 2024.07.16  
15:17:52 -03'00'

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**  
Representante legal do órgão gerenciador

W2M  
CONSTRUTORA  
LTDA:18020262  
000183

Assinado de forma  
digital por W2M  
CONSTRUTORA  
LTDA:18020262000183  
Dados: 2024.07.16  
15:53:27 -03'00'

**W2M CONSTRUTORA LTDA**  
Representante legal do fornecedor registrado



**De:** Diego B. - SEMAD-LICIT

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 17/07/2024 às 08:29:41

Segue publicação do termo de adjudicação e homologação.

—

**Diego da Silva Bezerra**

Divisão de Licitação

**Anexos:**

JORNAL\_6512.pdf



# JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

## MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

TERÇA-FEIRA, 16 DE JULHO DE 2024

EDIÇÃO ESPECIAL 2.036- ANO: XIX

Página 4 de 5

[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)**TERMO DE DISPENSA Nº 29/2024**

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6537/2024.
  2. OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar manutenção corretiva no compressor de ar do lavador municipal, incluso peças e suprimentos necessários.
  3. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de licitação com fundamento no Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.
  4. FORNECEDOR: RETEC REVISORA TÉCNICA DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAL CASCAVEL, inscrita no CNPJ 75.717.421/0001-37, com sede na RUA FORTUNARO BEBBER, 1181, JD GRAMADO, CASCAVEL, PARANÁ.
  5. VALOR: R\$- 5.355,50 (Cinco mil trezentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos).
  6. DATA DA RATIFICAÇÃO: 16/07/2024.
- Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 16 de julho de 2024.

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Prefeito de Ubatuba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores, resolve ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente licitação nos termos abaixo, conforme comprovações constantes nos autos do processo licitatório respectivo:

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6511/2024.
  2. PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 50/2024.
  3. OBJETO DA LICITAÇÃO: AQUISIÇÃO DE TINTAS DESTINADAS A SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO.
  4. FORNECEDORES:
    - 4.1. EMERSON BASI PRESTADORA DE SERVIÇOS ME, inscrita no CNPJ nº 13.199.002/0001-01, estabelecida à Rua João Miglione, no nº 288, CEP nº 85660-000, na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.  
VALOR: R\$ 183.300,00 (cento e oitenta e três mil e trezentos reais).
    - 4.2. JJB COMERCIO VAREJISTA DE TINTAS E FERRAMENTAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 39.603.357/0001-08, estabelecida à Est. dos Coqueiros, Caixa Postal 831, Interior, CEP nº 86715-899, na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina.  
VALOR: R\$ 71.070,00 (setenta e um mil e setenta reais).
  5. DATA DA ADJUDICAÇÃO: 15/07/2024.
  6. DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 15/07/2024.
- Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 15 de julho de 2024.
- FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO  
Prefeito de Ubatuba

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Prefeito de Ubatuba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores, resolve ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente licitação nos termos abaixo, conforme comprovações constantes nos autos do processo licitatório respectivo:

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6512/2024.
  2. PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 51/2024.
  3. OBJETO DA LICITAÇÃO: AQUISIÇÃO DE TAMPAS E TUBOS EM CONCRETO.
  4. FORNECEDORES:
    - 4.1. M G LOPES PASTRO, inscrita no CNPJ nº 35.568.345/0001-20, estabelecida à Avenida João Medeiros, no nº 1181, CEP nº 85440-000, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná.  
VALOR: R\$ 105.240,00 (cento e cinco mil e duzentos e quarenta reais).
    - 4.2. W2M CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 18.020.262/0001-83, estabelecida à Avenida Rio Grande do Sul, no nº 484, CEP nº 85420-000, na cidade de Corbélia, Estado do Paraná.  
VALOR: R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais).
  5. DATA DA ADJUDICAÇÃO: 16/07/2024.
  6. DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 16/07/2024.
- Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 16 de julho de 2024.
- FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO  
Prefeito de Ubatuba

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Prefeito de Ubatuba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores, resolve ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente licitação nos termos abaixo, conforme comprovações constantes nos autos do processo licitatório respectivo:

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6506/2024.
  2. CONCORRÊNCIA Nº: 15/2024.
  3. OBJETO DA LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE RIO COMISSARIO.
  4. FORNECEDOR: PORTO CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 40.121.849/0001-38, situada na Rua Herói Monte Castelo, nº 243, na cidade de Mandaguá, Estado do Paraná, CEP nº 87160-000.  
VALOR: R\$-77.000,00 (setenta e sete mil reais).
  5. DATA DA ADJUDICAÇÃO: 16/07/2024.
  6. DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 16/07/2024.
- Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 16 de julho de 2024.
- FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO  
Prefeito de Ubatuba

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 99/2024**

CONTRATANTE: Município de Ubatuba, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.  
CONTRATADO (A): KRETZER & COELHO DE ORGANIZACAO DE FEIRAS LTDA, pessoa jurídica de direito de privado, inscrita no CNPJ nº 11.179.644/0001-05.  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6511/2024.  
OBJETO: Contratação de empresa especializada para Capacitação Sobre Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.  
VALOR: R\$ 2.390,00 (dois mil e trezentos e noventa reais). DATA DA ASSINATURA: 16/07/2024.

**EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 46/2023.**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, pessoa jurídica inscrita no CNPJ 76.950.096/0001-10.



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Município de Ubatuba. A Prefeitura Municipal Ubatuba - PR concede garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de [www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br), no link Jornal Oficial Proc. Administrativo (Nota interna 17/07/2024 08:32) 6.192/2024

**De:** Diego B. - SEMAD-LICIT

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 17/07/2024 às 08:32:26

Segue ata nº 152/2024 assinada pelas partes.

—

**Diego da Silva Bezerra**

Divisão de Licitação

**Anexos:**

ATA\_N152\_2024\_assinado.pdf

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº152/2024**

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, com sede no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Município de Ubatuba, Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.950.096/0001-10, neste ato representado pelo prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica nº 51/2024, para Registro de Preços, Processo Administrativo nº 6512/2024, RESOLVE registrar os preços da (s) empresa (s) indicada (s) e qualificada (s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela (s) alcançada (s) e na (s) quantidade (s) cotada (s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 32, de 1º de março de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE TAMPAS E TUBOS EM CONCRETO**, especificados no Termo de Referência, anexo do Edital de Pregão Eletrônico nº 51/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

<b>M G LOPES PASTRO</b> , inscrita no CNPJ nº 35.568.345/0001-20, estabelecida à Avenida João Medeiros, no nº 1181, CEP nº 85440-000, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, Telefone nº (44) 3543-1636, e-mail: <a href="mailto:mlopespastro@gmail.com">mlopespastro@gmail.com</a> , neste ato representado por Maria Gabriela Lopes Pastro.							
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL	MARCA
1	1	Tampa em concreto armado com ferro 5/16 – 0,90x0,90x0,06 cm.	80	UN.	154,90	12.392,00	ARTLAJES
1	2	Tampa em concreto armado com ferro 5/16 – 1,20x0,70x0,06 cm.	120	UN.	173,90	20.868,00	ARTLAJES
1	5	Tubo de concreto, com encaixe ponta e bolsa, com armação, diametro de 100 cm, comprimento de 1m	200	TB	359,90	71.980,00	ARTLAJES
VALOR TOTAL R\$ 105.240,00 (cento e cinco mil e duzentos e quarenta reais).							

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

**3. ÓRGÃO GERENCIADOR**

3.1. O órgão gerenciador será o Município de Ubatuba, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

**4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

**Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

**5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão gerenciador por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.8.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital.

5.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.6, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.11. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2 aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.11.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.11.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.12. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

## **8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 22, § 2º, do Decreto Municipal nº 32, de 1º de março de 2024; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 8.4.1. Por razão de interesse público;
- 8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

## **9. DAS PENALIDADES**

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o fornecedor que:

- A. der causa à inexecução parcial do contrato;
- B. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- C. der causa à inexecução total do contrato;
- D. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- E. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- F. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- G. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- H. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao fornecedor que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- A. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- B. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- C. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- D. Multa:
  - 1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
  - 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 9.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
  - 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 9.1, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
  - 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 9.1, a multa será de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.
  - 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 9.1, a multa será de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
  - 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 9.1, a multa será de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

- 9.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 9.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 9.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- A. a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - B. as peculiaridades do caso concreto;
  - C. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - D. os danos que dela provierem para o Contratante;
  - E. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 9.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 9.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 9.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.



9.15. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.16. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

#### **10. CONDIÇÕES GERAIS**

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Ubiratã, Paraná, 16 de julho de 2024.

FABIO DE  
OLIVEIRA  
DALECIO:600  
76020959

Assinado de forma  
digital por FABIO DE  
OLIVEIRA  
DALECIO:60076020959  
Dados: 2024.07.16  
15:17:17 -03'00'

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**  
Representante legal do órgão gerenciador

M G LOPES  
PASTRO:35568345000  
120

Assinado de forma digital por M G  
LOPES PASTRO:35568345000120  
Dados: 2024.07.16 17:20:29  
-03'00'

**M G LOPES PASTRO**  
Representante legal do fornecedor registrado

**De:** Diego B. - SEMAD-LICIT

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 17/07/2024 às 08:35:01

Gostaria de informar que as atas do presente processo serão publicadas no jornal do município na edição de hoje, visando manter todos devidamente informados.

—  
**Diego da Silva Bezerra**

Divisão de Licitação

**De:** Diego B. - SEMAD-LICIT

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 18/07/2024 às 08:14:04

Segue publicação dos extratos das atas.

—

**Diego da Silva Bezerra**

Divisão de Licitação

**Anexos:**

JORNAL\_ATAS\_152\_153\_2\_.pdf



# JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

## MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

QUARTA-FEIRA, 17 DE JULHO DE 2024

EDIÇÃO ESPECIAL 2.037- ANO: XIX

Página 4 de 4

[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)

OBJETO: Contratação de empresa especializada para Capacitação Sobre Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

VALOR: R\$ 2.390,00(dois mil e trezentos e noventa reais).

DATA DA ASSINATURA: 16/07/2024.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 103/2024

CONTRATANTE: Município de Ubatuba, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

CONTRATADO (A): MEDCENTER LTDA, inscrita no CNPJ nº 14.849.143/0001-87.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6543/2024.

OBJETO: Contratação de empresa para realização de exames visando à execução do Projeto de Qualificação da Fila de Espera do Município de Ubatuba - Programa Fila Zero - 2ª fase.

VALOR: R\$ 94.514,90 (Noventa e quatro mil quinhentos e quatorze reais e noventa centavos).

DATA DA ASSINATURA: 17/07/2024.

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 152/2024

CONTRATANTE: Município de Ubatuba, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

CONTRATADO (A) M G LOPES PASTRO, inscrita no CNPJ nº 35.568.345/0001-20.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6512/2024.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TAMPAS E TUBOS EM CONCRETO.

VALOR: R\$ 105.240,00 (cento e cinco mil e duzentos e quarenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 16/07/2024.

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 153/2024

CONTRATANTE: Município de Ubatuba, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

CONTRATADO (A) W2M CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 18.020.262/0001-83.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6512/2024.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TAMPAS E TUBOS EM CONCRETO.

VALOR: R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 16/07/2024.

### EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 250/2020.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, pessoa jurídica inscrita no CNPJ 76.950.096/0001-10.

CONTRATADO: O BISTECAO RESTAURANTE E LANCHONETE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 28.606.106/0001-52.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 4923/2020

OBJETO DO CONTRATO: FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM CAMPO MOURÃO PARA PACIENTES QUE REALIZAM TRATAMENTO DE HEMODIALISE.

FINALIDADE DO ADITIVO: Prorrogar a vigência do contrato em doze meses, passando o término do mesmo para 20 de julho de 2025, reajustando os valores para consumo no período em 3,707660 % de acordo com a variação do INPC. Ficando o valor unitário reajustado em R\$- 23,58, conforme solicitação da Secretaria da Saúde. Assim, fica o valor global do contrato atualizado para R\$ 264.950,00.

DATA DA ASSINATURA: 16/07/2024.

## ATOS DO PODER LEGISLATIVO

### EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 035/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2023

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA E REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DA CÂMARA MUNICIPAL.

CONTRATADA: LEBRÃO CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CPNJ sob o nº 18.464.533/0001-90.

ADITAMENTO: Aumento do prazo de execução e de vigência por mais 5 (cinco) meses, encerrando-se o prazo para ambos em 17/12/2024.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, §1º, II e VI da Lei Federal nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA: 17 de Julho de 2024.

FISCAL DO CONTRATO: Jamile Bravo Wiczorek, conforme portaria nº 010/2024.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 023/2024

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 08/2024.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇO DE LAVAGEM COMPLETA E DE APARÊNCIA PARA VEÍCULO FIAT MOBI LIKE (PLACA SDT 8H56) DA CÂMARA MUNICIPAL DE UBIRATÃ.

CONTRATADA: ADRIANA DA SILVA AGUIAR 06552046952, CNPJ Nº 47.177.574/0001-78.

PRazo DE VIGÊNCIA: 12 meses.

FISCAL DE CONTRATO: conforme Portaria nº 010/2024.

Valor Total: R\$ 1.500,00 ( mil e quinhentos reais ).

Data de Assinatura: 15/07/2024.

Redação e Administração:  
Divisão de Imprensa Oficial  
Avenida Nilza de Oliveira Pipino, 1852  
CEP. 85.440-000 - Ubatuba/Paraná  
e-mail: [legislar@ubirata.pr.gov.br](mailto:legislar@ubirata.pr.gov.br)  
Fone: (44)3543-8000



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Município de Ubatuba. A Prefeitura Municipal Ubatuba - PR concede garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de [www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br), no link Jornal Oficial Online.

Proc. Administrativo 17- 6.192/2024

304/0050

**Proc. Administrativo 17- 6.192/2024**

**De:** Diego B. - SEMAD-LICIT

**Para:** SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

**Data:** 18/07/2024 às 08:15:14

**Setores (CC):**

SEMAD-LICIT, SEMAD-SP

Segue para encerramento do processo.

—

**Diego da Silva Bezerra**

Divisão de Licitação